

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISABELA MARCON CICERI

**A POLÍTICA FRANCESA PARA O SAHEL: AS INTERVENÇÕES MILITARES
COMO PRINCÍPIO DE MANUTENÇÃO DE PODER (OS CASOS DAS OPERAÇÕES
ÉPERVIER, SERVAL E BARKHANE)**

Porto Alegre

2023

ISABELA MARCON CICERI

**A POLÍTICA FRANCESA PARA O SAHEL: AS INTERVENÇÕES MILITARES
COMO PRINCÍPIO DE MANUTENÇÃO DE PODER (OS CASOS DAS OPERAÇÕES
ÉPERVIER, SERVAL E BARKHANE)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz
Pereira

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Ciceri, Isabela Marcon

A POLÍTICA FRANCESA PARA O SAHEL: AS INTERVENÇÕES MILITARES COMO PRINCÍPIO DE MANUTENÇÃO DE PODER (OS CASOS DAS OPERAÇÕES ÉPERVIER, SERVAL E BARKHANE) / Isabela Marcon Ciceri. -- 2023.

91 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Intervenções estrangeiras militares. 2. Influência neocolonial francesa. 3. Sahel. 4. Mali. 5. Chade. I. Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ISABELA MARCON CICERI

**A POLÍTICA FRANCESA PARA O SAHEL: AS INTERVENÇÕES MILITARES
COMO PRINCÍPIO DE MANUTENÇÃO DE PODER (OS CASOS DAS OPERAÇÕES
ÉPERVIER, SERVAL E BARKHANE)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz
Pereira

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

Para os meus avós, Addis e Orestes, por sempre acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ter me tornado a profissional que eu sou hoje, e ao povo brasileiro, por ter custeado os meus estudos em uma Universidade Federal cuja qualidade é inquestionável. Gostaria de agradecer também aos professores e servidores que contribuíram com a minha formação, em especial à minha professora orientadora, Professora Doutora Analúcia Danilevicz Pereira, pelas orientações, acompanhamentos e ensinamentos que me proporcionou desde o primeiro semestre de Relações Internacionais, mas em especial durante o período em que estive dentro do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). Agradeço também a oportunidade de ter atuado como bolsista de Iniciação Científica, tanto à professora Analúcia, por ter me selecionado, como ao CNPq-UFRGS, pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica. E, finalmente, agradeço aos meus colegas do CEBRAFRICA, por terem me auxiliado durante minha pesquisa e por contribuírem para a formação de um ambiente de pesquisa produtivo e estimulante.

Gostaria de agradecer a minha família, por terem sido basilares na minha construção pessoal. Aos meus avós, Addis e Orestes, por terem acreditado em mim e nos meus sonhos desde a minha infância – amo vocês infinitamente. À minha mãe, Adriana, por todo o amor, carinho, brigas, ensinamentos, puxões de orelha e tanto mais – te agradeço infinitamente por tudo que tu fez, sacrificou e lutou para que o João e eu pudéssemos ter o mundo. Ao meu irmão, João, e à minha prima-irmã, Laura, pela nossa infância, adolescência e vida – eu sempre estarei aqui por vocês. Aos meus tios e tias, por constantemente me auxiliarem a ter acesso à melhor educação possível e por terem me proporcionado tantos bons momentos durante a minha vida. Agradeço nominalmente a Luiza, Catarina e Bolivar como representantes dos meus agradecimentos aos meus *muitos* outros primos e primas, obrigada pela convivência, ensinamentos e formação de caráter. À minha pequena *miss sunshine*, Maria, por alegrar a nossa vida profundamente. Ao meu pai, Luciano, e à minha madrasta, Roberta, por terem me escutado e me auxiliado em tudo que podiam. Amo muito todos vocês.

Aos meus amigos, por terem me amado pela pessoa que eu sou, por não terem me julgado severamente, por estarem aqui, por compartilharem um pouco da família de vocês comigo e por terem feito eu me sentir em casa. À Nicolle e à Manoela, pelos quinze anos (e contando) de amizade: obrigada por me conhecerem melhor que eu mesma e por me permitirem compartilhar a vida com vocês. Aos meus demais amigos da escola, independente da distância, vocês ainda moram no meu coração. À Beatriz, por sobreviver ao cursinho comigo e por seguir sendo tão importante na minha vida. À Raquel, por ser minha

alma-gêmea, e ao Tiago, pelo carinho de amizade verdadeira com doses de caipirinha e bolos de festa junina. Aos meus amigos da faculdade – Ana, Gabi, Lu, Mari, Matheus e Vick – por estarem aqui desde o primeiro surto, por terem rido, chorado, bebido, se desesperado, se acalmado, se divertido, enfim, por terem compartilhado essa etapa linda comigo. Aos meus veteranos da turma 15, por fazerem eu me sentir em casa desde o primeiro dia neste curso: Matheus, Mallet, Bruna, Clara, Lara e tantas outras pessoas, vocês são incríveis. Aos meus parceiros do Mundi, Gerson e Ju Marin – a gente sobreviveu! –, por aguentarem meus surtos e lágrimas, por terem me incentivado e acreditado em mim. Tentar nomear todos os amigos que estiveram comigo nos últimos 23 anos seria impossível – e certamente levaria a esquecimentos –, mas vocês sabem o quão especiais vocês são para mim, obrigada por terem me escolhido para compartilhar a vida com vocês. Finalmente, ao meu namorado, Miguel, primeiro pela crença que eu terminaria esse trabalho, mas também pela relação que construímos nos últimos meses; um agradecimento a toda a sua família também, por serem sempre tão acolhedores.

A todos que acreditaram, me incentivaram, me aguentaram e compartilharam a vida comigo, muito obrigada!

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre as operações militares francesas no Sahel africano e a contínua busca da França por controle econômico e político na região após as independências coloniais. Por intermédio de análises de casos do Chade e do Mali, com as operações Épervier, Serval e Barkhane, examina-se como a França utilizava as operações militares como meio para sustentar sua política neocolonial. O objetivo central é compreender como as intervenções militares contribuem para a manutenção do poder francês na África. A metodologia adotada é qualitativa, envolvendo análises bibliográficas e documentos de especialistas em Relações Internacionais e política africana, bem como análises de especialistas da política africana francesa, especialmente focando na região do Sahel. O período investigado abrange do pós-independência até 2022, ano em que a Operação Barkhane terminou. O estudo revela que a França utilizou os acordos de cooperação econômica e militar com suas antigas colônias africanas para garantir acesso aos recursos estratégicos e à manutenção dos interesses franceses na região, mesmo que a justificativa para essa presença frequentemente tenha sido humanitária, ou a manutenção da estabilidade dos países africanos e, pós-reformas de 1990, foi dada uma ênfase ao multilateralismo e à guerra ao terror. O foco é a do Sahel, conhecida por seus recursos energéticos vitais, como petróleo e urânio. As operações militares, como a longa Operação Épervier no Chade, a Operação Serval no Mali e a abrangente Operação Barkhane no Sahel, exemplificam a estratégia francesa de assegurar influência por meio da intervenção militar. Os resultados do estudo sustentam a tese de que as operações militares são uma ferramenta da França para sustentar sua dominação neocolonial na África. Isso reflete a manifestação contemporânea do neocolonialismo, desafiando o desenvolvimento autônomo das nações africanas. Em suma, este trabalho fornece uma análise da influência francesa na África pós-independência, enfatizando como as operações militares são empregadas para manter o controle neocolonial. Ao explorar essa dinâmica, contribui-se para uma compreensão mais abrangente das relações internacionais contemporâneas e seus efeitos nas regiões periféricas.

Palavras-chave: Intervenções estrangeiras militares. Influência neocolonial francesa. Sahel. Mali. Chade.

RÉSUMÉ

Cette étude examine la relation entre les opérations militaires françaises dans le Sahel africain et la quête continue de la France pour le contrôle économique et politique dans la région après l'indépendance coloniale. À travers l'analyse des cas du Tchad et du Mali, avec les opérations Épervier, Serval et Barkhane, ce travail examine comment la France utilise les opérations militaires comme moyen de soutenir sa politique néocoloniale. L'objectif central est de comprendre comment les interventions militaires contribuent au maintien du pouvoir français en Afrique. La méthodologie adoptée est qualitative, faisant intervenir des analyses bibliographiques et documentaires de spécialistes des relations internationales et de la politique africaine, ainsi que des analyses de spécialistes de la politique africaine française, portant notamment sur la région du Sahel. La période étudiée s'étend de l'après-indépendance à 2022, année de la fin de l'opération Barkhane. L'étude révèle que la France a utilisé des accords de coopération économique et militaire avec ses anciennes colonies africaines pour garantir l'accès aux ressources stratégiques et le maintien des intérêts français dans la région, même si la justification de cette présence était souvent humanitaire ou le maintien de la stabilité des territoires africains et, après les réformes des années 1990, multilatéralisme et la guerre contre le terrorisme. L'accent est mis sur le Sahel, connu pour ses ressources énergétiques vitales telles que le pétrole et l'uranium. Les opérations militaires telles que la longue opération Épervier au Tchad, l'opération Serval au Mali et la vaste opération Barkhane au Sahel illustrent la stratégie française de sécurisation de l'influence par l'intervention militaire. Les résultats de l'étude soutiennent la thèse selon laquelle les opérations militaires sont un outil pour la France pour maintenir sa domination néocoloniale en Afrique. Cela reflète la manifestation contemporaine du néocolonialisme, défiant le développement autonome des nations africaines. En somme, ce travail propose une analyse de l'influence française dans l'Afrique post-indépendance, en mettant l'accent sur la manière dont les opérations militaires sont utilisées pour maintenir le contrôle néocolonial. L'exploration de cette dynamique contribue à une compréhension plus globale des relations internationales contemporaines et de leurs effets sur les régions périphériques.

Mots-clés: Interventions militaires étrangères. Influence néocoloniale française. Sahel. Mali. Tchad.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A POLÍTICA DA FRANÇA NO PÓS INDEPENDÊNCIA	16
2.1	O NEOCOLONIALISMO: RUPTURAS E CONTINUIDADES DA EXPLORAÇÃO AFRICANA	16
2.2	FRANÇAFRIQUE: ASPECTOS ECONÔMICOS, POLÍTICO-DIPLOMÁTICOS E CULTURAIS	20
2.1.1	Os mecanismos da política neocolonial francesa: aspectos sócio-culturais, político-diplomáticos e econômicos de 1960 a 1990	24
2.2.2	"Adieu Afrique": as "reformas" da política africana francesa de 1990	29
2.3	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	32
3	O PRINCÍPIO DAS INTERVENÇÕES MILITARES E OS SEUS OBJETIVOS	34
3.1	CONCEITUALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES MILITARES NA ÁFRICA	34
3.2	OS OBJETIVOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS DAS INTERVENÇÕES MILITARES	37
3.2.1	Os instrumentos militares do neocolonialismo francês	38
3.2.3	As intervenções francesas em territórios africanos	44
3.3	O HISTÓRICO FRANCÊS: A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES	46
3.3	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	52
4	ESTUDO DE CASO: A OPERAÇÃO ÉPERVIER, A OPERAÇÃO SERVAL E A OPERAÇÃO BARKHANE	54
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SAHEL	54
4.2	OPERAÇÃO ÉPERVIER	57
4.3	OPERAÇÃO SERVAL	61
4.3.1	Pré-Operação Serval	61
4.3.2	Os acontecimentos da Operação Serval	63
4.4	OPERAÇÃO BARKHANE	66
4.4.1	A Operação Barkhane no Mali e no Chade	66
4.5	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	71

5	CONCLUSÃO	73
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE A - TABELA ACORDOS DE DEFESA	87
	APÊNDICE B - TABELA ACORDOS MILITARES DE COOPERAÇÃO.....	88
	APÊNDICE C - QUADRO INTERVENÇÕES FRANCESAS NA ÁFRICA... 	89
	ANEXO A - MAPA DE RECURSOS MINERAIS DA ÁFRICA.....	93

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa investigar a relação entre as operações francesas no Sahel e sua ambição de manter o seu controle econômico e político no território africano após as independências das colônias. Apesar da França ter formalizado a independência das antigas colônias africanas no final da década de 1960, a interferência política, econômica e militar francesa nas suas ex-colônias não teve seu fim junto com a concessão da independência. Isso ocorreu uma vez que a manutenção do Império Francês se tornou insustentável devido às fortes pressões externas que surgiram no pós-Segunda Guerra Mundial e às pressões internas nos territórios colonizados, cujas populações demandavam por uma maior autonomia em seus assuntos internos. Diferentemente das demais antigas metrópoles coloniais, a França manteve-se com um papel significativo nos assuntos políticos e econômicos da África através de uma relação neocolonial (Schmidt, 2013). O neocolonialismo tem como definição a dependência do sistema econômico e político de um Estado independente a outro Estado, sendo uma tentativa de manutenção do colonialismo em um sistema internacional de Estados soberanos (N’Krumah, 1967). A instrumentalização do neocolonialismo foi formalizada entre a França e a África por uma série de acordos de cooperação econômica e militar, assinados ainda na década de 1960 e atualizados nos anos subsequentes, até os dias atuais (Schmidt, 2013).

No âmbito da cooperação militar, os acordos garantiam um envolvimento permanente da França nos países africanos, assegurando, por parte dos antigos territórios coloniais, a compra exclusiva de armamentos e equipamentos militares franceses, e, em troca, a França teria acesso aos materiais estratégicos dos países, bem como prioridade na compra deste material, que muitas vezes interessava sua indústria nuclear e de armamentos. Outro aspecto da cooperação militar concerne a possibilidade africana de demandar auxílio militar francês para neutralizar ameaças externas aos seus regimes – embora sua aplicação tenha sido mais utilizada como justificativa para neutralizar ameaças internas –, mantendo, para isso, a existência de bases militares e a presença de um grande número de tropas em solo africano (Schmidt, 2013). Devido estes acordos de cooperação militar, a França interveio cerca de cinquenta vezes através de operações militares em solo africano nos cinquenta anos após as independências, tendo suas operações justificadas pelas autoridades francesas como em nome da defesa e da proteção de populações civis (République Française, 2022), porém, a presença militar estrangeira pode ter como fim a manutenção do controle das regiões ricas em recursos

naturais, bem como a proteção dos interesses econômicos franceses na região (González, 2018).

Dessa forma, identifica-se como uma das principais zonas de atuação das operações militares francesas o Sahel, zona geográfica que conecta a África Ocidental e Central, que, não por coincidência, é uma região que se destaca pelo seu potencial de recursos energéticos, principalmente petróleo, gás e urânio (González, 2018). Nesta região, a França atuou em diversas operações, sendo as que serão analisadas por este estudo: a Operação Épervier, no Chade, de 1986 a 2014 (France, [2022]a); a Operação Serval, de 2013 a 2014, no Mali (TIMELINE..., 2022); e a Operação Barkhane, de 2014 a 2022, que uniu as duas últimas operações, expandindo-as para cinco Estados do Sahel (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger) (France, [2022]b).

Sendo assim, a presente pesquisa trabalhará com a tese de que a França, historicamente, depende das suas relações com a África para se manter como potência mundial. Dessa forma, apesar da manutenção da dominação econômica e política ser a base das relações franco-africanas, a política militar francesa para África ocupou (ao longo dos anos e apesar das ditas reformas multilaterais de 1990) um lugar de extrema importância na manutenção da subjugação dos Estados africanos. No entanto, a diversificação das relações internacionais dos países africanos e o fortalecimento dos Estados Nacionais desafiam a estratégia neocolonial francesa.

Como hipótese de pesquisa, propõe-se que a França instrumentaliza as operações militares como forma de garantir a manutenção do seu poder econômico e político na região, de forma que estas são a expressão do neocolonialismo numa conjuntura de falência das estruturas de domínio francesas frente aos novos caminhos de construção estatal adotados pelos países africanos – como, por exemplo, a maior diversificação de parceiros internacionais. Desta forma, o principal objetivo deste trabalho é compreender o papel da projeção militar da França na África para a manutenção da dominação econômica e política francesa na região a partir das independências formais africanas até as intervenções atuais na região do Sahel. Como objetivos específicos deste trabalho, pretende-se (1) avaliar a política africana da França no pós-independência, (2) analisar o princípio das intervenções militares e da política militar francesa para a África, e (3) realizar estudo sobre dois países que foram palco de operações militares no Sahel: Mali e Chade. Este estudo contempla a análise de três operações francesas na região, sendo elas a Operação Épervier, no Chade, a Operação Serval, no Mali, e a Operação Barkhane, cujo escopo territorial abrangia toda a região do Sahel.

A justificativa acadêmica para o presente trabalho encontra-se no fato de que o estudo

da manutenção das relações de dominação sob o formato do neocolonialismo é imprescindível para compreender as dinâmicas atuais do Sistema Internacional, uma vez que este interfere no desenvolvimento autônomo das regiões periféricas do mundo, agindo de forma a mantê-las sob domínio das grandes potências, enquanto as explora com a retirada de seus recursos naturais. Ademais, uma justificativa pessoal para a pesquisa envolve a minha participação no Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA/UFRGS), ao qual passei a integrar como assistente de pesquisa e bolsista de iniciação científica em 2021. O interesse pela política africana francesa veio, principalmente, das questões levantadas neste grupo e na cadeira de Relações Internacionais da África e do Oriente Médio, sobre o papel particular desempenhado pela França como uma ex-metrópole que não abandonou a África após as independências formais.

Para alcançar os objetivos previstos por este trabalho, será utilizada uma metodologia qualitativa, composta de análises bibliográficas de estudiosos de Relações Internacionais e de especialistas na região africana e, especialmente, do Sahel, e de especialistas na política francesa para a África, bem como análises documentais, de fontes primárias e secundárias. O recorte temporal será a partir do período posterior às independências africanas (na década de 1960) até o fim da Operação Barkhane, em 2022, focando nos países africanos do Chade e Mali, que foram submetidos a operações militares francesas no período recente. A escolha por estes dois países se justifica no fato deles terem sido sede das duas operações – Épervier (1986-2014) e Serval (2013-2014) – que criaram a Operação Barkhane em 2014. Os demais países em que houve a operação Barkhane – Burkina Faso, Níger e Mauritânia – não serão analisados por este estudo, por uma questão de delimitação da pesquisa, embora sejam mencionados, principalmente devido aos recentes acontecimentos na região.

Esse estudo será composto de cinco capítulos, contando com a presente introdução e uma conclusão final. O segundo capítulo propõe uma contextualização, em que será conceituado sobre o neocolonialismo na África, seguido de um aprofundamento sobre a política francesa para a África, buscando compreender o funcionamento da relação neocolonial entre a metrópole e as ex-colônias em seus aspectos socioculturais, político-diplomáticos e econômico-financeiros. Seguido deste, o terceiro capítulo analisará o papel das intervenções militares nas Relações Internacionais, bem como a forma da sua operacionalização, no caso francês, para atingir objetivos estratégicos. O terceiro capítulo, ainda, abordará a política militar francesa, analisando sua autodenominada reforma multilateral da década de 1990 e suas implicações práticas. Dado este panorama geral, será realizado no quarto capítulo um estudo de caso das operações Épervier, Serval e Barkhane no

Chade e no Mali, buscando aprofundamento acerca do desenvolvimento e amadurecimento do papel das operações militares francesas na África. Ao fim, se fará uma breve conclusão, a fim de verificar se a hipótese apresentada por este estudo pode ser comprovada pelos levantamentos apresentados, além de apresentar as demais conclusões acarretadas do presente estudo.

2 A POLÍTICA DA FRANÇA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA AFRICANA

No presente capítulo, será apresentado o conceito de neocolonialismo, partindo de uma breve contextualização histórica da colonização africana e os desdobramentos desta para o continente. Após, será realizada uma conceitualização sobre a *Françafrique*, isto é, a política neocolonial francesa para a África, apresentando suas formas de funcionamento e seus mecanismos econômicos, político-diplomáticos e culturais. Por fim, será realizada uma breve conclusão.

2.1 O NEOCOLONIALISMO: RUPTURAS E CONTINUIDADES DA EXPLORAÇÃO AFRICANA

A fase clássica de domínio colonial africano trata-se do momento de expansão europeu em que o continente africano foi dividido entre as potências europeias – sendo as principais Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal –, tendo durado cerca de 75 anos e deixado severas marcas no continente. O colonialismo foi um sistema implementado pelas metrópoles europeias de forma que estas obtivessem domínio econômico, político, social e cultural dos territórios que viriam a constituir os atuais Estados africanos. Uma das principais características que deve ser compreendida é que estas potências colonizadoras diferiam em níveis de desenvolvimento, de riqueza e de necessidade, de forma que as particularidades de cada regime colonial também variavam de acordo com o poder da potência colonizadora. A continuidade geográfica das colônias dos territórios coloniais e a forma de colonialismo – direto ou indireto – também afetaram nos mecanismos de colonização. Em alguns casos, a administração colonial era terceirizada – como é o caso das colônias britânicas, cujo colonialismo indireto envolvia a administração das colônias a partir de chefes e líderes locais –, enquanto em outros, as colônias eram geridas como grandes "unidades administrativas", embora não integradas política e economicamente – como foi o caso das colônias francesas. Dessa forma, como o colonialismo foi marcado por uma diversa gama de formas administrativas em cada diferente império colonial, este processo resultou em distintas formas de inserção dos seus territórios coloniais na economia mundial (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013; Siradag, 2014).

A variedade dos tipos de administração colonial afetou, logicamente, o processo de independência destes países. A descolonização foi um longo processo que marcou a segunda metade do século XX, abarcando movimentos que envolviam desde a simples retirada do domínio colonial até as guerras de libertação. O processo de descolonização deve ser

analisado em seus termos estruturais e conjunturais, uma vez que este está inserido no contexto da Segunda Guerra Mundial e o início de uma nova fase sistêmica de Pax Americana, marcada pelo contexto da Guerra Fria (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

O impacto da Segunda Guerra Mundial no continente africano foi profundo, sendo um dos seus principais legados as lideranças das futuras independências, que surgiram das linhas de frente dos soldados e dos trabalhadores africanos que foram mobilizados durante o conflito mundial. Aliado ao protagonismo africano, Visentini, Ribeiro e Pereira (2013), apontam outros fatores que também contribuíram para elevar a autoestima dos africanos em suas lutas por emancipação, sendo eles a derrota dos regimes nazi-fascistas na Europa, a luta pela descolonização na Ásia, a ascensão de duas novas potências mundiais anticolonialistas, os Estados Unidos e a União Soviética, e a criação das Nações Unidas e do seu comitê de descolonização. Ainda como uma consequência da Segunda Guerra, podemos citar a situação interna de cada metrópole europeia, em que a crescente necessidade de controlar as riquezas coloniais devido à crise econômica do pós-guerra confrontava-se com as ideias social-democratas que afloraram no mesmo período (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

O auge do processo de descolonização ocorreu no final da década de 1950 e no início da década de 1960, sendo o ano de 1960 considerado o Ano Africano, com a maioria dos países africanos se tornando independentes (Siradag, 2014). O grau de resistência adotado pelas metrópoles radicalizou determinados movimentos de independência, podendo ser citado como principal exemplo a Guerra de Libertação Argelina, de 1954 (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

A Argélia, país com expressiva colonização francesa, iniciou suas manifestações pela independência no imediato pós-Guerra. Tendo sido a primeira região ocupada pelos franceses, em 1865, a Argélia era um departamento francês, o que concedia ao território africano o *status* de extensão da França. No pós-Segunda Guerra, as elites argelinas reivindicaram libertar-se das amarras coloniais, uma vez que o colonialismo francês excluía uma grande parte da população, que não detinham direitos de participar da administração pública ou exercer profissões consideradas prestigiosas (Wotten, 1993). Os franceses tentaram acalmar a situação ao proporem, na Conferência de Brazzaville em 1944, um conjunto de medidas que visava aumentar os direitos políticos dos africanos. No entanto, a população deveria se contentar com esses direitos e se comprometer com a transformação de seus territórios como parte da França além-mar. Em 1947, a França tentou novamente apaziguar a situação na Argélia, ao decretar o Estatuto Argelino que garantia uma administração local independente, com representação no parlamento francês, mas que não significava a independência política

almejada pelos movimentos emancipatórios da Argélia (Fage; Oliver, 2008; Wooten, 1993). A perda da Argélia era considerada pelo governo francês como uma perda de sua própria extensão territorial, de forma que François Mitterrand, futuro presidente da França (1981 a 1995) e, à época, Ministro do Interior (1954-1955), declarou que "a Argélia é a França, e a França não reconhece em seu território nenhuma outra autoridade que não a sua própria" (Tandonnet, 2016, tradução nossa¹).

Foi no mesmo ano que iniciou a Guerra da Argélia, cuja repressão francesa levaria a aproximadamente cem mil mortes por ano (Yazbeck, 1983), o que representava quase um sexto da população do país à época (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013). A determinação francesa pode ser justificada pela descoberta de petróleo no Saara argelino, porém, apesar das tentativas de modificação na política colonial, como o Plano de Constantine, que previa um desenvolvimento acelerado do país, o desgaste gerado pela tentativa de manter as colônias – seja através das guerras na Argélia e na Indochina, ou através da repressão de outros movimentos nacionalistas e emancipatórios na África –, fez com que a IV República Francesa entrasse em crise. O desgaste interno foi tamanho que um referendo realizado com a população francesa sobre a independência da Argélia teve 75% dos seus votos favoráveis à independência, levando De Gaulle a anunciar a independência da Argélia em 1962 (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013; Charbonneau, 2008a).

O exemplo do caso argelino estabeleceu um caso que deveria ser evitado para as demais potências africanas e para a França. A partir de então, as demais metrópoles e a França apressaram-se em controlar o inevitável processo de independência, de forma a criar mecanismos que transformam os processos de emancipação em lentos e controlados, fazendo com que as colônias seguissem subordinadas às antigas metrópoles. Nesse sentido, Visentini, Ribeiro e Pereira (2013), argumentam que a descolonização foi um processo “peculiar e tardio”, sendo peculiar à medida em que as metrópoles o controlaram, e tardio por ter ocorrido em descompasso com os demais movimentos de independência das colônias do Oriente Médio e da Ásia. Além disso, os autores afirmam que o desejo das populações africanas de transformação social e desenvolvimento autocentrado não foi alcançado. Dessa forma, pode-se dizer que o processo de descolonização na África foi apenas formal – podendo ser considerado um processo político artificial. Neste sentido, a descolonização não encerrou com o processo de dominação por parte das metrópoles europeias, mas sim serviu como uma forma de reestruturar os relacionamentos entre os países africanos e suas antigas metrópoles

¹ No original: "L'Algérie, c'est la France et la France ne reconnaît pas chez elle d'autre autorité que la sienne". (Tandonnet, 2016).

(Charbonneau, 2008a). A pressão do pós-Segunda Guerra Mundial, o conflito bipolar que surgiu do conflito entre duas potências mundiais anticolonialistas e a pressão exercida pelos povos africanos levou ao novo formato de imperialismo: o neocolonialismo (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

O neocolonialismo valida-se na manutenção do colonialismo, prática de dominação política e exploração econômica e social, em países independentes. Dessa forma, este processo representou a manutenção da subordinação de países independentes e soberanos à economia mundial e às antigas metrópoles (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013; N'Krumah, 1967). De acordo com Kwame N'Krumah (1967), em sua obra *Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo*, “a essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional, [porém], na realidade, seu sistema econômico e, portanto, seu sistema político é dirigido do exterior” (N'Krumah, 1967, introdução). O autor define que, tal qual o colonialismo, o neocolonialismo deve ser entendido como uma tentativa de exportação dos conflitos sociais das nações capitalistas para as demais regiões do mundo, uma vez que este

[...] está baseado no princípio de dispersar grandes territórios coloniais, anteriormente unidos, em numerosos pequenos Estados inviáveis, que são incapazes de desenvolvimento independente e precisam depender da antiga potência imperial para a defesa e mesmo para a segurança interna. Seus sistemas econômico e financeiro são ligados, como nos dias coloniais, aos do antigo dominador colonial. (N'Krumah, 1967, introdução).

Ainda, em 1961, a Conferência para todos os Povos Africanos, no Cairo (Siradag, 2014), definiu o neocolonialismo como: “[...] a sobrevivência do sistema colonial apesar do reconhecimento da independência política em países emergentes que se tornam vítimas da dominação indireta e sutil por meios políticos, econômicos, sociais, militares e técnicos” (Gregory, 2000, p. 435, tradução nossa²). Dessa forma, podemos usar como exemplo de métodos neocolonialistas no aspecto econômico o controle por parte do Estado neocolonial dos meios econômicos ou monetários. Podemos citar como exemplos: o controle da emissão de moeda do país ou pelo controle do câmbio exterior, imposto por um sistema bancário do país neocolonialista. Ainda, há os casos de métodos neocolonialistas no âmbito político, como o controle da política governamental do Estado sujeito ao neocolonialismo, que pode ocorrer, por exemplo, através do fornecimento de funcionários administrativos para o Estado,

² No original: “[...] 'the survival of the colonial system in spite of formal recognition of political independence in emerging countries which [thereafter became] the victims of an indirect and subtle form of domination by political, economic, social, military or technical means'.” (Gregory, 2000, p.435).

ocupando cargos importantes dentro do país. Ainda, N'Krumah nos fornece o caso mais extremo, em que tropas imperialistas são alocadas no território do Estado subjugado pelo neocolonialismo e bases militares são construídas (N'Krumah, 1967). Ainda, Visentini, Ribeiro e Pereira (2013), abordam uma faceta "humanitária" do neocolonialismo, à medida em que este também foi acompanhado pela pressão de órgãos internacionais – como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial – e "ajudas" das antigas metrópoles, podendo estas ser variadas, desde econômicas até militares (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

2.2 *FRANÇAFRIQUE*: ASPECTOS SOCIOCULTURAIS, POLÍTICO-DIPLOMÁTICOS E ECONÔMICO-FINANCEIROS

Após a definição conceitual geral do colonialismo e neocolonialismo, bem como o histórico geral da descolonização, um próximo passo lógico será analisar a política francesa para a África, uma vez que esta teve um comportamento peculiar mesmo entre as demais ex-metrópoles coloniais ao intrometer-se nos assuntos internos de suas ex-possessões (Schmidt, 2013). A herança da colonização direta, da lógica de "dividir para conquistar" e da balcanização das colônias francesas, foi infinitamente mais destrutiva para as sociedades africanas e suas culturas (Siradag, 2014). Dessa forma, faz-se necessário compreender a ação francesa na África, tanto durante a colonização como no período após as independências.

A política africana francesa durante o período colonial era baseada no princípio de assimilação política e cultural (Siradag, 2014). Isso significou que a França não respeitava os costumes, as línguas ou as tradições das regiões colonizadas. Bem pelo contrário, ela baniou qualquer tipo de identidade africana das duas colônias. Isso levou à exportação dos costumes, da língua e da organização de sociedade francesa para o continente africano (Siradag, 2014), baseando-se no preceito de superioridade colonizadora. Dessa forma, em 1881, a França criou o Código do Indigenato, válido para todas as colônias, que deu aos povos colonizados o *status* de "cidadão francês", porém um cidadão de francês de "menor qualidade", isto é, o "sujeito francês" – os povos dos países colonizados. O Código do Indigenato institucionalizou o regime de desigualdades sociais e jurídicas ao estabelecer duas categorias – os cidadãos franceses, os franceses metropolitanos, e os "sujeitos" franceses, que estavam submetidos às leis coloniais que limitavam suas liberdades civis e políticas (Thimonier, 2006). O principal objetivo desta política de exportação era a exploração dos recursos e da economia africana, porém também se buscava o aumento do prestígio da França continental, uma vez que estas

colônias eram vistas como parte da França (Siradag, 2014). É essa política que dá forma para a política de cooperação, que veremos mais para frente nesta seção.

O Império francês sofreu sua primeira alteração em 1946, após a Segunda Guerra, quando a forte participação das colônias na Guerra garantiu a restauração da França após controle alemão, dando fim ao regime de Vichy, e a aspiração pela independência tomou força nos territórios coloniais. Assim, o Império assumiu a forma de União Francesa, composta pela França metropolitana, bem como pelos seus territórios associados e colônias. A União Francesa durou até 1958, ano em que De Gaulle, desgastado pelas guerras tanto na Indochina (1946-1954) como na Argélia (1954-1962), propôs aos países demandantes por independência um referendo popular que definiria a adesão à Comunidade Francesa, ou a independência (Thimonier, 2006; Schmidt, 2013). Acuados pelo histórico de agressividade francesa com demandas pela independência, considerando que a Guerra na Argélia ainda estava em andamento, apenas a Guiné Bissau de Sékou Touré votou massivamente pela plena independência, enquanto os demais países africanos mantiveram-se submetidos à França. Porém, isto não durou muito tempo: dois anos mais tarde, em 1960, a França formalizou a independência de 15 países africanos membros da Comunidade Francesa, embora manteve pontos estratégicos, como o caso de Comores (independente apenas em 1975) e de Djibouti (independente em 1977), bem como alguns territórios como "territórios ultramar" ("*territoires d'outre-mer*"), alguns que o país europeu mantém até hoje, como departamentos ultra-marítimos ("*département d'outre-mer*") (Thimonier, 2006).

De acordo com Charbonneau (2008a), esta descolonização significou uma nova fase da estratégia francesa de dominação, de perpetuação da hegemonia francesa na África – a reestruturação dos relacionamentos coloniais com base na nova política de cooperação. Desta forma, pode-se afirmar que a descolonização dos países francófonos, assim como já mencionado na primeira seção deste capítulo, foi apenas no papel, pois na prática, os territórios das ex-colônias francesas seguiram subordinados ao país europeu de muitas maneiras. Dessa forma, em adição ao conceito de neocolonialismo de N'Krumah, Elizabeth Schmidt (2013) reitera a atuação francesa no pós-independência como neocolonial, visto que a antiga metrópole seguiu tendo uma forte influência nos assuntos econômicos, políticos e militares da região.

Para tanto, a estratégia neocolonial de De Gaulle constitui-se em duas frentes: a política oficial e a extra-oficial do governo francês no trato das ex-colônias. A política governamental oficial do Eliseu foi de estabelecer novas relações com cada um dos países baseado no novo princípio internacional de cooperação. Essa política pode ser vista nos

incontáveis acordos de cooperação entre a França e os novos Estados africanos, que abrangiam as áreas de cooperação comercial, técnica, jurídica, cultural, diplomática e principalmente econômica, monetária e financeira, bem como militar (Charbonneau, 2008a; Taylor, 2010; Schmidt, 2013; Siradag, 2014). De acordo com Schmidt (2013), a instrumentalização do neocolonialismo através da ratificação de acordos de cooperação militar e econômica permitiu à potência europeia o controle de matérias-primas, como petróleo e minerais, bem como a áreas estratégicas para o controle desses novos países. Ecoando o argumento de Schmidt, Gregory (2000) afirma que foi justamente ao organizar as independências africanas dos países francófonos como tratados de cooperação, que De Gaulle conseguiu realizar a transição de dependência colonial para dependência neocolonial. Dessa forma, criou-se um simbolismo a partir do entendimento que existia uma relação *especial* entre a França e a África, que foi sustentado pelo termo discursivo da *France-Afrique* (Charbonneau, 2008a).

A política oficial francesa para a África também garantiu o envio de funcionários franceses – sendo eles técnicos ou conselheiros – para os novos Estados, a fim de organizar as novas instituições destes países, de estabelecer seus programas de desenvolvimento econômicos, ou mesmo de formar sua elite e seus próprios funcionários. A materialização da política francesa para a África pode ser vista, em 1961, quando De Gaulle criou o Ministério da Cooperação, no entanto, é importante salientar que diversos dos funcionários e das organizações especializadas deste novo Ministério eram herdeiras do antigo Ministério das Colônias, o que provoca certo estranhamento (Charbonneau, 2008a; Taylor, 2010). Assim, a França usufruiu da política de assimilação, mencionada acima, para elaborar a sua política oficial de cooperação. Um exemplo disso, é o caso da exportação do modelo e dos métodos de desenvolvimentos francês para a África através do uso da língua comum – o francês. Similarmente, a França exportou seu modo de pensar e até seu sistema jurídico-administrativo para os novos países africanos, validando-se nessa facilidade linguística. Dessa forma, os franceses conseguiram aumentar o grau de dependência dos países africanos da antiga metrópole (Charbonneau, 2008a; Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013). A política oficial francesa para a África garantiu que a França conseguisse manter seu espaço de influência privilegiado no continente africano, bem como a dependência desses novos países à França. Ao controlar as instituições, o governo francês também foi responsável pelo desenvolvimento destes países, baseando-o na produção e exportação de matérias-primas (Thimonier, 2006).

Porém, esta política não era suficiente para garantir a total submissão de países independentes, fazendo com que a França tenha usado, paralelamente à política oficial de

cooperação, da "França melhor amiga da África", a política extra-oficial, comandada por Jacques Foccart (Thimonier, 2006). A Célula Africana, era um corpo independente e secreto, separado do Ministério das Relações Exteriores, que trabalhava diretamente para o presidente da República (Schmidt, 2013). Os objetivos dessa política eram variados, compreendendo desde a busca pela manutenção do *status* francês dentro das Nações Unidas – sustentado pela ideia de clientelismo dos Estados africanos – à manutenção do acesso francês às matérias-primas africanas estratégicas (como o petróleo e o urânio), até a mera permanência dos novos Estados africanos na órbita ocidental durante a Guerra Fria (Verschave, 2004; Thimonier, 2006).

A manutenção da permanência francesa na África a partir das independências, seja através da política oficial de Paris ou da comandada por Foccart na Célula Africana do Eliseu, foram classificadas por François Verschave (1988) através do termo *Françafrique*³. Esse termo é a representação da relação neocolonial francesa para a África, visto o paradoxo de independências africanas, mas manutenção das ligações econômicas, políticas e sociais com a ex-metrópole (Verschave, 1988). Verschave (1988) aponta que esta relação foi marcada pela corrupção e cooptação de elites, através de uma política francesa africana paralela à divulgada pelo governo francês, que buscava a manutenção da dependência africana à França. Assim sendo:

A Françafrique é como um iceberg. Você tem a face acima, a ponta do iceberg: a França, a melhor amiga da África, pátria dos direitos humanos, etc. E então, de fato, você tem 90% da relação que está submersa: todos os mecanismos para manter a dominação francesa na África com aliados africanos. (Verschave, 1998, p.10, tradução nossa⁴).

Sobre a *Françafrique*, Charbonneau (2008a), identifica a visão de Charles de Gaulle, sobre a importância da influência francesa na África como uma maneira de promover o poder francês no nível global, utilizando então essa continuidade entre a França e a África como um símbolo político, mas também que utilizaria o desenvolvimento africano para beneficiar com recursos naturais e humanos a própria França. A ideia da *Françafrique* foi então utilizada de forma a criar essa ilusão de uma relação especial entre o país europeu e seus antigos domínios, bebendo nos acordos de cooperação assinados no pós-independência

³ O termo *France-à-fric*, em francês soa como *france-à-fric*, cuja tradução adequada para português seria “França em dinheiro”

⁴ No original: “La Françafrique, c’est comme un iceberg. Vous avez la face du dessus, la partie émergée de l’iceberg: la France meilleure amie de l’Afrique, patrie de droits de l’Homme, etc. Et puis, en fait, vous avez 90% de la relation qui est immergée: l’ensemble des mécanismes de maintien de la domination française en Afrique avec des alliés africains.” (Verschave, 1998, p. 10)

(Charbonneau, 2008a). Essa relação de coerção-intervenção, de acordo com o autor, apenas adquiriu novas formas ao longo dos anos, sendo o neocolonialismo francês a intervenção mais permanente na África (Bustin, 1982).

A questão dos acordos de cooperação estabelecidos entre a França e a África no pós-independência são uma ilustração clara da política francesa para a África. Sobre estes, Schmidt (2013) argumenta que os laços entre as antigas colônias e a França foram formalizados nas áreas econômica, monetária e securitária – compreendendo tanto defesa como questões estratégicas. São estas áreas de influência que configuram os instrumentos do neocolonialismo francês que serão analisadas na seguinte subseção.

2.2.1 Os mecanismos da política neocolonial francesa: aspectos sócio-culturais, político-diplomáticos e econômicos de 1960 a 1990

Nesta subseção, serão analisados os mecanismos da política neocolonial francesa, levando em consideração os aspectos socioculturais, político-diplomáticos e econômico-monetários, tanto no período imediato pós-independência quanto após as reformas de 1990. Adicionalmente, serão examinadas as diversas formas pelas quais a França exerce sua influência no continente, excluindo a utilização de forças militares – que será abordada no próximo capítulo.

A França manteve suas relações com a África por meio de uma série de acordos de cooperação, de intervenções militares e de políticas de ajuda financeira (Siradag, 2014). Os acordos de cooperação estabelecidos no período pós-independência desempenharam um papel fundamental na busca pela manutenção da posição privilegiada da França no continente africano, bem como no acesso a recursos naturais estratégicos (Schmidt, 2013). Essa perspectiva de Schmidt (2013) é respaldada por Gregory (2000), que enfatiza a criação de uma esfera de influência exclusiva da França na África, estabelecendo um mercado para seus produtos, cultura e ideias. Exemplificando essa dinâmica, podemos mencionar a preservação das relações comerciais entre o Estado francês e os países africanos por meio de acordos destinados a garantir mercados de exportação e privilégios para empresas e cidadãos franceses. Um caso emblemático é a concessão de materiais nucleares para as usinas de energia, que representam 62,5% da energia francesa (Statista, 2023). A matéria-prima para este setor, apesar da diversificação no século XXI, provém em uma parte de países africanos francófonos, em especial, o Níger. É deste país que vem 33% do urânio francês, em 2014 (Siradag, 2014).

De acordo com Clapham (1996), as relações complexas entre a França e os países africanos, predominantemente países francófonos – mas não se limitando a estes, uma vez que a França expandiu seus acordos de cooperação para demais países africanos, como a Ruanda – são construídas por meio de um conjunto de mecanismos de manutenção de poder que não possuem equivalência com nenhum outro país colonizador. O autor identifica três elementos interligados que resumem esses relacionamentos estabelecidos pela França no pós-independência: pessoas, dinheiro e força. Nesse sentido, uma das principais e mais bem-sucedidas estratégias empregadas pela França é a cooptação das elites (Thimonier, 2006; Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

A cooptação de elites não foi uma de uso exclusivo dos franceses, tampouco foi desenvolvida no período posterior às independências. Foram as experiências das guerras coloniais, em especial o caso da Revolta de Cabília, Argélia, em 1945, e a grande insurreição em Madagascar, iniciada em 1947, que fizeram com que Paris julgasse necessário cooptar as elites africanas a fim de estabelecer uma relação de dominação através destas nos povos africanos (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013). Dessa forma, criou-se assim uma elite africana que era enviada à Paris para estudar e se formar, a fim que no seu retorno essa elite estivesse tão profundamente entrelaçada com a sociedade francesa que houvesse um alinhamento imediato entre ambas (Wallerstein, 2005). As relações entre os líderes franceses e africanos passaram então a ser baseadas em pactos de lealdade e reciprocidade (Schmidt, 2013). No entanto, é importante ressaltar que, em alguns casos, foi justamente essa elite africana, conforme Wallerstein (2005), que encabeçou os movimentos de independência na África.

Porém, segundo Verschave (2004), foi através dessa elite que Foccart colocou em prática o sistema da *Françafrique* – as estreitas ligações pessoais entre as elites francesa e africanas a fim de gerar mútuo benefício. Dessa forma, Verschave aponta que o general de De Gaulle escolheu a dedo um número de chefes de Estado "amigos" da França, de forma que estes países parecessem independentes, enquanto, na verdade, esses governadores negros (*gouverneurs de peau noire*) representariam os interesses franceses na África (Verschave, 2004). Isso contribui com a ideia de personificação e clientelismo apresentadas por Clapham (1996) das relações *especiais* franco-africanas. Isso significa que as relações entre o país europeu e os novos países africanos foram estabelecidas e se desenvolveram baseadas nos relacionamentos, iniciando com De Gaulle e Foccart, mas seguindo a cada novo presidente francês, até Mitterrand, quando os impactos do fim da Guerra Fria e novas pressões conjunturais do sistema internacional pressionaram por uma alteração na política africana francesa (Clapham, 1996). Clapham afirma que

[...] pode ser considerada uma associação para benefício mútuo entre dois grupos de pessoas: de um lado, não tanto o Estado Francês [...], mas sim um número limitado de pessoas francesas que, tendo ou não cargos oficiais, tinham algum acesso ao poder do Estado; enquanto do outro lado, um número igualmente limitado de figuras importantes de dezoito países francófonos. Os membros dessa associação enfatizavam, repetidas vezes, os seus aspectos pessoais: a amizade de longa data, a rede confiança e obrigações pessoais, as conexões formadas pela maçonaria e ocasionalmente pelo casamento, que ligavam os seus membros da França à África. (Clapham, 1996, p. 89, tradução nossa⁵).

O autor então argumenta que a política em todos esses países era definida pelas relações entre indivíduos, embasada no clientelismo (Clapham, 1996). Alguns dos governadores, inclusive, eram franceses, foram treinados em instituições francesas, ou mesmo eram membros do serviço secreto francês – como é o caso de Omar Bongo, presidente do Gabão de 1967 até seu falecimento, em 2009, tendo governado o país por 41 anos (Verschave, 2004).

As intervenções francesas a fim de selecionar membros da elite africana que favorecessem a França foram numerosas, e suas técnicas diversas (Foutoyet, 2009). Essas práticas variavam de assassinatos políticos – como ocorreu com Sylvanus Olympio, presidente de Togo, que foi assassinado em 1963 por quatro sargentos-chefes franco-togoleses com apoio do oficial francês responsável por sua segurança; o assassinato ocorreu após Olympio demandar por um acordo mais vantajoso para o Togo com a empresa francesa de mineração que explorava o fosfato do país (Verschave, 2005) –; a deposição de presidentes – como foi o caso do Níger, em que o presidente Hamani Diori fracassou nas suas negociações com os franceses que buscavam estabelecer um preço melhor para o urânio e então decidiu buscar outros parceiros comerciais para o minério estratégico; ele foi deposto pela França em 1974 por Foccart e Seyni Kountché, que assumiu a presidência e manteve-se parceiro francês (Pesnot, 2011) –; e guerras violentas – que é exemplificado por Verschave (2004) no caso de Camarões, em que a França guerreou contra Runben Um Nyobé de 1957 a 1970, cuja violência e fatalidades foram similares à Guerra de Libertação Argelina.

No âmbito político-diplomático, Visentini, Ribeiro e Pereira (2013) destacam que os países africanos, cujas elites se beneficiam das relações próximas com a França, frequentemente trocavam seu apoio por votos dentro dos órgãos das Nações Unidas. Um

⁵ No original: "[...] it may be viewed as an association for mutual benefit between two groups of people: on the one hand, not so much the French State [...], as a limited number of French people who, whether or not they held official positions, had some kind of access to state power; on the other, an equally limited number of leading figures in the eighteen francophone states. Those within this association emphasized, over and again, its personal aspects: the long-establish friendship, the network of personal trust and obligation, the connections formed by freemasonry and occasionally marriage, which linked its members across the divide between France and Africa." (Clapham, 1996, p.89).

exemplo conhecido é o caso do Senegal, durante o governo de Senghor, que atuou como um importante interlocutor do continente na defesa dos interesses francófonos e eurafricanos. Essa dinâmica ocorreu porque o Ocidente tinha interesse em conter a influência socialista na África, e os relacionamentos estabelecidos por Paris foram cruciais nessa disputa durante a Guerra Fria. No contexto da participação europeia na institucionalização do neocolonialismo francês, destacam-se os acordos de Yaoundé (1963 e 1969) e a Convenção de Lomé (a partir de 1975). Além disso, o estabelecimento da rede de Cooperação da África, Caribe e Pacífico (ACP), após a adesão do Reino Unido à União Europeia, também desempenhou um papel importante na consolidação da África como área de influência francesa, necessária para seu status de potência mundial (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

No que tange às questões culturais, podemos citar as organizações e conferências criadas pelo Estado francês para garantir certa organização da África Francófona. A União Africana e Malagasy foi criada em 1961 e durou até 1985, tendo como objetivo reforçar a cooperação política e econômica entre a França e as ex-colônias. Já a Organização Internacional da Francofonia (OIF), similar no objetivo de manter uma "relação especial" entre a França e os países africanos, foi uma organização criada em 1970, cujo objetivo era estimular as relações históricas, políticas, econômicas e sociais entre a França e os Estados africanos, de forma que conferências eram realizadas a cada dois anos, buscando juntar as lideranças de todos os países membros (Siradag, 2014).

No contexto econômico, os acordos de cooperação tinham como principal objetivo assegurar à França acesso privilegiado às matérias-primas provenientes da África, além de estabelecer mercados de exportação, com ênfase nas matérias-primas necessárias para a indústria nuclear e de armamentos francesa. Desse modo, tais acordos garantiram a continuidade da relação mercantil entre a França e suas antigas colônias (Schmidt, 2013), que atendia aos interesses franceses, uma vez que materiais estratégicos, como urânio e petróleo, eram de grande importância para o país (Kabbanji, 2019).

Ainda com estratégia de controle da dependência econômica dos países africanos à França, podemos citar as ajudas ao desenvolvimento (ou, em francês, L'Aide Publique au Développement – APD). As APD foram um mecanismo de corrupção francês que permitia o desvio de dinheiro enviado aos países africanos como forma de "auxílio", mas que eram desviados pela elite política africana, que o repartia com a elite francesa através de paraísos fiscais (Thimonier, 2006; Verschave, 2005). Essa "ajuda humanitária", muitas vezes aumentada durante períodos eleitorais, é apontada por Visentini, Ribeiro e Pereira (2013) como uma forma de garantir a perpetuação da dependência. É nesse sentido que podemos

discutir o papel das dívidas africanas, que, aliadas ao recebimento ajudas e ao funcionamento do Franco CFA, que será analisado no próximo parágrafo, criava um contexto de ingerência externa nas economias africanas, que, para que conseguissem pagar seus empréstimos, estes países contraíam novos empréstimos. Estes, no entanto, estavam vinculados a uma série de exigências que favoreciam os países ocidentais, como exigências de privatizações e de cortes de gastos públicos (Thimonier, 2006). O resultado para a economia africana foi desastroso: uma dívida impossível de ser paga de um dinheiro que nunca chegou a de fato investir (Thimonier, 2006; Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

Outra forma de controle econômico-monetário, foi o Franco CFA, que representa duas moedas diferentes, o Franco CFA da África do Oeste e o Franco CFA da África Central (Siradag, 2014), presentes em 8 Estados africanos – Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo – até 2020, cerca de 60 anos após a independência desses países (França..., 2019). As moedas foram criadas em 1939, sendo originalmente nomeadas de *Colonies Françaises d'Afrique* (Colônias Francesas na África), porém, após a descolonização, elas foram renomeadas para *Communauté Financière Africaine* (Comunidade Financeira Africana) (Verschave, 2004; Thimonier, 2006). O Franco CFA foi um recurso francês que assegurou a estabilidade monetária dos países africanos ao vincular a moeda africana ao franco francês, estabelecendo paridade entre as duas moedas e permitindo a livre circulação e a conversão entre elas. Essas condições possibilitaram aos investidores franceses a repatriação de seus lucros regularmente e sem riscos (Thimonier, 2006), resultando na drenagem de capital desses países para Paris ao longo de muitos anos (Verschave, 2004). De acordo com Verschave (2004), o dinheiro enviado como "ajuda financeira" para os países africanos foi muitas vezes dividido entre o líder do Estado receptor e o decisor francês, resultando em enormes dívidas financeiras para estes Estados africanos, que nunca se beneficiaram efetivamente desse dinheiro. Dessa forma, podemos identificar o Franco CFA como mais um mecanismo de corrupção, de lavagem de dinheiro e de cooptação de elites (Clapham, 1996). Além disso, após as independências, o controle econômico era assegurado através dos bancos centrais, que estavam intimamente ligados à França, uma vez que o Banco da França era responsável pela moeda, de forma que esta mantinha poder de veto de todas as decisões monetárias sobre o Franco CFA, de forma que os países africanos tinham que entregar a sua autonomia econômica para o Banco da França. Assim, Paris determinava as regras monetárias e financeiras. Dessa forma, a França tinha total controle da política econômica dos países membros da comunidade do Franco CFA (Schmidt, 2013; Thimonier, 2006). Apesar do anúncio feito pelo presidente Emmanuel Macron em 2020 de mudar o nome

do Franco CFA para Eco e reduzir a participação francesa, o Franco CFA foi utilizado como um meio de exercer controle sobre os Estados africanos por 60 anos, e seus efeitos prejudiciais não podem ser ignorados (França e..., 2019).

As empresas francesas também foram utilizadas como estratégia neocolonial, sendo a mais famosa delas a Elf. Essas empresas conservaram seus monopólios em determinados setores, apropriando-se de matérias-primas e do controle do mercado de manufaturados – o que impedia o desenvolvimento de métodos africanos de desenvolvimento, tornando os países agroexportadores. O caso mais notório é o da empresa Elf, criada em 1967, a empresa serviu de "laranja" para acobertar e financiar a ação do serviço secreto francês. Além das ações ocultas, a empresa foi responsável por drenar recursos naturais – como petróleo e minerais –, desvalorizar royalties e superfaturar investimentos em todos os países africanos em que atuava (Thimonier, 2006). O escândalo da empresa Elf envolvia o pagamento de enormes quantias para os chefes de Estados africanos, buscando não apenas assegurar sua aliança com a França, mas também garantir que seria a empresa francesa – e não empresas americanas ou britânicas – que exploraria o petróleo dos países. As transferências eram de 5 milhões de dólares que eram transferidos anualmente para o presidente do Gabão, Omar Bongo, e outras quantias transferidas para os líderes de Angola, Camarões e Congo-Brazzaville (Taylor, 2010).

2.2.2 "Adieu Afrique": as "reformas" da política africana francesa de 1990

A política africana da França durante a Guerra Fria foi a mesma articulada por de Gaulle e Jacques Foccart, sem nenhuma mudança substancial, sendo seguida por todos os presidentes que sucederam a de Gaulle, fossem eles de esquerda ou de direita. Foi apenas com o fim da Guerra Fria que esta política entrou em crise (Taylor, 2010). O envolvimento francês no genocídio em Ruanda em 1994 e na crise da República Centro Africana em 1996 (em que o seu apoio a Mobutu Sese Seko durante a crise do Zaire em 1997) foi severamente criticado pela sociedade francesa, principalmente no ponto sobre a retórica francesa de valores republicanos universais que não eram praticados. Dados sobre a corrupção da empresa Elf e seu *modus operandi* na África vieram à tona no período. Somando-se às pressões da sociedade francesa, que passou a criticar a política franco-africana, novos atores econômicos, como a China e os Estados Unidos, passaram a atuar no continente, fazendo com a França tivesse que dividir sua esfera de influência. Essas condições fizeram com que a França elaborasse uma reforma parcial das suas políticas para com a África durante o governo de

Jacques Chirac (1995-2007) e Nicolas Sarkozy (2007-2012). De acordo com Charbonneau (2008a), a França estava buscando "normalizar" suas relações com os países africanos, que estava sendo severamente criticada. No entanto, é importante ressaltar que essas mudanças não afetaram substancialmente a política francesa (Charbonneau, 2008a; Taylor, 2010).

A tentativa francesa era de buscar um distanciamento público das noções da *Françafrique*, principalmente no discurso, usando termos como "*Adieu Afrique*", embora na prática Paris ainda mantivesse diversos laços pessoais e políticos com os países ditos "amigos da França". Uma das principais mudanças – que demonstra justamente o quanto essas reformas foram simbólicas, e não necessariamente efetivas – foi a absorção do Ministério da Cooperação, que havia substituído, mas sem propriamente alterar a dinâmica, o Ministério das Colônias em 1960, pelo Ministério das Relações Exteriores em 1998, durante o governo de Chirac. É importante mencionar que, tal como a substituição do Ministério das Colônias no pós-independência, a absorção do Ministério da Cooperação não acabou com o seu funcionamento, ou tampouco mudou os funcionários deste ministério, ele apenas foi absorvido pelo Ministério das Relações Exteriores, tornando-se um gabinete deste, sem alterações no seu trabalho ou funcionamento (Taylor, 2010).

Nesse mesmo sentido, a política africana francesa deu uma guinada favorável ao multilateralismo. Para tanto, a França buscou envolver a Europa com a África, principalmente no escopo militar – que será analisado no próximo capítulo –, mas também no econômico. A tentativa francesa era de fortalecer a ação multinacional dos países europeus na África, como forma de tanto escapar das críticas internas e externas, bem como de dividir custos com os demais países da União Europeia, uma vez que introdução da União Monetária Europeia previa cortes de gastos nos orçamentos franceses para a África. No entanto, é importante ressaltar que apesar dos discursos sobre o multilateralismo e sobre o fim da corrupção da *Françafrique*, o envolvimento da França, em 2002, na República Centro Africana, pode ser definido como uma tentativa de utilizar as forças europeias e de organizações internacionais, como o Banco Mundial, para atingir objetivos franceses – de forma que deve ser compreendida como um unilateralismo disfarçado de multilateralismo, como iremos debater no próximo capítulo (Siradag, 2014; Taylor, 2010).

Sendo assim, conforme argumentado por Taylor (2010), as instituições oficiais e informais que ditavam o funcionamento das relações franco-africanas provaram-se mais difíceis de cortar do que a mera retórica implicava. Ele afirma que "[...] a redução do Ministério da Cooperação mudou, mas nunca desestabilizou fundamentalmente a natureza

personalizada das relações franco-africanas" (Taylor, 2010, p. 101, tradução nossa⁶). Isso já se percebia no estabelecimento da doutrina de La Baule, uma resposta do governo francês aos movimentos democráticos na África na década de 1990 (Siradag, 2014).

Essa doutrina pode ser exemplificada no discurso feito por François Mitterrand (1981-1995), na Conferência Franco-Africana em La Baule de 1990, que declarava que a ajuda francesa seria "morna", isto é, iria diminuir a assistência econômica e política para os regimes autoritários da África, enquanto seu envolvimento seria mais enfático no apoio aos direitos humanos e à democracia naqueles países que iniciassem uma transição democrática (Siradag, 2014; Taylor, 2010). Porém, a democracia nunca de fato foi um problema para a França, visto que essa se aliava e aliou com os regimes mais autoritários e corruptos na África. O governo de Jacques Chirac (1995-2007) seguiu na mesma linha do seu antecessor, afirmando que a democracia era nada mais que um "luxo" que os países africanos não poderiam pagar. A lógica francesa girava em torno da ideia de que era preferível ter um líder autoritário, mas "amigo da França", do que um democrata hostil (Taylor, 2010).

Nesse mesmo sentido, a eleição de Sarkozy foi marcada pela sua retórica de desgosto pelas relações da França com os países africanos. Após a eleição, o presidente fez declarações polêmicas, anunciando que em Libreville, Gabão, que: "não podemos culpar tudo na colonização. Isso não é verdade. A corrupção, os ditadores, o genocídio, isso não foi colonização" (République Française, 2007, digital, tradução nossa⁷). O que Sarkozy não falou, no entanto, é que o país em que ele estava foi governado durante 41 anos por Omar Bongo, ditador aliado do Eliseu, membro antigo da *Françafrique* e cujos conselhos ele mesmo ouvia⁸. Esse simbolismo do neocolonialismo francês morto em papel e no discurso, mas vivo em atitudes foi praticado por Sarkozy e por seus sucessores (Taylor, 2010).

No âmbito econômico, o Franco CFA foi afetado de forma mais drástica pelas mudanças em Paris. Com o fortalecimento da União Europeia e as pressões do Fundo Monetário Mundial e do Banco Mundial, Paris desvalorizou o Franco CFA em 50% – inicialmente, o franco CFA cotava de 50 para 1, após a desvalorização de 1994, passou de 100 para 1 (Taylor, 2010). A desvalorização criou empasses nas relações franco-africanas, prejudicando a cooperação monetária entre os países, uma vez que afetou profundamente a instabilidade econômica destes (Siradag, 2014). Essa mudança veio junto com a onda de

⁶ No original: "[...] the reduction of the Cooperation Ministry changed but never fundamentally destabilized the personalized nature of Franco-African relationships." (Taylor, 2010, p.101).

⁷ No original: "On ne peut pas tout mettre sur le compte de la colonisation. Ce n'est pas vrai. La corruption, les dictateurs, les génocides, ce n'est pas la colonisation." (République Française, 2007).

⁸ Omar Bongo anunciou que conhecia o presidente francês bem e que, após a vitória de Sarkozy, este lhe agradeceu pelos conselhos dados durante a vida política (Taylor, 2010).

liberalização e privatização demandadas pelas organizações internacionais para muitos países africanos. Independente das “tentativas” de adequação da política franco-africana, os carros-chefes do neocolonialismo, o petróleo, recursos minerais e as telecomunicações, continuaram de grande interesse francês. Empresários franceses acompanharam as visitas de Sarkozy à África, fechando acordos bilionários com os Estados que visitavam (González, 2018; Taylor, 2010).

As reformas realizadas nas décadas de 1990 e 2000 foram descritas por alguns analistas como confusas, uma vez que a França tentava conciliar as novas ideias de multilateralismo e europeização de sua política africana com os vestígios da política neocolonial gaullista. Essa abordagem resultou em críticas sobre a falta de direção na política africana (Taylor, 2010). No próximo capítulo, será realizada uma análise dos governos franceses durante e pós-reformas em relação às intervenções militares francesas na África, uma vez que o início do século XXI foi caracterizada por uma série de intervenções militares francesas em países africanos, de forma que o envolvimento dos governos franceses desempenhou um papel significativo nessa “nova” estratégia francesa.

2.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo buscou conceitualizar o neocolonialismo, prática caracterizada pela sobrevivência do sistema de dependência colonial, apesar das independências formais, de forma a utilizar métodos político-diplomáticos, socioculturais, econômico-financeiros e militares para submeter esses países aos interesses de potências. Para tanto, foi realizada uma retomada histórica sobre a colonização, os processos de descolonização africanos e uma revisão do conceito criado por lideranças africanas e estudiosos do tema.

A partir da conceitualização do neocolonialismo, foi necessário apresentar o caso do neocolonialismo francês, interesse desse estudo. A *Françafrique*, política neocolonial francesa que não possui equivalente de atuação em nenhum outro país colonizador, foi então apresentada. De acordo com Verschave (2004), cunhador do termo, a *Françafrique* é o compilado das relações oficiais e ocultas entre as elites dirigentes dos Estados africanos e a elite de Paris. Os métodos do neocolonialismo francês também foram analisados, em especial a cooptação de elites, o clientelismo e a personalização destas relações, o Franco CFA, os acordos econômicos, políticos e militares assinados na década de 1960. Por fim, foi feita uma breve análise das reformas de 1990, que apesar de terem sido propagadas como o fim da *Françafrique*, não alteraram profundamente o funcionamento da política francesa, apenas

representaram um ajuste no discurso francês para garantir a sobrevivências de suas relações *especiais* com a África – isto é, manter a África subjugada aos seus interesses.

3 O PRINCÍPIO DAS INTERVENÇÕES MILITARES E OS SEUS OBJETIVOS

As relações militares entre a França e a África foram vitais para o desenvolvimento das relações políticas e econômicas entre a França e os países francófonos africanos, em especial no pós-independência. Dessa forma, a França se envolveu militarmente em 13 novos Estados, tendo feito cerca de quarenta intervenções militares oficiais em solo africano nos cinquenta anos após a independência (République Française, 2022). Os objetivos destas operações militares envolvem, de acordo com Siradag (2014): a proteção de governos aliados a Paris, os "amigos da França na África", de qualquer ameaça interna ou externa; e a proteção dos interesses políticos e econômicos da França nestes países. Desta forma, de acordo com o autor, esse engajamento francês na África afetou a estabilidade política, social e econômica do continente (Siradag, 2014).

Esse capítulo busca compreender o que são intervenções militares estrangeiras, definindo-as a partir de uma perspectiva crítica da teoria das relações internacionais. Na segunda seção, será abordada a forma por que a política militar francesa, através das intervenções militares, busca atingir seus objetivos políticos, econômicos e estratégicos. Além disso, será realizado um breve histórico sobre as reformas na política militar francesa e "novas intervenções" – aquelas a partir do final de 1990. Finalmente, será feita uma breve conclusão.

3.1 CONCEITUALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES MILITARES NA ÁFRICA

As intervenções militares estrangeiras são fenômenos complexos que têm desempenhado um papel significativo na política internacional ao longo da história. Tratam-se da interferência direta ou indireta de um ou mais países em assuntos internos de outro Estado soberano. Pickering e Kisangani (2006), afirmam que conforme o custo das guerras convencionais aumentava e a eficácia das sanções econômicas começaram a ser questionadas, as intervenções militares estrangeiras se tornaram o tipo mais comum de uso da força militar nas últimas décadas. Essas intervenções podem ocorrer por uma variedade de motivos, como interesses geopolíticos, proteção de cidadãos no exterior, promoção de ideologias ou mesmo a busca por recursos naturais. Nesta seção, serão debatidos os conceitos de intervenções militares estrangeiras, suas justificativas e seus objetivos.

A definição de uma intervenção militar unilateral nos é dada por Pickering e Kisangani (2006), quando estes a definem como "o envio de forças armadas nacionais para outro país soberano como uma tentativa de influenciar as condições políticas, econômicas ou

sociais do Estado alvo" (Pickering, Kisangani, 2006, p. 363, tradução nossa⁹). De acordo com perspectivas liberais ou "idealistas" das Relações Internacionais, as intervenções estrangeiras acontecem quando uma terceira parte se envolve no conflito, com um papel de caráter mediador, cujo objetivo é auxiliar na criação de uma resolução mútua para o conflito e mediar para que ambas as partes envolvidas cooperem para alcançar a paz (Ferreira, 2014). No entanto, Patrícia Ferreira (2014) ressalta que as intervenções estrangeiras possuem contradições e tensões que devem ser consideradas, uma vez que elas podem interferir no seu objetivo de construir a paz em um Estado. Segundo a autora, estas contradições podem ser:

[...] o fato de ser uma intervenção externa a impulsionar a autoridade nacional e a governança interna; o fato de ser o envolvimento e o controle internacional a tentar criar uma apropriação local (ownership) e a definir líderes locais legítimos; o fato de se aplicarem valores universais da tradição liberal como remédios para problemas locais, em contextos diversos; a tensão entre a continuidade e mudança, já que o statebuilding implica simultaneamente uma ruptura com o passado e uma reafirmação da história; e o fato das necessidades e exigências de curto-prazo poderem entrar em conflito com objetivos de longo prazo. (Ferreira, 2014, p. 88).

Quando analisa as intervenções externas na África, a autora salienta que é necessário levar em consideração que o contexto africano é um produto das interações entre os fatores internos e externos. Desta forma, explicações baseadas exclusivamente na etnicidade ou em fatores culturais, bem como aquelas baseadas nas "falhas" do Estado, estão tão equivocadas como análises que se baseiam apenas nos fatores externos (Ferreira, 2014). Ainda, de acordo com Yoslán González (2018), a justificativa para a maioria das intervenções externas na África são justamente aquelas sobre a deterioração da situação interna dos países africanos, que alegam uma incapacidade por parte dos Estados africanos em resolver seus próprios problemas.

De fato, a doutrina das principais organizações internacionais ou de organizações multilaterais para implementar intervenções na África é guiada pela ideia de que a solução para as crises africanas está no processo de democratização e de construção de capacidades e na coordenação de "ajuda" ao desenvolvimento (Ferreira, 2014). Dessa forma, as potências extracontinentais, como os Estados Unidos e a França, e as organizações multinacionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) – principais interventores na África – apoiam-se na ideia de "ajuda" aos países africanos, de "auxílio" a esses países em desenvolvimento para resolver suas crises e conflitos armados

⁹ No original: "we define unilateral foreign military intervention as the dispatch of national armed forces to another sovereign state in an attempt to influence political, economic, or social conditions in the target country" (Pickering, Kisangani, 2006, p. 363).

(González, 2018) utilizando a estratégia discursiva de que estes devem implementar sistemas de "boa governança" e de funcionamento eficaz de Estado, que devem avançar no processo de democratização e de liberalização dos mercados (Ferreira, 2014), mas que na realidade buscam intervir nessas regiões que são de interesse geoestratégico para esses agentes extracontinentais (González, 2018). Dessa forma, as primeiras intervenções, de 1960 a 1990 se justificaram apenas na "responsabilidade" colonial e no histórico de relações entre os países africanos e as antigas metrópoles, em especial no caso francês (Granvaud, 2009).

Após os anos 1990, os escândalos de corrupção, clientelismo e os fracassos em Ruanda e na República Centro-Africana levaram a uma mudança na justificativa estrangeira. Apoiando-se na estratégia do multilateralismo e da fusão do discurso de segurança e desenvolvimento – isto é, discursos centrados na ideia de que para que haja segurança, é necessário desenvolvimento e vice-versa –, as ditas "novas" intervenções liberais são vistas como a única resposta possível para as crises na África. A comunidade internacional (neste caso, os países ocidentais) pretende-se conhecedora das causas profundas das crises – a ausência de reformas liberais – e da solução – reformas liberais –, de modo que suas intervenções se tornam legítimas em um contexto global (Charbonneau, 2008a).

Nesse sentido, Charbonneau (2008a) critica a maneira como as intervenções militares estrangeiras ocidentais são utilizadas. De acordo com o autor, a presença militar – isto é, o envio de tropas ou a instalação de bases permanentes – por parte das potências ocidentais, em especial por parte de potências imperialistas, se legitima através do discurso de garantia da paz e segurança, enquanto, na verdade, os objetivos dessas potências é de alcançar ou de consolidar o seu controle em regiões ricas em recursos naturais ou de proteger seus interesses econômicos em regiões em que estes possam correr o risco de serem afetados. Dessa forma, o autor questiona as justificativas de “garantia da paz”, ou que as nações ocidentais buscam “solucionar os conflitos”, principalmente considerando que estas missões muitas vezes são aprovadas em regiões em que estas possuem envolvimento na construção ou evolução do conflito – como é o caso da Operação Barkhane no Mali, como será explorado no próximo capítulo, em que o aumento dos índices de terrorismo durante o final da Operação Serval justificou a implementação da nova Operação anti-terrorista. Dessa forma, o dito conhecimento das nações ocidentais das causas e soluções de conflitos estrangeiros as faz presumir que as intervenções militares estrangeiras são instrumentos para a promoção da segurança e do desenvolvimento – embora muitas vezes não sejam (Charbonneau, 2008a).

No século XXI, dois novos tipos de legitimação passaram a ser buscado pelas potências ocidentais: o multilateralismo e a “luta contra o terrorismo”. No primeiro caso, a

presença militar estrangeira legitimada pela autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) ou de outras instituições internacionais, como a União Europeia (UE), cujo mandato delimita o escopo e a atuação da Operação. Essas tentativas de multilateralismo buscam isentar os atores ocidentais de críticas quanto aos seus interesses nas regiões que atuam, garantindo-lhes uma falsa neutralidade. No entanto, nos últimos anos, o que se nota são operações “multilaterais” para a defesa dos interesses de determinados países, como pode ser analisado no caso da Costa do Marfim, bem como no Mali – intervenções em que a França, primeiramente, interveio unilateralmente e, depois de conseguiu aprovação da ONU (González, 2018). Aliado a isso, tem-se a “Guerra ao Terror”, que busca justificar as intervenções militares estrangeiras dos Estados Unidos, França ou Grã-Bretanha como necessárias para solucionar os problemas de insegurança causados pelos grupos terroristas. Dessa forma, elas se pretendem como intervenções pontuais, rápidas, que buscam alcançar seu objetivo de neutralizar as forças terroristas – sejam estas forças terroristas aquelas que as potências ocidentais dizem que são –, isto é, operações excepcionais; porém, na realidade, são operações que muitas vezes se arrastam e cujos objetivos iniciais não são visivelmente atingidos (Charbonneau *et al.*, 2021).

3.2 OS OBJETIVOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS DAS INTERVENÇÕES MILITARES FRANCESAS

De acordo com Charbonneau (2008b), as justificativas para o envolvimento militar francês com a África não se alteraram desde o século XIX, apenas se adaptaram às diferentes conjunturas históricas, se caracterizando pela utilização de dois instrumentos: a presença militar permanente e a intervenção estrangeira – que se pretende como pontual, embora nem sempre isso se aplica. Assim, ao longo da história, este envolvimento se legitimou aos olhos da comunidade internacional através de duas grandes justificativas: primeiramente, a "necessidade" francesa de possuir territórios coloniais sob sua jurisdição, forma como o país encontrou de promover seus interesses econômicos e políticos, seu prestígio e sua posição como grande potência; após as independências, o segundo elemento foi a "necessidade" que os países africanos teriam da França: para se civilizar, para construir seus Estados nacionais, para consolidar suas forças armadas, para se proteger do comunismo, para aprender a lógica da boa governança e da democracia liberal e para, finalmente, construir a paz no continente (Charbonneau, 2008b).

Do ponto de vista do autor, esse discurso de "necessidade" faz com que se abafe os casos de abuso, de uso da violência, de racismo, e de impunidade dos franceses durante todo o processo de interação entre o país e os territórios africanos. A legitimidade concedida ao não incluir no discurso oficial os aspectos negativos, este apagamento histórico das violências e crimes cometidos contra os povos africanos, garante a manutenção das condições violentas e da relação de exploração e de subserviência presentes nas relações franco-africanas. Esse discurso está alinhado com a ideia exposta por muitos políticos e criticada por acadêmicos da França como "melhor amiga" da África, de forma a legitimar a cooperação militar, fazendo-a parecer algo positivo para os países africanos, quando, na verdade, essas foram prejudiciais para os países (Charbonneau, 2008b).

Sendo assim, esta seção pretende abordar quais são os instrumentos militares do neocolonialismo francês e como estes foram utilizados para alcançar objetivos políticos, econômicos e estratégicos franceses na África. Além disso, essa seção irá abordar o histórico da política securitária e da cooperação militar francesa.

3.2.1 Os instrumentos militares do neocolonialismo francês

No pós-independência, a França, receosa de perder o domínio das suas antigas colônias, se juntou às elites africanas para formar o que Granvaud (2009) chama de ferramenta militar do neocolonialismo: a cooperação militar. A cooperação militar engloba os acordos de cooperação militar, de defesa e de assistência técnica militar (*assistance militaire technique* – ATM). Embora os objetivos e os meios desta cooperação sejam diversos – se traduzindo na criação dos exércitos africanos sob tutela francesa, em acordos militares de defesa e na implementação de bases militares permanentes –, e suas razões oficiais serem vagas e ambíguas como segurança estatal e estabilidade, a França conseguiu manter e expandir sua hegemonia no continente africano, tornando-se, durante a guerra fria, o gendarme do continente (Granvaud, 2009; Charbonneau, 2008a; 2008b)

O principal objetivo francês com a concessão das independências formais em 1960 era de manter seus interesses econômicos, políticos, ideológicos e culturais resguardados, mesmo com a mudança no *status* dos seus antigos territórios coloniais. Dessa forma, as independências, com algumas exceções, são "confiadas aos homens que respeitavam os interesses franceses" (Granvaud, 2009, p. 32, tradução nossa¹⁰), enquanto suas constituições

¹⁰ No original: "les indépendances sont confiées à des hommes respectueux des intérêts français" (Granvaud, 2009, p. 32).

foram criadas com interferência francesa, de forma que legitimassem o uso do poder de exceção através das forças armadas (Granvaud, 2009).

No pós-independência, mesmo sem o domínio formal das colônias, a França utilizou suas relações próximas com os países africanos para se manter como grande potência mundial (Charbonneau, 2008b). O papel militar contribuiu para este objetivo de grandeza francês justamente na medida em que a França instrumentalizou a política de "cooperação" militar, para manter sob seu controle as suas antigas metrópoles. Essa seção abordará quais são as ferramentas neocoloniais militares que serviram de modo a manter os novos países africanos sob domínio francês. Sendo estas: os acordos de defesa e segurança; a influência e controle sob os novos exércitos nacionais, dos novos países africanos; as bases militares permanentes na África; as intervenções militares; e as técnicas de projeção do século XXI.

Assim, a França, receosa de perder o domínio das suas antigas colônias, assinou diversos acordos com os Estados africanos que foram centrais para a continuação da política francesa para a África. Os principais eram os acordos de cooperação militar, assinados com 27 países africanos, os acordos de defesa, realizados com oito Estados¹¹, e os acordos de assistência técnica militar (*assistance militaire technique* - ATM)¹². Embora formalmente distintos, estes acordos serviram para garantir a imagem de relação especial franco-africana, permitindo a continuação da presença e influência francesa na África após as independências formais dos países. Os acordos de defesa legitimaram a presença permanente das tropas francesas e das bases militares permanentes nos países africanos, enquanto os acordos de cooperação militar e de assistência técnica militar garantiam a cooperação através do treinamento dos exércitos nacionais, assistência técnica, treinamento e transferência de armamentos (Charbonneau, 2008b).

Esses acordos não foram todos firmados imediatamente após a independência, uma vez que a maioria deles foi assinada nas décadas seguintes, entre os anos 1970 e 1990, sendo o último acordo de defesa estabelecido com o Marrocos em 1994 (Siradag, 2014). Através desses acordos bilaterais, a França conseguiu manter uma relação especial franco-africana, garantindo sua presença e influência na África mesmo após as independências formais dos países (Charbonneau, 2008b).

¹¹ Países signatários de acordos de defesa com a França: Gabão (1960), República Centro Africana (1960); Costa do Marfim (1961), Togo (1963), Camarões (1974), Senegal (1974), Djibouti (1977) e Comores (1978) (Charbonneau, 2008b).

¹² Os apêndices a e b são tabelas que demonstram, respectivamente, a assinatura dos acordos de defesa e a assinatura dos militares de cooperação.

Embora os acordos de defesa fossem limitados em sua formulação original, – de acordo com Granvaud (2009), eles apenas "[...] garantiam, em princípio, aos Estados signatários, a proteção por parte da França em casos de agressão externa, e, à França, a livre disposição de forças africanas em caso de agressão soviética tão temida na época" (Granvaud, 2009, p. 35, tradução nossa¹³) – eles ultrapassaram esses limites em termos de função e prática. O funcionamento dos acordos de defesa e segurança não era automático e estava ligado à solicitação, por parte do chefe do Estado africano, por ajuda francesa contra uma ameaça externa. Porém, mais vezes do que não, a França agiu de acordo com seus próprios interesses nos países africanos, flexibilizando assim os acordos. Os requisitos para intervenção francesa foram muitas vezes descartados pelo país europeu: por exemplo, seguidamente, a França atuou em conflitos contra grupos rebeldes ou contra a população civil de um país africano, mesmo que os acordos deixassem claro que o auxílio francês estava subordinado a uma ameaça externa – por conta desta flexibilização e dos casos de interferência francesa contra grupos internos, muitos autores interpretam que estes acordos de defesa permitiam ao Estado signatário chamar por ajuda francesa em caso de agressão interna ou instabilidade doméstica (Charbonneau, 2008b) – ou a França agiu contra o próprio chefe de um Estado, mesmo que houvesse necessidade da sua solicitação por parte deste para a interferência francesa. (Granvaud, 2009).

Esse pré-requisito sobre a necessidade de uma solicitação, por parte do chefe de Estado, de ajuda militar francesa foi quebrado de formas distintas: em alguns casos, a França atuou sem que houvesse uma demanda (foi o caso do Gabão, em 1964), em outros, ela se recusou a agir em países que solicitaram sua ajuda (como na República Centro-Africana, em 1979, e em Comores, em 1995). Nesses casos, a França utilizou a retórica que lhe convinha: o discurso de "não querer interferir nos assuntos internos" dos países africanos foi utilizado no caso da Costa do Marfim, em 2002, em que tropas francesas e da ONU atuaram como mediadoras do conflito entre rebeldes e forças governamentais. Enquanto o discurso de precisar cumprir tais acordos foi a justificativa para intervir no conflito do Sudão (Granvaud, 2009).

Já quanto aos acordos de cooperação militar e de assistência técnica militar, estes sustentaram a estratégia francesa de presença e intervenção na África. O objetivo central destes acordos era formar uma série de países signatários com exércitos capazes de garantir a

¹³ No original: "les accords de défense garantissent en principe aux États contractants la protection de la France en cas d'agression extérieure, et à la France la libre disposition des forces africaines en cas d'agression soviétique tant redoutée à l'époque." (Granvaud, 2009, p.35).

defesa e a segurança dos seus próprios países. Além de formar e treinar exércitos nacionais capazes de garantir a defesa e a segurança de seus países, esses acordos permitiram à França treinar os exércitos africanos, estabelecer forças militares pré-posicionadas em países africanos e posicionar oficiais franceses nos exércitos africanos, muitas vezes ocupando posições de prestígio (Charbonneau, 2008a; 2008b).

Os acordos ATM também auxiliaram na reprodução das estruturas sociais de poder francesas, de forma que Charbonneau (2008b) afirma que eles institucionalizaram as práticas de dependência dos países africanos. Ainda, estes acordos tiveram papel na transferência de tecnologias militares francesas para a África, de forma que contribuíram para a dependência material, técnica, científica e militar dos países africanos para com a França. A presença de militares franceses como assessores e instrutores também representa uma intervenção constante nos assuntos africanos, de forma que essa assistência também se materializou como treinamento para as elites e para os oficiais militares africanos, de forma a fortalecer o sistema de cooptação de elites ao criar fortes relações pessoais com os futuros líderes e elites africanos. Dessa forma, os acordos de AMT foram responsáveis por dar à França a posição de administradora dos instrumentos militares africanos – ao treinar e assessorar o exército e as forças internas dos Estados africanos (Charbonneau, 2008b).

Em suma, o que pode ser constatado é que os acordos de defesa foram instrumentalizados pela França de forma que esta atuava de acordo com o pacto secreto neocolonial. Charbonneau (2008b) afirma que estes acordos possuíam artigos ou anexos que garantiam que os países africanos informassem, dessem acesso e prioridade às reservas de matéria-prima ou de produtos estratégicos para a França. Em troca, o exército francês protegia seus chefes de Estado, ditadores ou não (Granvaud, 2009). Esse foi o caso do Gabão, em 1964 e 1990, bem como do Togo (1996) e da República Centro-Africana (em 1996-97). Enquanto aqueles dirigentes que não concordam com esse pacto colonial são rapidamente substituídos ou eliminados (Granvaud, 2009).

Assim, além dos seus objetivos primordiais expostos, as demais cláusulas destes acordos previam e legitimaram os demais instrumentos neocoloniais militares, como a existência de bases militares permanentes (originalmente em sete Estados¹⁴), a presença de forças militares pré-posicionadas em países africanos, a ocupação de cargos nos exércitos africanos por oficiais franceses e a possibilidade da intervenção francesa de forma ágil e em qualquer lugar do continente (Charbonneau, 2008a). Ainda, os acordos securitários de defesa

¹⁴ Originalmente, os países com bases militares francesas permanentes foram: Senegal, Costa do Marfim, Chade, Djibuti, Gabão, Camarões e República Centro-Africana (Charbonneau, 2008a).

e assistência técnica militar garantiram ainda os treinamentos de comandantes africanos, e o comércio de armamento entre a França e esses países (Siradag, 2014).

Ainda, com o surgimento destes novos países africanos, a França, através da sua política de "cooperação", assinou acordos bilaterais militares e de assistência técnica que possibilitaram que esta formasse os exércitos nacionais africanos. Dessa forma, ela garantiu que estes fossem prolongamentos do seu próprio exército, de modo que estes seguissem a escola militar francesa. Essa mesma escola foi responsável por torturar e conter os movimentos pró-independência, se tornando então responsável por treinar e organizar os exércitos dos países soberanos. Outra técnica usada pelos franceses foi a admissão de filhos de alguns ditadores africanos, em caso destes virem a substituir seus pais no comando de seu país – essa técnica auxiliou na manutenção da cooptação de elites abordado no segundo capítulo deste trabalho, uma vez que estabelecia laços privilegiados entre as elites de ambos os países e criava um clima de estima e confiança mútua entre ambas (Granvaud, 2009).

Além disso, ela garantiu que seus militares ocupassem posições de comando nos exércitos africanos, que Granvaud (2009) chama de *coopération de substitution* (cooperação de substituição, em português), o que significa que em casos de crise nos Estados africanos, os comandantes franceses estariam bem-posicionados para assumir o comando do Estado – de maneira oficial, caso houvesse acordo de cooperação, e de maneira extraoficial, caso não houvesse. Tudo isso foi utilizado pelo governo francês a fim de manter sua influência e controle sob os exércitos africanos (Granvaud, 2009).

Outro instrumento do neocolonialismo militar francês é ilustrado pelo fato da França ter sido a única potência militar a manter seus efetivos militares na África, após a descolonização (Granvaud, 2009). De acordo com Siradag (2014), a implementação das bases militares africanas seguiu dinâmicas importantes para a França. As bases permanentes substituíram o exército colonial, após a revogação da existência deste em 1967. Porém, conforme afirma Granvaud (2009), o objetivo francês nunca foi retirar seus soldados, de forma que estes passaram a integrar as tropas navais (*troupes de marine* – TDM) – isso, sem considerar os militares de alto-escalão, que ocuparam cargos de altos nos recentes exércitos nacionais africanos.

As bases foram implementadas em países em que a França tinha fortes interesses econômicos, como importação de matérias-primas, como urânio, gás natural e petróleo. Assim, as tropas militares francesas poderiam resguardar tais interesses. Um caso que pode ser mencionado foi a base no Níger, atuante até os dias atuais, país com grandes reservas de urânio (Siradag, 2014). Dessa forma, as bases permanentes foram qualificadas por Granvaud

(2009) como "particularmente preciosas para os interesses dos nacionais franceses" (Granvaud, 2009, p. 38, tradução nossa¹⁵). Além de servirem como fonte de proteção da propriedade francesa e dos civis franceses habitantes da África – que, em 2014, representavam cerca de 200 mil franceses. Essa população francesa na África foi responsável por atuar no desenvolvimento e na manutenção dos interesses econômicos da França na África. As tropas permanentes francesas tinham, então, o objetivo de protegê-la e suas propriedades, a fim de garantir a manutenção dos interesses franceses (Siradag, 2014).

Até 1998, havia três bases permanentes na África – Senegal, Costa do Marfim, Gabão e Chade –, além da operação Épervier, que será analisada no próximo capítulo, mas que Granvaud (2009) qualifica como equivalente a uma base militar permanente, devido ao fato da operação provisória no exterior (*opération extérieure provisoire*) estar no Chade desde 1986. Em 2007, a base militar permanente na Costa do Marfim mudou de *status* para operação no exterior (*opération extérieure* – OPEX), após as eleições do Presidente Gbagbo, com um anúncio de encerramento da atividade da base permanente – porém, isso não veio a se tornar realidade. Até o ano de 2019, nove bases permanente francesas na África estavam operantes, sendo elas em Burkina Faso, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Gabão, Mali, República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Senegal (Mulegwa, 2019). O efetivo de forças pré-posicionadas também foi alterado com o passar dos anos – em 1970, cerca de 12.500 soldados estavam pré-posicionados nas bases militares permanentes, em 2008, esse número passou para 6.000 (Granvaud, 2009).

Essa mudança no *status* das bases e diminuição no número de tropas pré-posicionadas nestas bases, no entanto, não significa o desengajamento francês na África. As mudanças do século XXI devem-se a fatores que serão analisados em seguida, mas é importante ressaltar que novos acordos militares de cooperação foram assinados, permitindo a livre movimentação e em grande escala das forças terrestres e aéreas francesas. Ainda, essas forças nas bases permanentes poderiam ser reforçadas pelas forças ditas de soberania (aquelas estacionadas nos territórios e domínios ultra-marítimos), cerca de mais ou menos 10.000 homens. Ainda, os números de soldados em intervenções francesas, que em 2009 representavam cerca de 5.000 soldados, também serviriam de reforço a qualquer eventualidade francesa. Ainda, Granvaud (2009) afirma que "a lenta diminuição de efetivos permanentes na África depois dos anos 1960 foi, de fato, permanentemente compensada pela melhoria contínua das

¹⁵ No original: "particulièrement précieuses pour les intérêts nationaux." (Granvaud, 2009, p. 38).

capacidades de projeção" (Granvaud, 2009, p. 40, tradução nossa¹⁶), de modo que esta diminuição não se traduz em uma vontade francesa de sair da África ou de desengajar nos conflitos africanos, apenas uma mudança do tipo de engajamento de presença, de guarnição, tradicional do final do século XX, para uma lógica de revezamento e apoio às operações de projeção, do início do século XXI (Granvaud, 2009).

3.2.3 As intervenções francesas em território africano

De acordo com Charbonneau (2008b), a estratégia francesa é fundamentada em dois fatores: a presença militar – que foi abordada nos três primeiros instrumentos neocoloniais abordados por este trabalho – e a intervenção. As intervenções francesas eram, assim como as bases militares e a interferência nos exércitos nacionais, legitimadas pela existência de acordos entre o país europeu e os países africanos – no caso das intervenções, pela existência dos acordos de defesa. Como mencionado acima, os acordos de defesa eram vagos e flexibilizados de acordo com os interesses franceses, de forma que seu cumprimento não era automático, dependendo do que a França visava obter com a intervenção. Além disso, os acordos de defesa possuíam diversos anexos e adendos, que permitiram livre ação francesa no território africano (Charbonneau, 2008b).

Apesar das promessas recorrentes dos líderes franceses, as intervenções militares são uma constante na história das relações franco-africanas. Essas missões se justificavam, originalmente, no respeito dos acordos de defesa, ou na retórica de proteção dos nacionais franceses, ou no álibi humanitário (Granvaud, 2009). Algumas vezes, ainda, o discurso utilizado era de "[...] manutenção da 'estabilidade' frente ao 'caos', mesmo que a estabilização de uma ditadura predatória pelo exército francês seja justamente o principal fator de caos social e político" (Granvaud, 2009, p. 45, tradução nossa¹⁷). O discurso original de "necessidade" também era retomado para justificar essas intervenções, uma vez que os países africanos "necessitavam" da intervenção francesa para consolidar seus Estados-nacionais ou para aprender como a democracia e a boa governança funcionam (Charbonneau, 2008b).

Porém, na prática, os objetivos destas missões são centrados nos interesses franceses, sejam estes interesses específicos, referentes à defesa no monopólio das importações de algum

¹⁶ No original: "la lente diminution des effectifs permanents en Afrique depuis les années 1960 a en effet été en permanence compensée par une amélioration continue des capacités de projection" (Granvaud, 2009, p. 40).

¹⁷ No original: "[...] le maintien de la "stabilité" face au risque de "chaos", quand bien même la stabilisation d'une dictature prédatrice par l'armée française est précisément le facteur principal de chaos social et politique" (Granvaud, 2009, p. 45).

produto estratégico, seja na simples ideia de superioridade francesa que necessitava da sua influência naquele Estado para manter seu discurso de potência mundial. Siradag (2014) afirma que o principal objetivo por trás das intervenções francesas era a preservação dos interesses econômicos franceses. Se somavam a esse objetivo principal a proteção de cidadãos franceses e o resguardo de regimes cujas relações especiais com Paris favoreciam para que esta atingisse seus interesses econômicos, políticos e estratégicos. Assim, apesar destas missões possuírem o objetivo discursivo e oficial de responder às crises e às instabilidades nos países africanos, elas eram utilizadas de forma a resguardar os interesses franceses. Assim, Charbonneau (2008b) classificada em cinco grandes grupos de intervenções, com base nas suas finalidades, sendo eles

Chaigneau (1984, 93-100) reconheceu quatro tipos de intervenção na África: 1) intervenção de "colocar" os amigos da França em posição de poder (corresponde à maioria das intervenções após a descolonização); 2) intervenção de desestabilização e de golpe de Estado; 3) intervenção para "reduzir" ameaças internas a fim de consolidar o poder ou trazer de volta ao poder os aliados da França; e 4) intervenção para defender-se contra atos de agressão externa, como no Chade. Eu adiciono uma quinta em vista das mudanças na década de 1990 que, de certa forma, englobaram todas as outras e adquiriram grande importância após 1997: intervenções "multilateralizadas" sob os auspícios de instituições de governança global. (Charbonneau, 2008b, p. 65, tradução nossa¹⁸).

Através destes pretextos e objetivos, a França interveio 53 vezes na África entre 1960 e 2014¹⁹. Conforme já constatado, houve uma pequena mudança na política francesa para a África com as reformas de 1990, que serão analisadas na próxima subseção, com as intervenções passando de unilaterais para "multilaterais". Porém, de acordo com Charbonneau (2008a), o multilateralismo não foi necessariamente o fim das tradições neocoloniais francesas na África, representando apenas uma fase de intervenções francesas com roupagens multilaterais.

A França utilizou uma série de instrumentos neocoloniais na África para manter seu poder e alcançar seus objetivos políticos, econômicos e estratégicos. A presença militar, a cooperação com exércitos nacionais, as bases militares permanentes e as intervenções foram fundamentais para moldar as relações franco-africanas e perpetuar a exploração e a

¹⁸ No original: "Chaigneau (1984, 93-100) recognized four types of intervention in Africa: 1) intervention of "setting up" France's friends in position of power (corresponds to most interventions after decolonization); 2) intervention of destabilization and of coup d'état; 3) intervention to "reduce" domestic threats so as to consolidate the power or to bring back to power France's allies; and 4) intervention to defend against external acts of aggression like in Chad. I add a fifth in light of the changes of the 1990s that somewhat encompassed all the others, and that has acquired great importance after 1997: interventions that are "multilateralized" under the aegis of global governance institutions." (Charbonneau, 2008b, p.65).

¹⁹ Conforme apêndice c.

subserviência desses países. Ainda, as suas tropas tinham o objetivo de garantir regimes favoráveis à França (Charbonneau, 2008b; Siradag, 2014).

Os acordos de cooperação militar, de defesa e de assistência técnica estão no centro da atuação francesa na África, uma vez que eles criam a base de legitimidade para a França intervir e estar militarmente presente no continente. Foi através destes acordos que a França possuiu legitimidade nos primeiros trinta anos após as independências para interferir nos assuntos internos dos Estados africanos. Seja através da alocação de uma base militar em países ricos em matéria-primas ou produtos estratégicos, como foi a base no Níger – país rico em urânio –, ou ao realizar uma intervenção para garantir no poder um governante favorável aos interesses franceses – caso da intervenção *Iroko*, 1998, em Guiné Bissau, quando os franceses auxiliaram o ditador Ninõ Vieira (Charbonneau, 2008a; Granvaud, 2009).

Da mesma forma, no que tange aos objetivos políticos, a França esteve altamente envolvida em diferentes Estados africanos, de modo que seu envolvimento na África reflita seus fortes interesses políticos para com o continente. Pode-se citar, além do caso de Guiné Bissau, o caso do governo Gaddafi, na Líbia, cuja derrota do governo, em 2011, teve forte envolvimento francês. Ou mesmo o governo de Laurent Gbagbo, da Costa do Marfim, que foi desarmado pela ONU com auxílio central francês (González, 2018; Siradag, 2014).

Para alcançar objetivos econômicos e estratégicos, pode-se citar, além do caso da base no Níger, as constantes intervenções no Chade – país cuja reserva de petróleo não é desprezível (International Trade Administration, 2020) –, ao passo em que a presença militar permanente como parte do dispositivo *Épervier* no Chade desde 1986 é considerado por Granvaud (2009) como uma base permanente. Por fim, as tropas francesas em território africano auxiliam na diplomacia militar, vital para a venda de armas no continente africano, como para o envolvimento da França nas operações de *peacekeeping*, tanto das Nações Unidas, como da União Europeia (Siradag, 2014).

3.3 O HISTÓRICO FRANCÊS: A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Nesta seção, será abordada a política militar francesa para a África, com foco no período pós-guerra fria. Após o fim do conflito ideológico entre as superpotências, a França reavaliou sua abordagem militar no continente africano, adaptando suas estratégias e objetivos diante de um cenário geopolítico em transformação. Analisaremos como a França desenvolveu e ajustou suas políticas de segurança e cooperação com as nações africanas nesse

período, buscando entender o papel desempenhado pelo país europeu nas crises de instabilidade do continente.

Num primeiro momento pós-independência, as operações francesas eram unilaterais, em que a tradição colonial francesa lhes dava legitimidade para intervir militarmente nas suas antigas colônias. Essas ligações históricas entre a metrópole e as ex-colônias criaram a expectativa de que a França, entre todos os outros países e, conforme argumenta Charbonneau (2008a), *acima* de todos os outros países, deve liderar essas intervenções (Charbonneau, 2008a). Onde o argumento de envolvimento histórico e de "responsabilidade" – obviamente limitada, uma vez que essa "responsabilidade colonial" só era utilizada quando a França tinha interesses por trás – falhava, a política de cooperação militar francesa era invocada, respaldada nos acordos firmados após as independências, justificando intervenções militares para substituir governos, conter rebeldes ou apoiar ditadores (Granvaud, 2009).

Com o fim da Guerra Fria, os escândalos envolvendo Ruanda – em especial a omissão francesa frente ao genocídio – de 1990 a 1994, e as rebeliões no Zaire (atual República Democrática do Congo) de 1996 a 1997 – em especial o apoio ao regime de Mobutu – geraram um sentimento de repressão pública à tradicional política africana da França. De forma que o governo de Chirac (1995-2007) e Sarkozy (2007-2012) desenvolveram novos métodos a fim de preservar seus interesses políticos na África. Alicerçados por conceitos como paz, segurança, estabilidade, democratização, parcerias e boa governança, a retórica dos presidentes foi posta à prova conforme estes mantinham laços antigos da *françafrique* (Siradag, 2014). Assim, após 1995, a política de segurança francesa na África passou por mudanças, na qual foi adotada a doutrina de "ni ingérence, ni indifférence" – isto é, "nem ingerência, nem indiferença" (Charbonneau, 2008b, p. 91, tradução nossa), que buscava limitar a intervenção militar bilateral à proteção dos cidadãos franceses e promover uma abordagem de intervenções multilaterais. Essa suposta quebra da política tradicional francesa teria ocorrido entre 1997 e 2002 – durante o governo de Jacques Chirac (1995-2007) –, justamente no fim do apoio ao regime de Mobutu no Zaire (atual República Democrática do Congo), período em que a França teria abandonado o seu papel de gendarme ao buscar a normatização das suas relações com a África (Charbonneau, 2008).

A alegação da suposta quebra com a política militar francesa para a África caiu, justamente, no governo de Chirac, um presidente conhecido por ser fruto de uma longa linhagem de políticos com fortes relações com *françafrique*. Dessa forma, deve-se ser apontado que a preferência por parte de Chirac, bem como pelos presidentes franceses antecedentes a ele, por líderes autoritários, que fossem amigáveis com a França. Estes líderes

eram tratados com uma postura amigável, enquanto líderes democratas que se opusessem à França eram tratados de forma hostil (Taylor, 2010).

Foi exatamente por essa preferência, que se manteve apesar do discurso, que o período da suposta quebra com a política francesa africana foi curto. Entre os anos 1970 e 2001, a Costa do Marfim passou por uma profunda crise econômica em decorrência da queda dos preços do café e cacau – 82% da economia da Costa do Marfim era baseada na exportação destes produtos. O país também foi muito afetado pela desvalorização do Franco CFA e pela adoção das políticas liberais indicadas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, aprofundando-se numa crise econômica que acarretou uma crise política profunda, que se traduziu em um conflito entre o norte e o sul do país (González, 2018). No meio de instabilidades políticas, golpes de Estado e o prenúncio de uma guerra civil, Laurent Gbagbo foi eleito presidente, porém, o seu governo, confrontado pelas mesmas contradições produzidas no restante da África, conforme os países buscavam a promoção da democracia ocidental e da liberalização econômica, recorreu aos discursos violentos e xenófobos contra a população "imigrante" muçulmana do norte do país (Granvaud, 2009). Dessa forma, ocorreram manifestações populares e levantes militares contra o presidente, de forma que em 2002, frente à crise do presidente Gbagbo, na Costa do Marfim, a França de Chirac voltou a atuar de forma mais intervencionista. Em 2002, ele sofreu um golpe de Estado, que levou a França a implementar a *Operation Licorne*, cujo objetivo era manter a paz entre as forças do governo e os rebeldes (González, 2018). É importante frisar que a operação Licorne foi decidida unilateralmente pela França, para intervir diretamente no conflito, com a função de mediadores e pacificadores – embora as tropas tenham agido de forma a contradizer essas funções em mais de uma ocasião²⁰ –, e apenas, *a posteriori*, autorizada pela ONU. Assim, as forças francesas se beneficiaram da legitimidade concedida pela autorização da ONU, mas nunca estiveram, de fato, submetidas a estas, agindo por conta própria (Granvaud, 2009). A situação mais emblemática foi quando as tropas francesas abriram fogo contra civis que se manifestaram contra as tropas francesas no país, duas vezes, no final de semana de 6 e 7 de novembro. Os sentimentos negativos deixados pelos franceses no país estavam vinculados a sensação de impunidade, depois das violências praticadas pelos soldados franceses contra a população (Charbonneau, 2008b). Assim, a análise de González (2018) é que as forças

²⁰ As tropas francesas não fizeram nada para intervir, em 4 de novembro, quando as forças armadas nacionais bombardearam durante dois dias a parte norte do país, a qual pertencia aos rebeldes. A justificativa alegada foi que eles foram "pegos de surpresa", embora atualmente se saiba que o presidente Chirac tenha sido advertido pelo presidente Gbagbo. Em 6 de novembro, as forças armadas francesas destruíram quase a totalidade da frota militar da Costa do Marfim após um avião ter bombardeado, sem explicações, um acampamento francês (Granvaud, 2009).

francesas serviram apenas como escadoras da violência, no lugar de terem cumprido o papel de mediadoras. Ainda, o autor aponta que o envolvimento francês no conflito se deu principalmente pelo interesse econômico da França na região, que se viram ameaçados frente às tentativas de liberalização de Gbagbo e de aproximação com empresas norte-americanas, em detrimento das empresas francesas que controlavam os setores de transporte, água, eletricidade e comunicações do país africano²¹ (González, 2018).

Conforme o caso da Costa do Marfim, a nova doutrina de cooperação militar se justifica na "responsabilidade histórica" e em uma "*expertise*" nos assuntos africanos, porém, como se sabe, essa *expertise* francesa é fruto da continuidade das práticas de subordinação e dependência dos povos africanos ao país europeu. De forma que apesar do discurso de "reengajamento" devido a uma "responsabilidade histórica" e cujos objetivos visavam auxiliar na estabilidade e prosperidade do continente africano, essa estratégia discursiva foi apenas mais uma do padrão francês, em que a "necessidade" africana da sua ex-metrópole é utilizada para legitimar suas ações. O discurso francês buscava evidenciar que suas ações não poderiam mais ser julgadas como "neocoloniais", uma vez que elas tinham apenas o interesse africano em mente – interpretação que destoa da realidade (Charbonneau, 2008a; 2008b).

Além disso, a suposta quebra com a política tradicional francesa para a África de 1997 a 2002 deve ser problematizada uma vez que a França lançou diversas²² operações na África durante o mesmo intervalo de tempo, em que apenas dez possuíam mandato ou anuência das Nações Unidas. Essas operações, apesar de um pouco distintas das intervenções pré-1990, demonstram a continuidade da política intervencionista da França. A principal mudança foi apenas discursiva, uma vez que a antiga justificativa para as intervenções unilaterais francesas não agradava mais a comunidade internacional e/ou a população francesa (Charbonneau, 2008a). Dessa forma, surgiram as operações multilaterais na África, que como já foi abordado, legitimava discursivamente as intervenções francesas, ao se apoiar na multilateralidade das intervenções, bem como de adequá-las aos novos orçamentos franceses, de forma a repartir os gastos das operações com mais países (Siradag, 2014).

²¹ A França seguiu envolvida na Costa do Marfim, tendo participado junto com os Estados Unidos e outras potências europeias, a favor do candidato à presidência que melhor servia aos seus interesses, o opositor político Alassane Ouattara. A França voltou a intervir, em 2011, a fim de neutralizar o regime de Gbagbo (González, 2018).

²² Entre as principais pode-se citar: a Operação Pélican, no Congo, em 1997; a Operação Cigogne, na República Centro-Africana, em 1997; a Missão Minorca; a Operação Malachite, no Congo-Zaire, em 1998; a Operação Khor Angar, de janeiro de 1999; o envio de tropas para Guiné Bissau em apoio às Forças da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental; e a Operação Khaya, responsável por remover o presidente Bédié da Costa do Marfim para o Togo (Charbonneau, 2008a).

De acordo com Charbonneau (2008), a França encontrou no multilateralismo uma forma de adequar suas práticas, costumes e discursos às novas formas de governança global. Ao utilizar conceitos como "boa governança", "paz", "estabilidade" e "estabelecimento da democracia" em um debate sobre segurança e desenvolvimento, a França conseguiu o que precisava na virada dos anos 2000: legitimar a sua política militar para a África. Essa lógica de segurança que se firmou após o fim da guerra fria, em que não há apenas um inimigo comum, um perigo contra o qual toda a comunidade internacional deve se juntar contra, mas sim uma variedade de perigos onipresentes – como o terrorismo, os extremismos, a falência ou fragilidade de Estados – faz com que as intervenções estrangeiras em nome da paz e democracia sejam a primeira linha de defesa utilizada pelos países europeus (Charbonneau, 2008a).

O multilateralismo então se torna uma ferramenta legítima aos olhos dos países ocidentais, pois ele permite uma falsa noção de consenso e de imparcialidade. Porém, na realidade, ele é mais uma ferramenta utilizada pela França a fim de legitimar suas próprias intervenções, aumentando seu prestígio enquanto não colocava em risco seus interesses (Siradag, 2014). Além disso, o multilateralismo resolve um dos principais problemas franceses, o orçamento das intervenções. Ao poder dividir os custos e as responsabilidades internacionais com mais países e, ao mesmo tempo, ser capaz de resguardar seus interesses. Assim, as intervenções francesas se pintaram com bandeiras multilaterais – como a da ONU e a da UE (Charbonneau, 2008a).

Faz-se necessário, ainda, explicar o que o termo "multilateralismo" e, talvez mais importante, "europeização" (*europeanization*) significa no contexto utilizado pelos franceses. Charbonneau define que o "[m]ultilateralismo europeu e 'europeização' da política securitária francesa é um processo ativo que participa na construção, transformação e reprodução das instituições e normas da governança global liberal e da ordem mundial" (Charbonneau, 2008a, p. 285, tradução nossa²³). De acordo com o autor, essa "nova" doutrina de cooperação militar e intervenção foi envolta em uma roupagem de regionalismo e multilateralismo para re-legitimar a política francesa. Essa análise destaca como as intervenções militares da França no continente africano são complexas e influentes, não apenas respondendo às crises, mas também moldando as dinâmicas regionais e as próprias condições que buscam controlar. A evolução da política de segurança francesa demonstra uma tentativa de se adaptar ao cenário

²³ No original: "European multilateralism and 'Europeanisation' of French security policy are *active* processes that participate in the construction, transformation, and reproduction of institutions and norms of global liberal governance and of world order" (Charbonneau, 2008a, p. 285).

pós-Guerra Fria, mas também levanta questões sobre os interesses subjacentes e os efeitos dessa abordagem na estabilidade e governança na África. Dessa forma, as reformas francesas na política militar africana fazem parte do que o autor caracteriza como "o novo intervencionismo liberal", que representa a fusão do discurso securitário com o discurso desenvolvimentista – de forma a afirmar que apenas países desenvolvidos seriam seguros e apenas países seguros seriam desenvolvidos. O principal problema dessas novas intervenções liberais é que, apesar das suas justificativas de "querer levar a democracia" para países africanos, elas ignoram que grande parte, senão toda, das crises de instabilidade na África foram causadas justamente pelas intervenções francesas – e europeias – no continente (Charbonneau, 2008a).

Fruto deste multilateralismo foi o *Reinforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix* (RECAMP), criado pela França, Estados Unidos e Reino Unido em 1998, com o objetivo de aumentar a capacidade militar dos países africanos, a fim que estes se envolvessem nas operações de peacekeeping (Siradag, 2014). No entanto, Charbonneau (2008b), associa o RECAMP à reorientação da política de segurança francesa na África Subsaariana, de forma que, apesar do programa ser apresentado como uma iniciativa para fortalecer a capacidade dos Estados africanos de realizar operações de manutenção da paz no continente, ele depende fortemente da intervenção direta da França. Siradag (2014) afirma que este tinha razões menos altruístas, de conseguir o apoio de organizações internacionais para as operações militares na África, bem como legitimar as operações militares francesas para a África e para o restante do mundo. O RECAMP também foi uma estratégia para a redução do alto custo das operações militares ao mitigá-lo entre os países de uma organização ou da comunidade internacional (Siradag, 2014).

A continuidade da política africana também pode ser constatada na política de Nicolas Sarkozy (2007-2012), que se elegeu com uma campanha que sugeria a quebra com as políticas e práticas antigas franco-africanas, uma vez que o candidato não era alguém relacionado à velha classe política francesa com ligações com a *françafrique*. Sarkozy foi o responsável pelo multilateralismo francês e pela europeização da política francesa, visto que a partir de seu governo as intervenções francesas passaram a operar sob a capa da ONU, da União Europeia e, no final da década de 2000, da OTAN²⁴ (Taylor, 2010).

No entanto, após as eleições de Sarkozy, em julho de 2007, o Sudão (e a crise de Darfur) e o Chade se tornaram foco da política militar francesa. O governo de Chirac, e posteriormente o de Sarkozy, buscaram abordar a crise humanitária em Darfur por meio de

²⁴ A França retornou para a OTAN em 2009, durante o governo de Sarkozy (Taylor, 2010).

uma solução política, realizando uma conferência internacional em Paris em 2007. Contudo, a intenção das iniciativas apresentadas pela França foi questionada, uma vez que o país africano não convidou o principal interessado: o governo do Sudão. Ainda, a União Africana também não compareceu ao evento, afirmando que a multiplicidade de ações por parte da França prejudicava a resolução da crise. No que diz respeito ao Chade, a França tem uma longa história de envolvimento militar desde a independência, que será analisada no próximo capítulo. No entanto, é importante dizer que a abordagem francesa é criticada por sua priorização da segurança e do aparato militar em detrimento de soluções políticas. Charbonneau (2008a) argumenta que a França regionalizou as múltiplas crises, o que contradiz seus objetivos declarados de buscar soluções políticas (Charbonneau, 2008a). A atuação francesa na Líbia, em 2011, é mais um exemplo de como a França não abandonou seus antigos hábitos no que diz respeito à África (Siradag, 2014).

Em conclusão, apesar do uso discursivo da abordagem multilateral, as intervenções francesas ainda ocorrem, na maioria das vezes, unilateralmente. Seja através do disfarce multilateral – soldados franceses com bandeiras da ONU –, seja por agir primeiro e receber a autorização depois, a França segue priorizando seus interesses na África. Essa busca pela manutenção do seu domínio em território africano faz com que ela tenha apoiado regimes autoritários, derrubado regimes eleitos e interferido em conflitos internos. A abordagem francesa na África deve ser vista como uma continuidade histórica, com uma aparência de humanitarismo multilateral, mas mascarando a predominância de interesses securitários e militares.

3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A primeira parte do capítulo apresenta uma análise da conceitualização das intervenções militares estrangeiras na África, mostrando que essas ações são complexas e têm desempenhado um papel relevante na política internacional. As intervenções podem ser motivadas por diversos interesses e justificadas sob a retórica do auxílio ao desenvolvimento e da promoção da paz, da imparcialidade – ao utilizar a cartada do multilateralismo – ou sob o discurso de guerra ao terror. As intervenções são descritas como a interferência direta ou indireta de países em assuntos internos de Estados soberanos, e são motivadas por interesses geopolíticos, proteção de cidadãos no exterior, promoção de ideologias ou busca por recursos naturais. Muitas vezes essas intervenções são conduzidas por potências ocidentais para

consolidar o controle de regiões ricas em recursos naturais e proteger interesses econômicos, ainda que sejam justificadas como garantidoras da paz e resolução de conflitos.

Na segunda parte, aborda-se quais são os objetivos econômicos, políticos e estratégicos das intervenções militares francesas na África. De acordo com Charbonneau (2008b), as justificativas para o envolvimento militar francês com a África não mudaram significativamente ao longo do tempo, apenas se adaptaram às diferentes conjunturas históricas. Os principais objetivos para a intervenção francesa eram a manutenção dos seus interesses econômicos, políticos e estratégicos, além de obter prestígio internacional, para manter-se como uma potência internacional. Após a descolonização, a França manteve sua influência na África por meio da cooperação militar, estabelecendo acordos de cooperação, defesa e assistência técnica militar com diversos países africanos. Esses acordos permitiram à França treinar e assessorar os exércitos nacionais africanos, estabelecer bases militares permanentes na região e intervir em momentos de instabilidade ou ameaças percebidas. As intervenções francesas foram legitimadas pelos acordos de defesa e justificadas sob o pretexto de proteger interesses franceses, cidadãos franceses e promover a estabilidade. Apesar das promessas de líderes franceses de reduzir as intervenções militares, estas continuaram frequentes ao longo dos anos, com a França buscando garantir regimes favoráveis aos seus interesses econômicos e políticos na região. Em suma, os instrumentos neocoloniais franceses na África, como a presença militar, a cooperação com exércitos nacionais, as bases militares permanentes e as intervenções, foram utilizados para manter a influência e o controle da França sobre seus antigos territórios coloniais e alcançar seus objetivos econômicos, políticos e estratégicos na região.

Na última parte, foi analisada a política militar francesa na África, que no pós-Guerra Fria passou por mudanças em sua abordagem, mas ainda reflete uma postura militarizada e apoio a regimes autoritários. Embora tenha adotado uma estratégia discursiva multilateral, a França continuou intervindo na região em busca de seus interesses de segurança e militares. As intervenções, supostamente justificadas por objetivos como paz, estabilidade e democracia, muitas vezes ocultaram a predominância de interesses securitários e a continuidade de uma política intervencionista. A criação do RECAMP foi uma estratégia para obter apoio internacional e reduzir os custos de suas operações militares. A proximidade geográfica, conexões humanas e laços econômicos continuaram a influenciar as ações da França na África, levantando questões sobre a coerência entre sua retórica política e suas ações concretas na região.

4 ESTUDO DE CASO: A OPERAÇÃO ÉPERVIER, A OPERAÇÃO SERVAL E A OPERAÇÃO BARKHANE

A continuidade da presença francesa no continente africano, em especial em suas ex-colônias – mas não exclusivamente nestas – remonta às complexas relações históricas, econômicas e políticas do colonialismo e, posteriormente, do neocolonialismo. Conforme exposto nos primeiros dois capítulos deste trabalho, o papel desempenhado pela França tem sido significativo na região, intervindo em diversas ocasiões e com as mais diversas desculpas no continente africano, através de suas operações militares, de forma a preservar seus interesses econômicos, políticos e estratégicos, bem como de influenciar nos rumos políticos, econômicos e sociais dessas nações soberanas. A compreensão das motivações e resultados dessas operações é crucial para uma análise mais ampla das relações internacionais entre a França e a África, bem como para o entendimento das complexidades e desafios enfrentados pelos países africanos em sua busca por independência, soberania e desenvolvimento.

Este capítulo tem como objetivo realizar um estudo de caso aprofundado sobre o Chade e o Mali, focando nas três operações francesas recentes na África: a Operação Épervier, a Operação Serval e a Operação Barkhane. Através dessa análise, busca-se compreender os motivos por trás dessas intervenções, os impactos resultantes e, primordialmente, se o uso das intervenções militares tornou-se, de fato, um instrumento primordial para a política africana francesa. Este capítulo está dividido de forma a primeiramente contextualizar o leitor sobre o Sahel e os motivos dessa região ser tão cara à França. Em seguida, partiremos para uma análise de caso das três operações francesas, buscando compreender seus objetivos e analisar como a França vem operacionalizando suas operações a fim de garantir a manutenção da sua influência na África, em especial frente aos desafios encontrados pela diversificação das relações internacionais dos países africanos – em especial com a Rússia.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SAHEL

A África Ocidental e seus países insulares – como o Chade – têm sido alvo do interesse estratégico francês, devido à sua proximidade geográfica, aos seus recursos naturais abundantes e aos laços históricos da metrópole francesa com muitos países africanos. Dessa forma, esta região se destaca por possuir abundantes reservas de petróleo, gás e urânio – matérias-primas essenciais para a produção energética –, fazendo desta região em específico

um epicentro para a cobiça e para as batalhas das potências capitalistas, para dominar a região (González, 2018), de forma que a partir do final da década de 1990, conforme afirma González (2018), "garantir suprimentos energéticos se converteu em um assunto de segurança nacional para todos os países, principalmente para aqueles com alto nível industrial" (González, 2018, p. 41, tradução nossa²⁵).

A zona gráfica do Sahel conecta a costa ocidental do continente africano – começando na região fronteiriça entre Senegal e Mauritânia – à costa oriental – Sudão, de forma a conectar as sub-regiões da África Ocidental e da África Central. O Sahel é uma região geográfica semidesértica do continente africano, cuja extensão de três milhões de quilômetros quadrados possui uma importância histórica para o continente africano, por ter sido um corredor comercial antes, durante e após a colonização, esta região adotou uma nova importância internacional após as descobertas de reservas de minerais estratégicos, como o urânio do Níger, o ouro do Mali e o petróleo do Chade (González, 2018).

Em virtude de sua importância geoestratégica para as grandes potências, a região do Sahel tornou-se palco da presença expressiva de multinacionais, especialmente no que tange aos minérios estratégicos²⁶ para a indústria nuclear, incluindo as multinacionais francesas. Entre elas, a empresa francesa AREVA se destaca por adquirir considerável parte das licitações de urânio na zona saheliana. Esse interesse está intrinsecamente relacionado ao fato de cerca de dois terços da eletricidade produzida na França ser proveniente de energia nuclear, sendo aproximadamente 30% das importações francesas de urânio originadas no Níger, um dos maiores produtores desse recurso (González, 2018). Outro país de interesse para a França na região é o Chade, devido à lucrativa extração de petróleo e gás, bem como suas reservas de urânio (González, 2018).

Ademais, além do acesso aos recursos, a França tem interesse em estabelecer rotas de escoamento desses recursos estratégicos. Nesse contexto, a Argélia surge como uma possível rota para o transporte dos recursos extraídos dos países vizinhos com destino à França. Além disso, considera-se a ideia de um gasoduto para transportar o gás natural desses países para a Europa, conectando Nigéria, Níger e Argélia. Em seu livro, González (2018) menciona que essa seria uma decisão desejável pelos europeus, especialmente em virtude da dependência de 70% do gás importado da Rússia, o que poderia torná-los vulneráveis a interrupções

²⁵ No original: "[...] garantizar los suministros energéticos se ha convertido en un asunto de seguridad nacional para todos los países, principalmente para aquellos con un alto nivel de industrialización" (González, 2018, p. 41).

²⁶ O anexo a contém um mapa sobre os recursos africano.

decorrentes da crise entre Rússia e a Ucrânia – o que apenas se agravou desde a publicação de sua obra, com a guerra entre estas duas nações (González, 2018).

Porém, de acordo com o autor, os altos níveis de insegurança geram uma dificuldade para os interesses europeus. Presente desde 2010 na região, a União Europeia é muitas vezes – e principalmente após a mudança para uma abordagem "multilateral" da política francesa para a África – impulsionada pela agenda securitária da França, apesar desta também ter seus interesses na região, em especial no que diz respeito à contenção dos fluxos migratórios (Charbonneau, 2017b). Dessa forma, a UE financiou e respaldou operações militares na África, enquanto a França utilizava deste apoio para seguir com a política de interferência e ingerência nos assuntos internos dos Estados africanos (González, 2018).

Apropriando-se do discurso de "guerra ao terrorismo" em adição à sua estratégia “multilateral”, a França, durante a década de 2010, justificou suas intervenções na região como devido à sua luta contra os grupos terroristas islâmicos. Apesar de não ser um comportamento fora de costume, uma vez que desde o período colonial até os dias atuais, as operações militares francesas têm sido justificadas com uma variedade de objetivos, incluindo a proteção de civis, de propriedade francesa, a manutenção de laços diplomáticos e a estabilização de regiões afetadas por conflitos, o combate ao terrorismo é algo que deve ser analisado para compreender-se as últimas operações no Sahel, em especial a Operação Barkhane (González, 2018; Charbonneau *et al.*, 2021).

Dessa forma, é importante compreender o conceito de terrorismo²⁷. Primeiramente, é importante destacar que há na região do Sahel grupos terroristas, como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, porém há também outros movimentos sociais opositores aos governos centrais. Assim, o problema principal no Sahel (e por consequência nas operações estrangeiras implementadas na região), conforme Charbonneau (2017b), é que este termo – "terrorismo" e "terrorista" – engloba categorias instáveis, de forma que este passa a ser utilizado com um julgamento moral em relação à qual tipo de violência é considerada intolerável. Na lógica internacional, quando um determinado grupo é classificado como terrorista, este termo invalida qualquer tipo de causa política que possa estar sendo defendida, qualquer objetivo que este grupo almeja, ou as causas do conflito. O rótulo utilizado de terrorismo é o suficiente

²⁷ Terrorismo: (1) modo de impor a vontade pelo uso sistemático do terror; (2) emprego sistemático da violência para fins políticos, esp. a prática de atentados e destruições por grupos cujo objetivo é a desorganização da sociedade existente e a tomada do poder; (3) ameaça do uso da violência a fim de intimidar uma população ou governo, ger. motivada por razões ideológicas ou políticas; (4) regime de violência instituído por um governo; (5) atitude de intolerância e de intimidação adotada pelos defensores de uma ideologia, sobretudo nos campos literário e artístico, em relação àqueles que não participam de suas convicções (Oxford Language, 2023).

para seja legitimado qualquer tipo de uso da força por parte da autoridade estatal – e de forças estrangeiras, no caso das intervenções militares no Sahel africano – contra qualquer que seja o grupo em questão, podendo ser, de fato, grupos terroristas ou apenas movimentos sociais opositores ao governo central (Charbonneau, 2017b).

Para defensores das intervenções, em especial no caso da Operação Barkhane, uma operação contra-terrorista em sua essência, todos os grupos opositores ao governo foram classificados como grupos terroristas, de forma que não houve tentativa de diálogo ou solução pacífica, já que todos esses grupos são julgados como "extremistas e irracionais". O problema aqui é que, apesar da existência de grupos extremistas terroristas no Sahel, essa não era a realidade de todos – como veremos ao longo deste capítulo, o termo terrorista foi utilizado para descrever tanto grupos islâmicos (dos mais variados tipos), como grupos étnicos específicos (como é o caso dos tuareg), porém também a oposição política aos regimes estatais desses países (Charbonneau *et al.*, 2021). Apesar da luta contra atores radicais e terroristas, como o caso do Al-Qaeda do Magreb Islâmico, ser importante para a estabilidade desses países, o discurso simplificado e generalista ocidental sobre o “combate ao terrorismo” é contraproducente. Primeiro, por colocar todos os grupos que reivindicam mudanças estatais como grupos terroristas – logo, não há a possibilidade de diálogo. Segundo, pois desde que as operações ocidentais foram implementadas na região, a região experienciou um aumento na atividade de grupos terroristas (Charbonneau; Sears, 2014; Charbonneau, 2017b).

Assim, o discurso da “luta multilateral antiterrorista” proporcionou a possibilidade de engajamento francês na região, de modo que serviu à estratégia francesa. Dessa forma, política militar francesa na África utilizou-se da retórica de "combate ao terrorismo" para reposicionar as suas tropas na área do Sahel. Além de tudo, essa intervenção frequente gera relações de dependência externa que, de acordo com González (2018), poderiam ser evitados se as potências ocidentais deixassem de interferir em assuntos africanos, de forma a ditar como estes países devem lidar com suas questões internas (González, 2018).

4.2 OPERAÇÃO ÉPERVIER

O Chade é um país essencial para compreendermos a política francesa africana. Situado entre o Níger e o Sudão, o país centro-africano possui um histórico de militarização alimentado por atores internos e externos, de forma que o país nunca conheceu um período de paz, com conflitos armados que se sucedem desde sua independência. Esse histórico de conflitos está relacionado a outra característica específica do Chade: o seu histórico de

intervenções militares desde a sua independência em 1960. Por sua posição geográfica central e seus recursos naturais estratégicos – em especial o petróleo, mas também urânio –, o Chade foi construído como um país central para a política francesa africana (Schmidt, 2013). Dessa forma, as justificativas da preservação da sua estabilidade foram muitas vezes usadas pela França como desculpa para a implementação de suas intervenções. No entanto, muitas vezes, essas constantes intervenções francesas para defender seus aliados levaram à desestabilização do país (Charbonneau *et al.*, 2021).

Essa militarização do país, aliada à interferência francesa, tornou o Chade um país com grande foco na questão militar. O exército do Chade, por exemplo, foi mobilizado em conflitos no continente africano, principalmente a pedido da antiga metrópole. Na década de 1990, o exército chadiano e/ou homens armados não integrados ao exército combatiam na República Centro-Africana, na República Democrática do Congo e, extra-oficialmente, no Congo. Na década de 2010, o exército do Chade interveio na Operação Serval, no Mali, em 2013 (Charbonneau *et al.*, 2021).

A Operação Épervier não foi a primeira lançada no Chade, na verdade, a França interferiu múltiplas vezes no país, buscando garantir seu acesso ao petróleo, urânio e demais recursos estratégicos do Chade. Ainda, Paris tentava reduzir a influência de outras potências (como os Estados Unidos, Líbia e União Soviética) na região, de forma que mantivesse intacta sua zona de influência. As intervenções tinham como objetivo auxiliar um presidente “amigo da França” a ficar no controle do país. A atuação francesa focou-se nas áreas do sul do país, ignorando o norte muçulmano. A discriminação contra os muçulmanos no norte acarretou na criação do Fronte de Libertação Nacional do Chade (*Front de Libération Nationale du Tchad* – FROLINAT)(Schmidt, 2013).

A primeira intervenção francesa em um país estrangeiro ocorreu no Chade, entre 1969 e 1971, chamada Operação Limousin. Nesta ocasião, a França adotou a postura que se tornaria uma marca registrada: a defesa do governo central do Chade contra as forças de oposição nacional. No caso da Operação Limousin, esta buscava conter o FROLINAT, que se manifestava contra os abusos e erros de organização da administração nacional. Esta operação atuou em conjunto com a Operação Bison, em finalizada em 1972, que buscava neutralizar rebeldes da FROLINAT, a fim de garantir uma fácil manutenção do exército chadiano após a retirada das tropas francesas do país (Centre de Doctrine D'Emploi des Forces, 2013). Ambas as Operações ocorreram pré-assinatura dos acordos de cooperação militar – que foram assinados entre os dois países apenas em 1976 (Charbonneau, 2008b). Já sob o “guarda-chuva” dos tratados de cooperação militar, foi lançada a Operação Tacaud, entre

1978 e 1980, mas que mantinha o mesmo objetivo das anteriores: auxiliar o exército chadiano contra os rebeldes da FROLINAT. A justificativa para a ativação do acordo entre a França e o Chade, foi, à época, o engajamento da Líbia de Kaddafi com as forças da FROLINAT, ou seja, a “existência de uma ameaça externa” ao Estado chadiano (Scarpa, [1980]).

Em 1983, a França lançou a Operação Manta, cujo objetivo era auxiliar o regime do presidente Hissène Habré (1982-1990), que estava sendo enfrentado pelas forças de oposição do Governo da União Nacional de Transição (GUNT), grupo formado pelo antigo governo de coalizão que assumiu o país entre 1979 e 1982, após a Guerra Civil. O apoio da Líbia de Muammar al-Gaddafi ao presidente do GUNT, Goukouni Oueddei, fez com que o governo chadiano enfrentasse pressões externas para a retirada da Líbia do país em 1981. Em 1982, o Habré depôs o GUNT e exilou Oueddei, que se tornou líder do grupo de coalizão de oposição ao regime no Chade que buscava derrubar Habré (Scarpa, [1980]). A Operação Manta foi a primeira interferência francesa dentro do país, auxiliando um ditador aliado aos interesses franceses a seguir no poder contra grupos políticos internos. As tensões no Chade, no entanto, apenas se intensificaram ao longo dos anos, fazendo com que em 1986 fosse necessário a criação da Operação Épervier, que durou cerca de 28 anos no território africano (République Française, 2022).

Lançada em 15 de fevereiro de 1986, a Operação Épervier foi instaurada devido ao avanço de grupos de oposição ao governo de Habré. Diferentemente das intervenções da década de 1970, a Operação Épervier deu preferência ao uso de meios aéreos, como caças e paraquedistas (Alat, [2017]). Essa intervenção é vista por alguns como uma tentativa dos Estados Unidos e da França de conterem a Líbia, tendo o Chade de Habré como principal aliado (Debos, 2019). Porém, a Operação, que foi lançada com caráter provisório, durou bem mais do que o conflito entre Chade e Líbia – a Operação Épervier esteve ativa até 2014, quando foi somada à Operação Serval para criar a Operação Barkhane (Alat, [2017]). Desta forma, pode-se afirmar que as forças francesas estabeleceram uma base militar permanente (mesmo que não oficialmente considerada pelas autoridades francesas desta forma) no país desde a década de 1980 (Granvaud, 2009). Isso permitiu que a Operação Épervier fosse caracterizada pela sua capacidade adaptativa, de forma que o objetivo de estabilização da região se manteve ao longo dos anos, sem nunca ser completamente atingido (Charbonneau *et al.*, 2021).

Uma situação emblemática da Operação Épervier deve ser examinada para a compreensão do papel do Chade na política franco-africana. Em 2006, quando a França voltou a apoiar o exército chadiano contra a oposição armada (République Française, 2022).

Na ocasião, o presidente Déby havia com sucesso – e auxílio francês – alterado a constituição do Chade de forma que pudesse se reeleger uma terceira vez²⁸. Em resposta às decisões de Déby, os movimentos rebeldes intensificaram seus ataques. O confronto que se seguiu teve novamente participação dos soldados franceses, que apesar de não terem permissão para participar diretamente de operações de guerra, nem de manter ou restabelecer a ordem, manifestaram-se, de acordo com a oposição, de forma a demonstrar para os rebeldes que os franceses estavam ali – a Frente Unida por Mudança (*Front Uni pour le Changement* – FUC) foi recebida por soldados franceses com "tiros de aviso", soldados da base de Libreville, Gabão, foram reposicionados no Chade sob comando do dispositivo Épervier, e aviões que sobrevoaram a baixa altitude não apenas os rebeldes, mas também a capital, Djamena (Granvaud, 2009). Em 2008, quando novas rebeliões ocorreram no país, novamente foi o exército francês que segurou Déby no poder, o que fez Ngarleyj Yorongar, opositor ao regime chadiano denunciar a parceria entre os dois países ao afirmar que "a França é o mal do Chade" (Ayoriende, 2011, tradução nossa²⁹).

Esse caso permite a compreensão de que, sob o regime de Déby, o Chade ampliou o seu papel militar, atuando desde a década de 1990, em conflitos africanos a pedido francês – como, por exemplo, na República Centro-Africana, na República Democrática do Congo, no Mali e, extraoficialmente, no Congo. Déby soube, de acordo com Charbonneau *et al.* (2021), jogar com a política securitária que lhe foi concedida pelo país europeu, aproveitando-se das intervenções para se estabelecer como potência no Sahel, com seu exército agindo inclusive nos demais países do G5 do Sahel (Debos, 2019). Toda a construção do Estado chadiano e sua trajetória histórica como base militar e reservatório de efetivos para a França deve ser considerada para compreendermos melhor o papel nocivo do neocolonialismo francês na região do Sahel (Charbonneau *et al.*, 2021). Assim, pode-se notar que a Operação Épervier, que realmente adotou uma característica de presença militar permanente no Chade, possuía como objetivos: a) garantir um regime pró-França no país que facilitasse o acesso às matérias-primas estratégicas por parte dos franceses e b) servir para controlar o exército do Chade de forma que este se comportasse como o exército africano para assuntos franceses na África, devido ao seu grande envolvimento em conflitos africanos (Charbonneau *et al.*, 2021; Granvaud, 2009).

²⁸ As eleições no Chade que o elegeram e reelegeram presidente do Chade ocorreram em 1996, seis anos após o golpe de Estado, em 2001, 2006, 2011, 2016 e 2021. A oposição questiona a seriedade destas eleições, tendo se retirado de eleições para boicotá-las como forma de protesto, ou tendo sido impedidos de participar, como foi o caso de Succès Masra, cuja candidatura foi julgada pelo Supremo Tribunal como ilegítima devido à sua idade (o candidato teria 38 à época da eleição de 2021) (Martins, 2021).

²⁹ No original: "La France, c'est le mal tchadien" (Ayoriende, 2011).

O fim da Operação Épervier ocorreu em 2014, quando esta passou a integrar a Operação Barkhane. O espaço reservado para o país centro-africano no sistema antiterrorista do Sahel e do Sahara, que será analisado neste capítulo, reforça a sua construção como Estado militarizado (Charbonneau *et al.*, 2021).

4.3 OPERAÇÃO SERVAL

A Operação Serval foi uma missão militar conduzida pelas Forças Armadas Francesas na região do Sahel, na África, com o objetivo oficial de combater grupos terroristas e instaurar a estabilidade no Mali, uma vez que o país estava sendo afetado pelo avanço do extremismo islâmico (Charbonneau, Sears, 2014). Iniciada em 2013, essa intervenção militar teve como foco principal a região do Mali, mas foi a origem da Operação Barkhane, intervenção francesa contraterrorista que englobou outras nações vizinhas como parte de um esforço para conter a ameaça crescente do terrorismo (Charbonneau, 2017b).

4.3.1 Pré-Operação Serval

Os eventos de 2012 que levaram ao que Charbonneau e Sears (2014) chamam de "Guerra Francesa no Mali" precisam ser analisados para podermos compreender a Operação Serval. Entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013 – data do início da Operação Serval –, o país passou por uma rebelião no norte que rapidamente se transformou numa região controlada por grupos com ligações com o terrorismo islâmico (Al-Qaeda do Magreb Islamico), um golpe de Estado militar, comandado pelo Capitão Amadou Haya Sanogo e uma nova crise política entre 9 e 10 de janeiro de 2013, em uma nova tentativa depor o presidente interino e trazer de volta os militares do Kati (grupo leal ao Capitão Sanogo) (Charbonneau; Sears; 2014).

Para compreender o cenário que levou à crise de legitimidade política no Mali em 2012, Charbonneau (2017b) afirma que é necessário considerar as situações históricas do Mali desde o final dos anos 1990. Previamente ao golpe de 2012, as dificuldades do Estado maliano de promover serviços básicos, em organizar o funcionamento da administração pública, somado ao envolvimento do governo com as elites do sul do país e às denúncias de corrupção, gerava um forte descontentamento na região norte do país, cujo nível de renda era inferior. Sobre isso, González (2018) acrescenta que a economia maliana era impulsionada pelos produtos do setor primário e pela exploração de minerais – 25% do PIB do país vinha da exportação do ouro. Além disso, a partir de 1990, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passaram a indicar o Programa de Ajustes Estruturais, que não resolveu os

desequilíbrios econômicos, nem estimulou o crescimento econômico do Estado. O resultado desses ajustes estruturais foi um Estado ainda mais endividado e sem a capacidade de resolver seus problemas de desenvolvimento, adotando uma série de medidas impopulares que provocaram descontentamento, principalmente nas áreas do norte. Um dos principais atores internos na crise do Mali é o povo tuareg, que havia realizado insurreições contra o governo central em outras ocasiões³⁰, porém, catalisados pelo grande fluxo de armamentos advindos da intervenção da OTAN na Líbia, em março de 2011, a rebelião tuareg regressou (González, 2018; Korotayev; Khokholova, 2022).

O que começou com um ataque às posições malianas no norte do país pelo Movimento Nacional de Libertação de Azawad (*Mouvement national de libération de l'Azawad - MNLA*³¹), em janeiro de 2012, logo se tornou controle de grupos terroristas, quando o grupo armado islâmico de Ansar Eddine, liderado pelo líder tuareg Iyad ag Ghali, e o Movimento de Unidade do Jihad na África Ocidental (*Mouvement de l'unicité du jihad en Afrique de l'Ouest - MUJAO*), ambos os grupos relacionados com o Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI), expulsaram os rebeldes do MNLA e passaram a controlar a região norte do país (Charbonneau; Sears, 2014). As divergências entre os grupos começaram na metade do ano de 2012, após a tomada das principais cidades do norte – Kidal, Gao e Tombouctou –, uma vez que as reivindicações dos tuareg eram relacionadas com a criação do Estado de Azawad, enquanto os rebeldes islâmicos almejavam a criação do Estado Islâmico em toda a área do Mali, o que ia de encontro à luta tuareg (González, 2018; Korotayev; Khokholova, 2022).

A situação do país foi agravada quando, na capital, em 22 de março de 2012, o Capitão Amadou Haya Sanogo liderou um golpe de Estado contra o regime do presidente Amadou Toumani Touré, devido à "incapacidade do regime de responder à rebelião, à piora da situação no norte do país e às más condições em que o exército maliano se encontrava" (Charbonneau; Sears, 2014, p. 6, tradução nossa³²). Apesar das promessas do Capitão Sanogo de que ele retomaria o norte e restauraria a soberania maliana, o golpe de Estado deixou o país dividido em duas frentes de batalha, mas, conforme Charbonneau e Sears (2014), isso não

³⁰ Devido ao escopo e tamanho deste trabalho, não serão aprofundadas as rebeliões tuareg, mas, a saber, os tuareg se rebelaram contra o governo central do Mali entre 1990 e 1996 e entre 2007 e 2009, em que a atuação da Líbia e da Argélia como mediadores foi necessária para um acordo de paz entre as partes do conflito (González, 2018; Korotayev; Khokholova, 2022).

³¹ O Movimento Nacional de Libertação de Azawad é um movimento do grupo étnico tuareg, que busca a criação de um Estado nacional na zona desértica do Sahel. O território reclamado pelos tuareg como Azawad, a sua nação, é composto por zonas desérticas que pertencem, atualmente, às nações da Argélia, Mali, Níger e Chade (González, 2018).

³² No original: "[...] regime's inability to respond to the rebellion, the worsening situation in the north, and the very poor condition of the Malian army." (Charbonneau; Sears, 2014, p.6).

deve ser erroneamente visto como uma divisão étnica entre o sul secular e o norte islâmico, uma vez que

esse tipo de clichês espalhados obscurecem a multidimensionalidade da crise e os efeitos de uma 'erosão da democracia, aumento da criminalidade, e impunidade de oficiais do Estado' que 'abriram uma porta para vários grupos do norte florescerem, ganhando território e, em alguns instâncias, legitimidade popular (Charbonneau; Sears, 2014, p. 6, tradução nossa³³).

Dioncounda Traoré assumiu a presidência de abril de 2012 a setembro de 2013, após a renúncia de Amadou Sanogo, porém apoiadores do capitão Sanogo continuaram sendo um fator de instabilidade para o país africano. Foi o presidente interino que apresentou, através de uma carta ao secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki Moon, a solicitação de uma intervenção da ONU no país, em 2012, que só viria a ocorrer após a intervenção francesa, em abril de 2013 (Korotayev; Khokholova, 2022).

4. 3. 2 Os acontecimentos da Operação Serval:

A França entrou no embate de forma rápida, ao unir seus esforços militares e diplomáticos para tornar o Mali um "problema internacional". Após a chegada de François Hollande no poder, em 2012, uma das principais questões seria como sua política africana iria se desenrolar. Apesar de Sarkozy ter falhado com a inovação da política africana, o discurso de Hollande voltava à retórica política de democracia, direitos humanos e mútuo respeito para que as relações entre a França e os países africanos pudessem se desenvolver sem grandes problemas. Porém, ainda no nível discursivo, Hollande declarou que as intenções francesas para com a África não haviam se alterado, uma vez que a proximidade geográfica, o fator humano e as relações econômicas e energéticas continuaram impactando a política francesa na África (Siradag, 2014).

Assim, quando a crise no Mali estourou, o presidente Hollande colocou o Mali como o centro da sua agenda de assuntos estrangeiros. Inicialmente, o Presidente recorreu ao discurso multilateral, conforme a "nova" política francesa para a África. Em seus discursos, o Presidente francês apelava para o cenário internacional, tentando argumentar que a desestabilização no Mali representaria um problema para toda a África e para toda a Europa

³³ No original: "These widespread clichés obscured the multidimensionality of the crises and the effects of an 'erosion of democracy, rise of criminality, and impunity of state officials' that 'opened the door for various groups to flourish in the north, gaining territory and, in some instances, popular legitimacy'" (Charbonneau; Sears, 2014, p. 6).

(Erforth, 2014). Ele apelou para diversas organizações regionais e sub-regionais, buscando cooperação para lidar com o problema securitário africano, bem como esperou o pedido oficial do governo maliense para agir diretamente na crise (Siradag, 2014). A sua primeira solicitação, frente às Nações Unidas, era de implementar uma força africana, afirmando que a França "não iria colocar suas botas no solo" (Charbonneau; Sears, 2014; Charbonneau, 2017b).

Porém, ele falhou em conseguir apoio de seus principais aliados, devido à falta de interesse da União Europeia por intervir no país e devido à relutância por parte dos Estados Unidos e, por consequência, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em autorizar a intervenção. Apenas em 20 de dezembro de 2012, o CSNU autorizou, através da resolução 2085, uma força africana no Mali, porém sem uma agenda de trabalho ou mecanismos que pudessem de fato levar à implementação dessas tropas (Siradag, 2014; Charbonneau; Sears, 2014).

Assim, em 11 de janeiro de 2013, a França lançou a Operação Serval. A justificativa oficial para a intervenção da Operação Serval foi a percepção francesa de uma rápida mudança e evolução na situação maliana – em 10 de janeiro, os combatentes jihadistas capturaram a cidade de Konna, fora da região norte do país, o que, supostamente, significaria que eles estariam aptos a tomar a capital, Bamako. Dessa forma, a França teria abandonado sua política multilateral e de não-intervenção (a qual advogara nos meses desde a rebelião em janeiro de 2012) frente a uma necessidade iminente do fim do Estado do Mali, caso esta não fizesse nada (Erforth, 2020). Essa necessidade pode ser compreendida no discurso de Hollande,

Mali enfrenta um ataque de elementos terroristas do norte, cuja brutalidade e fanatismo o mundo inteiro agora conhece. Hoje, portanto, está em jogo a própria existência desse estado amigo, o Mali, a segurança de sua população e, também, a de nossos cidadãos. São 6.000 lá. [...] Os terroristas devem saber que a França sempre estará lá, quando se trata, não de seus interesses fundamentais, mas dos direitos de uma população, a do Mali, que quer viver livre e na democracia. (Ambassade de France en Espagne, 2013, digital, tradução nossa³⁴).

Apesar de Hollande desejar distinguir essa operação das demais operações francesas – devido à alta impopularidade destas e as acusações de que elas perpetuam uma relação

³⁴ No original: "Le Mali fait face à une agression d'éléments terroristes venant du nord, dont le monde entier sait désormais la brutalité et le fanatisme. Il en va donc aujourd'hui de l'existence même de cet Etat ami, le Mali, de la sécurité de sa population et de celle également de nos ressortissants. Ils sont 6.000 là-bas. [...] Les terroristes doivent savoir que la France sera toujours là, lorsqu'il s'agit, non pas de ses intérêts fondamentaux, mais des droits d'une population, celle du Mali, qui veut vivre libre et dans la démocratie." (Ambassade de France en Espagne, 2013, digital).

neocolonial clientelista com os países africanos – , Charbonneau e Sears (2014) afirmam que o começo da Operação Serval é melhor entendido se levarmos em conta o legado colonial das relações franco-africanas. Dessa forma, faz-se necessário interpretar como esse discurso busca legitimar a intervenção francesa. Por um lado, ele apresenta o Estado do Mali como um Estado "não-problemático", de forma a despolitizar este Estado e torná-lo um objeto que precisa da intervenção francesa para ser preservado, ignorando as lutas internas e os conflitos políticos próprios deste Estado. O que se pode dizer com toda certeza com o lançamento unilateral da Operação Serval é que este seria impossível sem o histórico entre a França e suas ex-colônias. As bases militares em solo africano, as tropas pré-posicionadas, todo o aparato neocolonial africano contribuiu para que essas operações fossem lançadas com a rapidez em que ocorreram. Além disso, as ligações estreitas entre as elites africanas e francesas também possibilitaram que, num primeiro momento, houvesse uma aceitação por parte dos países africanos da interferência francesa (Charbonneau *et al*, 2021). O "Estado do Mali" passa, então, a ser a elite política dominante em Bamako, que precisa ser resgatada pela "boa e amiga" França. Por outro lado, ao enquadrar a questão dentro de termos como terroristas, jihadistas e islamismo, o governo francês está se aproveitando das narrativas vinculadas à Guerra ao Terror e à percepção internacional de inimigo, de forma a se isentar ao possuir o "apoio da comunidade internacional" que tanto almejava (Charbonneau; Sears, 2014). Dessa forma, conforme apontam os autores,

[A] ênfase no Islamismo e na violência "terrorista" fez da intervenção militar francesa e da autoridade da elite política do Mali não problemáticas: as autoridades interinas claramente capitalizaram a percepção generalizada de uma ameaça islâmica, e efetivamente conseguiram apoio internacional para o governo do Mali quando sua posição doméstica era duvidosa (Charbonneau; Sears, 2014, p.9, tradução nossa³⁵).

A Operação Serval tinha como principal objetivo a restauração da ordem e da soberania maliana, apoiando o governo central do Mali, à época composto pelo presidente interino Traoré. As forças francesas rapidamente recuperaram as cidades do Norte, finalizando a primeira fase da operação ainda em janeiro de 2013. Com a segunda fase da operação em andamento, a operação passou a cooperar com a operação de *peacekeeping* das Nações Unidas, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização

³⁵ No original: "the emphasis on Islamist and 'terrorist' violence made the French military intervention *and* the authority of Malian political elites unproblematic: 'Interim authorities clearly capitalised on a widespread perception of an Islamist threat, and it effectively garnered international support for the Malian government at time when its domestic standing was doubtful" (Charbonneau; Sears, 2014).

do Mali – MINUSMA, que foi autorizada apenas em julho de 2013 (Charbonneau; Sears 2014).

A França considerou a missão um "grande sucesso" – conforme afirmou o Ministro de Relações Exteriores à época, Laurent Fabius. Do ponto de vista estritamente militar, pode-se considerar que os objetivos franceses foram alcançados com rapidez. Porém, do ponto de vista político, Charbonneau (2017a) questiona se a Operação foi capaz de resolver de fato o conflito que se desenrolava no país. Ademais, o aumento de ataques de grupos terroristas anuais e o aumento da violência a partir de junho de 2014 demonstram a ineficácia das forças francesas em normalizar a situação. Dessa forma, a fim de aproveitar o grande consenso internacional gerado pelo discurso francês de "grande sucesso" e sem outra escapatória para o fim da Operação Serval, o governo francês decidiu transformá-la na Operação Barkhane em agosto de 2014. Essa operação seria mais ampla, cujo escopo territorial seria maior, de forma a expandir a "luta contra o terrorismo" para um conjunto de Estados: o G5 do Sahel (Charbonneau; Sears, 2014; Charbonneau, 2017b). Assim, de acordo com Charbonneau (2017a)

incapazes de encontrar uma saída, percebendo um naufrágio, o governo francês transformou a Operação Serval em Operação Barkhane no verão de 2014. Isto permitiu a conclusão da Operação Serval como "missão cumprida", ao delegar a responsabilidade de encontrar uma solução política para o conflito aos atores malianos e da ONU (Charbonneau, 2017a, p. 323, tradução nossa³⁶).

4.4 OPERAÇÃO BARKHANE

Tendo visto o histórico específico das operações Épervier e Serval, respectivamente no Chade e no Mali, faz-se necessário agora a compreensão da última intervenção militar francesa no Sahel, a Operação Barkhane. Esta seção visa analisar a operação francesa contraterrorista Barkhane, com foco nos países já estudados, Chade e Mali. A Operação Barkhane resultou da fusão da Operação Épervier (Chade) e Serval (Mali) em 2014, as expandindo para a área do G5 do Sahel. A sede da Operação Barkhane foi estabelecida no Chade, utilizando a base da operação Épervier.

4.4.1 A Operação Barkhane no Mali e no Chade

³⁶ No original: "incapable de trouver la porte de sortie, percevant un enlisement, le gouvernement français transformait l'opération Serval en opération Barkhane à l'été 2014. Ceci permettait de conclure à la "mission accomplie" de Serval tout en déléguant la responsabilité de trouver une solution politique du conflit aux acteurs maliens et onusiens" (Charbonneau, 2017a, p.323)

A Operação Barkhane nasceu do que Charbonneau (2017b) chamou de momento divisor de águas, quando a França se aproveitou do dito sucesso da Operação Serval para restabelecer, com a legitimidade concedida pelos países ocidentais, a sua política militar para a África através das intervenções militares. Assim, em primeiro de agosto de 2014, a França criou tanto a Operação Barkhane, como o G5 do Sahel, escopo territorial da Operação. A justificativa para a criação deste grupo, composto pelos países de Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, se deu, de acordo com o governo francês, para facilitar a coordenação e o monitoramento da cooperação regional, visando coordenar o desenvolvimento de políticas de segurança entre os seus Estados membros – e a França (Charbonneau, 2017b).

Como já foi elaborado na seção acima, Barkhane foi a saída da Operação Serval – que gozou de uma reputação de missão bem sucedida, devido tanto aos seus baixos custos, como à rapidez em alcançar os objetivos militares estabelecidos (Charbonneau, 2017a) –, ao definir o problema do Mali como apenas uma questão de grupos terroristas, ignorando as lutas políticas internas do país – como a reivindicação dos tuareg por um Estado próprio e os embates políticos na capital, decorrente dos conflitos das elites políticas malianas. Dessa forma, a França julgou ser conhecedora da solução para o país, que seria a neutralização dos grupos terroristas que, a partir da sua visão, não se limitavam ao Mali, mas estavam presentes em toda a região do Sahel. Assim, Charbonneau (2017b), afirma que a Operação Barkhane foi o "serviço neocolonial de pós-venda", sendo uma saída estratégica da Operação Serval e também mantendo sua presença na região do Sahel.

Assim, em 1 de agosto de 2014, a França lançou a Operação Barkhane. Definida como uma operação militar contraterrorista, a Operação Barkhane tinha como objetivos a perseguição de terroristas em toda a região do Sahel, o apoio à operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Mali – MINUSMA –, e a garantia da estabilidade da zona dos países envolvidos, a fim de construir ou reforçar as capacidades contraterroristas dos países africanos (Charbonneau, 2017a).

O que se percebe com a operação Barkhane é que a retórica da "guerra ao terrorismo" foi então instrumentalizada pela França a fim de restaurar a sua legitimidade como nação interventora na África. Ela definiu uma "nova estratégia" de abordagem francesa, baseada em seus recursos de cooperação militar bilateral entre a França e os países africanos, de forma que a operação contou com cerca de cinco mil soldados franceses atuando de duas bases militares permanentes – a de N'Djamena (no Chade) e de Gao (no Mali) –, além de plataformas militares em toda a região (Charbonneau, 2017b). Além destes, os tradicionais aliados ocidentais franceses também auxiliaram a compor a missão, com os Estados Unidos

auxiliando no transporte estratégico, inteligência e apoio financeiro e a União Europeia cooperando com o financiamento e o envio de algumas forças para a operação. Esse interesse dos países ocidentais se deu devido ao interesse na região do Sahel – visto a atuação dos Estados Unidos na Nigéria (González, 2018) – e a preocupação europeia com os fluxos migratórios (Charbonneau *et al.*, 2021).

Devido a este grande envolvimento de potências ocidentais, a França argumenta que a operação foi multilateral. Porém, apesar de todos estes países ocidentais possuírem agenda própria para a região, o que pode ser visto é uma tentativa francesa de disfarçar seu engajamento unilateral. Os interesses franceses na região já foram estabelecidos por este trabalho, mas é importante novamente pontuar a riqueza em produtos primários e estratégicos da região do Sahel e Sahara, fontes para a indústria energética francesa e ocidental. Ainda, a principal região da operação no Mali, a região norte, é onde se localiza a bacia de Taoudeni, uma fonte de petróleo ainda inexplorada pelas empresas ocidentais (Togola, 2023).

No Mali, a Operação Barkhane falhou com o que era considerado seu objetivo mais importante: neutralizar as forças terroristas. O que se viu a partir de 2014 foi um aumento das atividades relacionadas aos grupos jihadistas, de forma que se pode considerar que as atividades militares francesas, americanas e europeias na região na verdade serviram de forma a incentivar as crenças destes grupos, no lugar de diminuí-las. A percepção popular da população maliana é que a Operação Barkhane não é efetiva, tendo falhado em diminuir as tensões políticas e sociais. Uma das questões relacionadas a isso é entendida por Charbonneau *et al.* (2021) como a recusa francesas em negociar com grupos denominados terroristas (um conjunto de grupos terroristas islâmicos, oposição política e grupos sociais que demandavam mudanças) de forma que deixa de considerar qualquer resolução para os conflitos que não sejam o grande nível do uso de forças coercitivas. Dessa forma, as resoluções pacíficas nunca chegam a ser consideradas, pois elas são *a priori* descartadas pelas forças estrangeiras no continente. Sobre isso, Moktar Ouane, primeiro-ministro do governo de transição do golpe de agosto de 2020 no Mali, lembrou às autoridades francesas que uma parte da população do país e do governo maliano deseja negociar com os grupos armados, a fim de buscar uma solução para o Estado (Charbonneau *et al.*, 2021).

O governo de Keita (2013-2020), eleito durante a Operação Serval, sofreu uma grande deslegitimação popular, acusado de corrupção, nepotismo e manipulação dos processos democráticos do país – além do sequestro de um candidato de oposição, as eleições parlamentares foram adiadas de novembro de 2018 para 2020, o que causou insatisfação popular; por fim, a gota d'água que engatilhou os protestos de 2020 foi a Corte Constitucional

do Mali ter suspenso os resultados anunciados em abril de 2020, cancelando a vitória de 31 candidatos de partidos de oposição à Keita, o que resultou num aumento do bloco governista na Assembleia do Mali. As insatisfações populares foram apenas alargadas pela situação econômica deteriorada e a ineficácia do governo de agir para minimizar os impactos da COVID no país. Dessa forma, a oposição se organizou no movimento que ficou conhecido como "Movimento de 5 de Junho", em que a combatentes ao governos, apoiados pela população maliana, foram às ruas contra reformas implementadas pelo governo que acarretariam na piora dos sistema de educação, contra a corrupção do governos, falta de transparência nos processos eleitorais e contra as forças francesas no país (Korotayev; Khokholova, 2022).

Os protestos contra o governo tornaram-se violentos em julho de 2020, levando ao golpe de Estado liderado por militares em 18 de agosto de 2020, após o presidente Keita ter sido preso por soldados rebeldes das Forças Especiais do Coronel Assimi Goïta, devido ao que eles chamaram de anos de mau governo, corrupção, nepotismo e deterioração da segurança. É importante ressaltar, no entanto, que este golpe de Estado teve apoio popular, principalmente da parcela mais jovem do país (Korotayev; Khokholova, 2022). O Institute for Democracy and Electoral Assistance (Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral) classificou que este golpe de Estado foi "mais jovem, mais popular e menos violento", tendo sido recebido com júbilo pela população maliana (Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2022). No entanto, aliados do governo de Keita, tanto na Europa como na África, demonstraram-se preocupados. A França, em particular, considerava o golpe alarmante, depois de anos da presença militar francesa no país, e devido ao fato do golpe apresentar indícios de que o país africano estaria criando ligações com o governo russo, algo encarado com maus olhos no Eliseu (Korotayev; Khokholova, 2022).

Num primeiro momento, os militares tentaram dialogar com o Ocidente, indicando um ex-militar para o cargo de presidente, Bah N'Daw – de acordo com Korotayev e Khokholova (2022), ele era considerado adequado devido ao fato de ser um militar aposentado, uma vez que o Ocidente rejeitou um militar como presidente. Coronel Goïta foi reconhecido como seu vice-presidente e um conselho de militares foi criado, a fim de coordenar o país. A decisão foi apoiada pela população e por membros da oposição do governo Keita, como do Movimento de 5 de Junho, e o presidente N'Daw assumiu prometendo combater a corrupção, a fraude eleitoral e respeitar os acordos internacionais anteriores, bem como lutar contra as forças terroristas. Porém, depois de assumir o poder, N'Daw, com apoio francês, se opôs aos membros do conselho, fazendo com que houvesse um rompimento entre a classe militar

dirigente do país. Esse foi o cenário que levou ao golpe de 2021, descrito por Korotayev e Khokholova, (2022) como uma transferência de poder intra-elite, com "uma parte da elite substituindo outra", conforme o general Goïta assumiu a presidência.

Porém, o golpe de Estado no Mali de 2020-2021 teve repercussões nas relações do país com a França. O golpe contra Keita, cujos laços próximos com a França eram de conhecimento geral, foi causado justamente pela cumplicidade deste com os parceiros internacionais, enquanto a insatisfação com as questões securitárias, sanitárias e econômicas apenas aumentavam, aliados aos problemas de corrupção, nepotismo e alegações de manipulação nas eleições nacionais. Conforme afirmam Korotayev e Khokholova (2022), "os malianos há muito suspeitavam da interferência francesa para garantir a vitória dos candidatos que favoreciam seus interesses na sua democracia multipartidária" (Korotayev; Khokholova, 2022, p. 209, tradução nossa³⁷). As demandas populares pela retirada dos franceses da região, após anos do não cumprimento dos objetivos com a Operação Barkhane, aliou-se aos interesses da junta militar de buscar novos parceiros internacionais em 2021³⁸ (Serwat *et al.*, 2022). A retirada dos franceses iniciou em junho de 2021, com a redução da presença francesa no Mali e o fim das operações em conjunto com o exército maliano, mas foi escalada em fevereiro de 2022, quando Macron anunciou o fim da Operação Barkhane e a retirada das tropas francesas do Mali. Ainda, em maio de 2022, o Mali anunciou o fim dos acordos de defesa com a França (Serwat *et al.*, 2022).

Sobre o Chade na Operação Barkhane é importante pontuar as fortes relações entre o país africano e a antiga metrópole francesa. Essas relações fizeram com que o quadro legal para a atuação da Operação permanecesse ambíguo para muitos pesquisadores, principalmente conforme o exército francês da Operação Barkhane em defesa do presidente Idriss Déby múltiplas vezes ao longo da Operação – forças francesas atuaram a pedido do então presidente Déby, primeiro, ao atacar uma coluna de rebeldes da União das Forças de Resistência (UFR), em fevereiro de 2019, e depois o exército francês utilizou da sua logística e inteligência para atuar em enfrentamento da rebelião Front pour l'Aternance et la Concordance au Tchat (FACT), uma rebelião que não pode ser considerado como terrorismo islâmico, em 2021 (Charbonneau *et al.*, 2021) –, o que não condiz com seu objetivo de "guerra contra o terrorismo" (Charbonneau *et al.*, 2021; Debois, 2019). Os opositores ao

³⁷ No original: "[...] the Malians had long suspected France of interfering in their multi-party democracy in order to ensure the victory of those candidates who were most favorable to its interests" (Korotayev; Khokholova, 2022, p. 209).

³⁸ O exército maliano está atuando, desde 2021, em conjunto com o grupo Wagner, russo, em operações contra os grupos terroristas islâmicos (Serwat *et al.*, 2022). Este trabalho não se propõe a analisar essas interações, mas o assunto deve ser melhor estudado e analisado em futuras pesquisas.

governo de Déby não possuem ligações com a Al-Qaeda ou outro grupo terrorista, como ocorre no Mali. Os rebeldes chadianos são, em sua natureza, grupos opositores armados ao governo, cujos objetivos políticos são nacionais – derrubar Déby e assumir a presidência – não a disseminação de ideologias islâmicas ou a criação de um novo país. Se a atuação das forças da Operação Barkhane está ligada, na verdade, à leitura ampla do acordo de cooperação militar de 1976, isto não é deixado claro. E se realmente está, é passível às críticas de ingerência e neocolonialismo que a França tentou evitar ao lançar a Operação Barkhane como uma luta apolítica contra o terrorismo (Debos, 2019).

Após a morte de Idriss Déby, em 2021, seu filho, Mahamat Idriss Déby, em conjunto com uma junta militar, assumiu o poder no país, com a promessa do governo de transição durar apenas 18 meses, o que não foi respeitado (Naranjo, 2021). Apesar de Macron ter se manifestado contra a sucessão da presidência do país pelo filho de Déby, e ter manifestado seu apelo por uma "transição democrática, pacífica e inclusiva", Charbonneau *et al.* (2021) criticam a reação francesa frente ao golpe de Estado dado pelo filho de um de seus maiores aliados africanos. Se se comparar as reações francesas aos sucessivos golpes no Mali à reação ao golpe no Chade pode-se afirmar que elas foram deveras moderadas (Charbonneau *et al.*, 2021).

No final, a Operação Barkhane foi encerrada oficialmente em 9 de novembro de 2022, com um discurso em que o presidente Macron indicou que o tempo da operação deveria ter sido mais bem delimitado: "Nosso envolvimento deve ser melhor limitado no tempo, desde o início. Não temos que ficar comprometidos indefinidamente em operações externas. É também por essa razão que decidi, em consulta com nossos parceiros, oficializar hoje o fim da operação Barkhane" (Schofield, 2022, digital, tradução nossa³⁹). Porém, a organização Survie (Sahel..., 2022), denuncia que apesar do fim da Barkhane, os militares franceses permanecerão na África, apenas não sob a jurisdição da Assembleia Nacional. É importante pontuar que a presença militar francesa exacerbou a situação na região, ajudando a crescer grupos armados, contribuindo para a etnicização do conflito e gerando hostilidade popular em relação à França (Sahel..., 2022).

4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

³⁹ No original: "Nos interventions doivent être mieux limitées dans le temps, et ce dès le début, nous n'avons pas à rester engagés sans limite de temps dans des opérations extérieures. C'est aussi pour cette raison que j'ai décidé, en concertation avec nos partenaires, d'officialiser aujourd'hui la fin de l'opération Barkhane"(Schofield, 2022, digital).

Este capítulo buscou fazer um estudo de caso das situações específicas do Chade e do Mali, analisando as operações militares como parte da estratégia francesa de manutenção do seu poder e influência na África. Dessa forma, foi primeiramente ressaltada a importância da zona do Sahel, como uma região rica em recursos naturais estratégicos, cobiçados pelas potências mundiais. Em seguida, a análise profunda das operações francesas no Chade e no Mali, através das lentes das operações Épervier, Serval e Barkhane, lança luz sobre a contínua e complexa relação entre a França e o continente africano.

Ao longo deste capítulo, foram examinados os motivos subjacentes que levaram a essas intervenções militares, revelando a interconexão entre interesses econômicos, políticos e estratégicos da França na região. Através do estudo dessas operações, torna-se evidente que o uso da força militar tem desempenhado um papel significativo na política africana francesa. As operações Épervier, Serval e Barkhane representam momentos-chave em que a França agiu para proteger seus interesses e influência no continente, mesmo diante das mudanças nas dinâmicas globais e das relações internacionais.

A importância estratégica do Sahel para a França torna-se mais clara à medida que exploramos os desafios e ameaças que a região enfrenta, desde conflitos internos até o avanço de grupos extremistas. Nesse contexto, a França justifica suas intervenções como uma necessidade de combater o terrorismo e a instabilidade, ao mesmo tempo que preserva sua influência histórica. Além disso, a análise das operações francesas também nos permite entender como a França se adapta e ajusta suas abordagens para enfrentar os desafios emergentes, como as evoluções nas relações internacionais dos países africanos, inclusive com atores não tradicionais como a Rússia.

Em última análise, este capítulo destaca a complexidade das relações internacionais na África, onde as motivações históricas, econômicas e políticas se entrelaçam para moldar o envolvimento contínuo da França no continente. As operações militares emergem como um instrumento-chave nessa dinâmica, levantando questões sobre a soberania das nações africanas e os caminhos para o desenvolvimento independente. À medida que avançamos neste estudo, fica claro que uma compreensão mais profunda das operações francesas no Chade e no Mali é essencial não apenas para desvendar a relação franco-africana, mas também para lançar luz sobre os desafios mais amplos enfrentados pelas nações africanas em sua busca por um futuro soberano e próspero. A intersecção entre história, política e estratégia molda o cenário contemporâneo, instigando reflexões sobre como as nações africanas podem traçar seus próprios destinos diante de influências externas duradouras.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo central analisar a relação histórica de dependência da França em relação aos territórios africanos, visando manter sua posição como potência mundial. Através de diversos instrumentos neocoloniais – socioculturais, político-diplomáticos, econômico-financeiros, militares – a França buscou manter sua influência econômica e política entre os países africanos, com destaque para sua política militar institucionalizada por meio de acordos bilaterais assinados entre a ex-metrópole europeia e os países africanos no pós-independência. Diante da diversificação de parceiros internacionais por parte dos países africanos e do fortalecimento de seus Estados Nacionais, a estratégia neocolonial francesa tem enfrentado desafios. As operações militares francesas no Sahel, especialmente as análises das operações Épervier, Serval e Barkhane no Chade e Mali, permitiram examinar as mudanças na política militar francesa diante dessas transformações. O foco no Sahel, uma região rica em recursos naturais, evidenciou o papel crucial das operações francesas. O trabalho ressalta a importância de compreender o neocolonialismo como uma perspectiva fundamental para interpretar as relações internacionais contemporâneas e seus impactos nas regiões periféricas.

Em um primeiro momento conceitual, o conceito de neocolonialismo e da *Françafrique* foram introduzidos. O termo neocolonialismo refere-se à continuidade do domínio político, econômico e social de antigas potências colonizadoras sobre nações independentes, mesmo após a obtenção da independência formal. É uma estratégia pela qual os Estados supostamente independentes são, na verdade, influenciados e controlados por meio de diversas formas, como exploração econômica, controle financeiro, interferência política, e até mesmo presença militar direta ou indireta. No contexto africano, o neocolonialismo se manifestou como uma forma de perpetuar a dominação das antigas potências coloniais, como a Grã-Bretanha, França e outras, apesar da conquista da independência pelos países africanos. Isso envolveu a manutenção de relações econômicas desiguais, dependência de recursos naturais e tecnológicos, assim como influência na tomada de decisões políticas internas desses países. O neocolonialismo, conforme descrito por Kwame N'Krumah, implica que, embora os Estados afetados pareçam independentes e soberanos, suas economias e sistemas políticos são de fato controlados do exterior. Isso pode ser realizado através do controle financeiro, manipulação das políticas governamentais, fornecimento de recursos "humanitários" ou até

mesmo o estabelecimento de bases militares estrangeiras. Em resumo, o neocolonialismo é uma forma de influência e controle das antigas potências coloniais sobre os países que conquistaram sua independência formal, perpetuando relações de subordinação e exploração em diferentes níveis e por meio de várias táticas.

Nesse mesmo sentido, o conceito de *Françafrique*, de François-Xavier Verschave, refere-se à complexa e duradoura relação neocolonial entre a França e seus ex-territórios coloniais na África, mesmo após a conquista da independência formal por esses países. Essa política envolveu uma série de estratégias e acordos que permitiram à França manter sua influência política, econômica e militar sobre essas nações independentes. Durante o período colonial, a França impôs uma política de assimilação, que buscava substituir as identidades locais pelas características culturais e políticas francesas. Após a independência, a França continuou a exercer controle por meio de acordos de cooperação que abrangiam diversas áreas, como economia, finanças, defesa e diplomacia. Esses acordos, muitas vezes, mantiveram as antigas colônias em uma relação de dependência econômica e política com a França. A política de *Françafrique* também se manifestou por meio de uma estrutura extra-oficial, com a Célula Africana, liderada por Jacques Foccart, que trabalhava diretamente para o presidente francês. Essa estrutura visava manter o controle sobre os assuntos africanos, garantindo a influência francesa na região. A França usou essa influência para garantir o acesso a recursos naturais estratégicos, como petróleo e minerais, e também para manter os países africanos na órbita ocidental durante a Guerra Fria. O termo *Françafrique* destaca a dualidade da relação entre a França e a África, com uma fachada de cooperação e amizade, enquanto nos bastidores, a França mantinha uma influência significativa sobre esses países. Essa relação neocolonial é caracterizada por acordos desiguais, corrupção e cooptação de elites africanas, perpetuando a dependência das antigas colônias em relação à França. Sintetizando, o conceito de *Françafrique* ilustra a política neocolonial da França em relação à África, destacando a continuidade do controle francês sobre os assuntos econômicos, políticos e militares das nações independentes da região, mesmo após a conquista da independência formal.

Em seguida, faz-se uma análise dos mecanismos da política neocolonial francesa na África, considerando aspectos socioculturais, político-diplomáticos e econômico-monetários. A França estabeleceu relações por meio de acordos de cooperação, intervenções militares e ajuda financeira, visando manter sua posição privilegiada no continente. Essa abordagem destaca a criação de uma esfera exclusiva de influência francesa na África. Dessa forma, acordos comerciais garantiram mercados de exportação e benefícios para empresas e cidadãos

franceses, como o fornecimento de materiais nucleares. A política de assimilação e de cooperação também foi utilizada pela França para cooptar elites africanas para promover seus interesses, formando uma elite africana em quem Paris tivesse forte influência e estabelecendo relações baseadas em pactos de lealdade e reciprocidade. A *Françafrique* representa essa relação neocolonial francesa com a África, onde elites africanas eram utilizadas para promover os interesses franceses. As intervenções francesas, incluindo assassinatos políticos e deposições de presidentes, foram empregadas para selecionar líderes favoráveis à França. No contexto político-diplomático, os países africanos trocaram apoio por votos nas Nações Unidas, consolidando a influência francesa. Organizações como a União Africana e Malagasy e a Organização Internacional da Francofonia mantiveram relações especiais com a França. Economicamente, acordos de cooperação garantiram acesso a matérias-primas estratégicas e mercados de exportação. A ajuda ao desenvolvimento foi usada para perpetuar a dependência, enquanto o Franco CFA, vinculando as moedas africanas ao franco francês, facilitou a drenagem de capital para a França. Empresas francesas, como a Elf, monopolizaram setores, explorando recursos naturais e controlando mercados de manufaturados. Esses mecanismos reforçaram a influência francesa e mantiveram a dependência econômica e política dos países africanos.

Por fim, uma contextualização sobre o histórico das relações francesas com a África foi feito. Durante a Guerra Fria, a política africana da França permaneceu inalterada, seguindo a abordagem estabelecida por de Gaulle e Jacques Foccart. Essa política continuou sem mudanças substanciais sob diferentes presidentes, mesmo após o fim da Guerra Fria. Na década de 1990, crises, como o genocídio em Ruanda e o apoio a líderes autoritários, geraram críticas da sociedade francesa. A corrupção da empresa Elf na África também veio à tona. Pressões internas e a presença de novos atores, como China e EUA, levaram a reformas parciais nas políticas francesas para a África durante os governos de Jacques Chirac e Nicolas Sarkozy. No entanto, essas mudanças foram simbólicas, mantendo laços pessoais e políticos. A França buscou uma imagem de distanciamento da *Françafrique*, mas práticas contraditórias persistiram. A absorção do Ministério da Cooperação pelo Ministério das Relações Exteriores em 1998 exemplifica reformas superficiais, uma vez que este continuou operando, apenas sob novo nome. A França também favoreceu o multilateralismo, buscando envolver a Europa com a África, especialmente no âmbito militar e econômico. Entretanto, algumas intervenções posteriores revelam a persistência do unilateralismo. As reformas não conseguiram desestabilizar as relações *especiais* franco-africanas, que eram profundamente baseadas em ligações pessoais. Mudanças econômicas, como a desvalorização do Franco

CFA, afetaram as relações. Mesmo com reformas, os interesses franceses em petróleo, recursos minerais e telecomunicações permaneceram e foram razões para as intervenções dos anos 2000/2010. As reformas das décadas de 1990 e 2000 foram consideradas confusas, tentando conciliar abordagens multilaterais e neocoloniais.

No terceiro capítulo, as intervenções militares estrangeiras foram estudadas. Intervenções militares estrangeiras envolvem a interferência de um ou mais países nos assuntos internos de um Estado soberano. Com o aumento dos custos das guerras convencionais e o questionamento da eficácia das sanções econômicas, as intervenções militares estrangeiras se tornaram uma forma comum de uso da força nas últimas décadas. Essas intervenções podem ser motivadas por interesses geopolíticos, proteção de cidadãos no exterior, promoção de ideologias ou busca por recursos naturais. Uma intervenção militar unilateral é quando forças armadas nacionais são enviadas a outro país soberano para influenciar suas condições políticas, econômicas ou sociais. No entanto, essas intervenções podem conter contradições, como impulsionar a autoridade nacional enquanto busca criar apropriação local e aplicar valores universais a contextos diversos. Na África, as intervenções externas são moldadas pela interação entre fatores internos e externos. Explicações que focam exclusivamente em etnicidade ou falhas internas do Estado são insuficientes. As justificativas para intervenções na África frequentemente giram em torno da deterioração das condições internas, alegando incapacidade dos Estados africanos em resolver seus problemas, de forma que organizações internacionais defendem intervenções baseadas na democratização, desenvolvimento e boa governança para resolver crises africanas. No entanto, potências estrangeiras muitas vezes buscam proteger interesses econômicos e geopolíticos, usando do discurso de ajuda e segurança para legitimar suas ações. Após os anos 1990, intervenções passaram a ser justificadas por multilateralismo e luta contra o terrorismo. O multilateralismo é frequentemente usado para dar uma aparência de neutralidade, embora muitas vezes as operações multilaterais possuam o objetivo de defender os interesses de determinados países. A guerra contra o terrorismo também é usada para justificar intervenções, mas seus resultados nem sempre são visíveis. As intervenções militares estrangeiras são intrincadas e frequentemente envolvem uma complexa interrelação entre as motivações, as justificativas e os resultados, com potências ocidentais muitas vezes procurando legitimar suas ações por meio de retórica multilateral e luta contra o terrorismo.

O envolvimento militar francês na África desde o século XIX até os tempos contemporâneos, com ênfase nas estratégias neocoloniais foram então analisadas pelo trabalho. Inicialmente, as justificativas para o envolvimento militar francês na África eram

voltadas para a expansão territorial, interesses econômicos e prestígio internacional. Após as independências, a França passou a afirmar que sua intervenção era necessária para "civilizar" os países africanos, promover a estabilidade, a boa governança e a democracia. No entanto, esses argumentos muitas vezes encobrem casos de abuso, violência e exploração. Os instrumentos do neocolonialismo francês na África incluem a presença militar permanente, a cooperação militar, acordos de defesa, assistência técnica militar e bases militares permanentes. A França usou esses mecanismos para manter sua influência na região, garantir interesses econômicos, controlar exércitos nacionais e intervir quando seus interesses estavam ameaçados. Os acordos de defesa e segurança eram flexíveis e muitas vezes usados para justificar a intervenção francesa em conflitos internos. Além disso, a França formou exércitos nacionais africanos, garantindo que fossem influenciados por sua doutrina militar. A presença de militares franceses e a cooptação de elites reforçaram o controle francês sobre esses exércitos. A França também estabeleceu bases militares permanentes em países africanos ricos em recursos estratégicos. As intervenções militares francesas na África foram justificadas por razões variadas, incluindo proteção de cidadãos franceses, apoio a aliados pró-França e estabilização de regimes. Essas intervenções eram frequentes e muitas vezes visavam a manutenção dos interesses econômicos e estratégicos franceses na região. A França utilizou destes diversos meios neocoloniais na África para manter seu poder e atingir objetivos políticos, econômicos e estratégicos. Exemplos incluem a base no Níger para urânio e a intervenção na Guiné-Bissau em 1998. A França também se envolveu politicamente em países como Líbia e Costa do Marfim, e buscou interesses econômicos no Chade devido ao petróleo. As tropas francesas ajudam na diplomacia militar e nas vendas de armas, bem como em operações de paz da ONU e da UE. Este estudo ressalta que, apesar das mudanças nas abordagens e justificativas ao longo do tempo, a França continuou a exercer influência neocolonial na África, utilizando diferentes estratégias para proteger seus interesses e manter sua posição como potência mundial.

Em seguida, foi abordada a política militar francesa na África no período pós-Guerra Fria, analisando a adaptação das estratégias e objetivos da França diante das mudanças geopolíticas. Inicialmente, as intervenções francesas eram unilaterais, baseadas em vínculos coloniais e cooperação militar pós-independência. O escândalo de Ruanda e as rebeliões no Zaire levaram a uma reavaliação, resultando em uma abordagem de paz, estabilidade e democratização. Após 1995, a política de segurança adotou a doutrina "ni ingérence, ni indifférence" (nem ingerência, nem indiferença), buscando intervenções multilaterais. Entretanto, essa aparente mudança não diminuiu a intervenção francesa, apenas a disfarçou

sob bandeiras multilaterais. O conceito de "europeização" da política francesa na África foi usado para re-legitimar a intervenção, empregando termos como boa governança e paz. A França criou iniciativas como o RECAMP para fortalecer capacidades militares africanas, embora muitas vezes buscando proteger seus próprios interesses. A abordagem francesa, apesar de multilateral no discurso, continua a priorizar a segurança e os interesses militares. Em resumo, a política militar francesa na África mantém uma aparência de multilateralismo, mas muitas vezes é unilateral e direcionada por interesses próprios, com impactos complexos na estabilidade e governança do continente.

Finalmente, na última parte deste trabalho, foi realizado um estudo de caso sobre o Chade e Mali, sede das três últimas intervenções francesas no Sahel. A região da África Ocidental e os países insulares, incluindo o Chade, são de grande interesse estratégico para a França devido à proximidade geográfica, recursos naturais e laços históricos. Essa área é rica em petróleo, gás e urânio, fundamentais para a energia, tornando-se um foco de competição entre potências capitalistas. A região do Sahel, uma faixa semiárida, é de importância histórica e abriga minerais estratégicos como urânio e ouro. As empresas multinacionais, incluindo francesas, estão ativas na região, impulsionadas pelo acesso a esses recursos. A França tem interesse não apenas nos recursos, mas também nas rotas de transporte, considerando a Argélia como uma possível rota e um gasoduto para a Europa. A União Europeia também está envolvida por razões de segurança e migração. Como justificava para as suas intervenções no Sahel, a França usa o discurso do "combate ao terrorismo". Porém, este discurso esconde a estratégia de reposicionamento das tropas francesas no continente após a crise de legitimidade do final dos anos 1990. Ainda, este trabalho demonstrou como o termo "terrorismo" é instável e é utilizado de acordo com os interesses das potências que o utilizam para justificar ações militares. No entanto, a abordagem das potências interventoras ao classificar todos os grupos opositores a um governo como terroristas é simplificada e pode ser contraproducente, levando a um aumento da atividade terrorista na região. A França utiliza essas justificativas para engajar-se na área, mas também cria dependência externa nos países africanos. Em última análise, a França busca influenciar os assuntos internos dessas nações por meio de suas intervenções militares.

Os estudos de caso complementam essa visão, ao demonstrar o papel dos dois países analisados. A função desempenhada pelo Chade na política francesa na África foi evidenciada, uma vez que este país é marcado pelo histórico de conflitos internos e intervenções externas. A militarização contínua e as intervenções francesas buscavam manter um governo alinhado aos interesses franceses, garantir acesso a recursos como petróleo e

urânio, e limitar a influência de outras potências na região. A Operação Épervier, lançada em 1986, demonstra a abordagem francesa de apoiar regimes aliados contra grupos de oposição interna. A operação, que durou quase três décadas, visava estabilizar a região, mas também fortaleceu a influência militar chadiana em conflitos africanos a pedido da França. Através desta constante ingerência francesa, o Chade foi moldado como um Estado militarizado, sendo parte integral das estratégias francesas na região, até sua inclusão na Operação Barkhane em 2014. Já a respeito do Mali, salienta-se a Operação Serval, uma intervenção militar das Forças Armadas Francesas, lançada em 2013 para combater grupos terroristas e estabilizar o país. A crise de 2012 no Mali, marcada por uma rebelião no norte (que envolvia tanto grupos terroristas como forças de oposição ao governo central), um golpe militar e instabilidade política, levou, aos olhos franceses, à necessidade de intervenção. O presidente francês François Hollande inicialmente buscou apoio multilateral, mas devido à falta de cooperação, a França lançou a Operação Serval em janeiro de 2013. A operação restaurou a integridade territorial no norte do Mali, mas a situação política e a ameaça terrorista persistiram, levando à transformação da Operação Serval na Operação Barkhane em 2014, com uma abordagem mais ampla e envolvendo mais nações para combater o terrorismo na região do Sahel. Dessa forma, conclui-se que a intervenção francesa foi justificada por preocupações com terrorismo e segurança, mas também foi influenciada por interesses históricos e geopolíticos na região. A Operação Barkhane foi uma intervenção militar francesa no Sahel, resultado da fusão das operações Épervier (Chade) e Serval (Mali) em 2014, com o objetivo de combater o terrorismo e garantir estabilidade. No entanto, enfrentou críticas por focar apenas na abordagem militar, ignorando questões políticas e sociais, e por ter exacerbado os conflitos na região. A criação do G5 do Sahel visava coordenação regional, mas é questionado por servir como uma ferramenta de ingerência francesa. No Mali, a operação falhou em neutralizar grupos terroristas, aumentando atividades jihadistas. Um golpe de Estado em 2020-2021 no Mali afetou as relações com a França, levando à retirada gradual das tropas. No Chade, a França apoiou líderes políticos e militares, levantando ambiguidade sobre seu papel na Operação no país. A Barkhane foi encerrada em 2022, mas críticos apontam que forças francesas permanecem, aumentando a hostilidade. A operação revelou desafios complexos das intervenções militares e suas consequências na região.

Finalmente, como conclusão deste estudo, aponta-se que a) a relação histórica de dependência da França em relação aos territórios africanos tem sido mantida através de estratégias neocoloniais que abrangem diversos aspectos socioculturais, político-diplomáticos, econômico-financeiros e militares; b) a França utiliza a política militar como um dos

principais mecanismos neocoloniais para exercer poder na região, mantendo bases militares, influenciando exércitos nacionais e intervindo em conflitos internos, mas principalmente, através das intervenções militares estrangeiras; c) as intervenções militares estrangeiras, embora muitas vezes justificadas com base em objetivos como estabilidade, democratização e luta contra o terrorismo, frequentemente têm como objetivo proteger interesses geopolíticos e econômicos da potência interveniente, neste caso, a França; d) no século XXI, a França utiliza o discurso do "combate ao terrorismo" para justificar suas intervenções, mas essa retórica muitas vezes encobre os verdadeiros motivos por trás das ações militares – sendo este a permanência da esfera de influência francesa na África. Ainda, como conclusão dos estudos de caso do Chade e Mali, estes demonstram que as intervenções militares francesas na região do Sahel foram influenciadas por interesses estratégicos, recursos naturais e questões geopolíticas. Em resumo, este trabalho destaca a persistência da influência neocolonial da França na África, particularmente através de estratégias militares, e como as intervenções militares estrangeiras muitas vezes são guiadas por interesses próprios, apesar das justificativas declaradas. Isso enfatiza a importância de entender o contexto histórico, político e econômico mais amplo ao analisar as relações internacionais e as dinâmicas de poder nas regiões periféricas.

É importante apontar que os acontecimentos na região do Sahel desde 2022 demonstram a falência dos métodos tradicionais da *Françafrique*, embora esta lute para manter seu controle. O discurso de Emmanuel Macron que marcou o fim da Operação Barkhane também esclareceu que o fim da Operação não significaria o fim da presença militar francesa na região, sendo deixado um contingente de soldados franceses no Sahel (Sahel... 2022). Essa decisão demonstra que a França está longe de se afastar da *Françafrique*, mesmo após ter falhado com sua promessa de deter os grupos terroristas, o que gerou manifestações de descontentamento popular e governamentais com as ações francesas. Os descontentamentos populares e por parte do Governo central de alguns países africanos, no entanto, demonstra que alguns países africanos estão fartos de serem utilizados como peões pela França, como mostra a decisão do Mali de expulsar os militares franceses de seu país. A tentativa do governo francês de reformular sua política novamente, anunciando em fevereiro de 2023 uma proposta de cogestão das bases militares permanentes com os países africanos em que elas estão sediadas, é uma demonstração que nasce fruto dessa nova onda de críticas à *françafrique* (Martins, 2023).

Ainda, o mês de julho de 2023 trouxe novos eventos significativos não apenas para a região, mas para o continente africano como um todo. Por um lado, houve a aproximação com

os outros parceiros, em especial a Rússia, que foi demonstrada com a assinatura de acordos de cooperação entre Putin e 40 Estados africanos, entre eles o Mali, na Cúpula Rússia-África de 29 de julho de 2023. Os acordos foram majoritariamente militares, cujo objetivo é familiarizar os países africanos com equipamentos bélicos de última geração, mas também houve a promessa de doação de alimentos (Putin..., 2023). Aliado a isso, os tensionamentos no Níger, após a nova presidência do país depois do golpe de Estado de 26 de julho de 2023, demonstram a importância dos acontecimentos na região. O Níger – um dos cinco países em que a Operação Barkhane também operou – era um importante fornecedor de urânio à França, porém estas exportações foram suspensas após o Golpe, bem como houve a expulsão das tropas francesas do país (Mednick, 2023). Esses últimos acontecimentos apenas comprovam a tese de que a política de dominação francesa da África está falindo.

Assim, as possibilidades para a continuação desta pesquisa são múltiplas. O presente estudo possuiu um escopo territorial delimitado, justificado pela própria estrutura deste trabalho, deixando de analisar, por exemplo, o papel da *Françafrique* no Níger, Mauritânia e Burkina Faso. Assim, este trabalho abre portas para o aprofundamento da análise das alterações da política francesa para a África no século XXI, principalmente frente aos acontecimentos de julho de 2023, que demonstram uma clara inflexão na região e nas relações destes países com a França.

REFERÊNCIAS

AMBASSADE DE FRANCE EN ESPAGNE. **Dossier Mali**. [S.l.], 2013. Disponível em: <https://es.ambafrance.org/Dossier-Mali>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ALAT. **Opération Épervier (Tchad)**. Paris, [2017]. Disponível em: <https://www.alat.fr/historiques-operations-exterieures-epervier-tchad.html>. Acesso em: 20 jun. 2023.

AYORIENDE, Michael. Tchad: au coeur d'Épervier. **Afrique Magazine**, Paris, févr. 2011. Disponível em: <https://afriquemagazine.com/tchad-au-coeur-d-epervier>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CENTRE DE DOCTRINE D'EMPLOI DES FORCES. Division Recherche et Retour d'Expérience. **L'Intervention Militaire Française au Tchad (1969-1972): Premier exemple de contre-insurrection moderne réussie**. Paris, 23 nov. 2013. Disponível em: https://www.c-dec.terre.defense.gouv.fr/images/documents/retex/06_Intervention_Tchad.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

CHARBONNEAU, Bruno. Dreams of Empire: France, Europe, and the New Interventionism in Africa. **Modern & Contemporary France**, France, v. 16, n. 3, p. 279-295, 2008a.

CHARBONNEAU, Bruno. **France and the New Imperialism: Security Policy in Sub-Saharan Africa**. London: Routled, 2008b.

CHARBONNEAU, Bruno. De Serval à Barkhane : Les problèmes de la guerre contre le terrorisme au Sahel. **Les Temps Modernes**, France, n.693-694, p. 322-340, 2017a.

CHARBONNEAU, Bruno. Intervention in Mali: building peace between peacekeeping and counterterrorism. **Journal of Contemporary African Studies**, Canadá, v.35, n.4, p. 415-431, 2017b.

CHARBONNEAU, Bruno; SEARS, Jonathan. Fighting for Liberal Peace in Mali? The Limits of International Military Intervention. **Journal of Intervention and Statebuilding**, [Spain], v.8, n.2-3, p. 192-213, 2014.

CHARBONNEAU, Bruno, et al. De la "guerre contre le terrorisme" aux guerres sans fins : la co-production de la violence en Afghanistan, au Mali et au Tchad. **Cultures & Conflits**, Canadá, n. 123-124, i. 3, p. 67-82, 2021.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System**. The Politics of State Survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DEBOS, Marielle. Tribune: Que fait l'armée française au Tchad? **Libération**, Paris, 8 févr. 2019. Disponível em https://www.liberation.fr/debats/2019/02/08/que-fait-l-armee-francaise-au-tchad_1708150/. Acesso em: 20 jul. 2023.

ERFOURTH, Benedikt. Multilateralism as a tool: exploring French military cooperation in the Sahel. **Journal of Strategic Studies**, [United Kingdom], v.43, n.4, p. 560-582, 2020.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. "**Estados Frágeis**" em África: a intervenção externa nos processos de construção do Estado (statebuilding) e da paz (peacebuilding). [Lisboa]: ISCTE-IUL, 2014. Disponível em: https://www.pordentrododiafrica.com/wp-content/uploads/2014/11/LIVRO_Tese_EstadosFrageisEmAfrica_FINAL-libre.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

FRANCE. Ministère des Armées. **OPÉRATION EPERVIER (1986-2014)**. Paris, [2022]a. Acesso em: 26 ago. 2022. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/operations/operations-achevees-afrique/operation-epervier-1986-2014>.

FRANCE. Ministère des Armées. **OPÉRATION BARKHANE**. Paris, [2022]b. Acesso em: 26 ago. 2022. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/operations/afrique/bande-sahelo-saharienne/operation-barkhane>.

FRANÇA e países africanos acabam com o franco cfa. **Jornal de Angola**, Angola, 2019. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/franca-e-paises-africanos-acabam-com-o-franco-cfa/#:~:text=A%20Fran%C3%A7a%20e%20oito%20pa%C3%ADses,CFA%2C%20moeda%20do%20tempo%20colonial.&text=Esta%20%E2%80%9C reforma%20hist%C3%B3rica%E2%80%9D%2C%20como,Macron%20%C3%A0%20Costa%20do%20Marfim>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FOUTOYET, Samuël. **Nicolas Sarkozy ou la Françafrique décomplexée**. Bruxelas: Tribord, 2009.

GRANVAUD, Raphaël. **Que fait l'armée française en Afrique?** Marseille: Agone, 2009.

GREGORY, Shaun. The French Military in Africa: Past and Present. **African Affairs**, United Kingdom, n. 99, p. 435-448, 2000.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. **África Occidental: Crisis vs Estabilidad Política**. CEBRAFRICA, 2018.

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION. **Chad - Country Commercial Guide**. 2020. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/chad-oil-and-gas>. Acesso em: 14 jul. 2023.

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **The new model of coups d'état in Africa: Younger, less violent, more popular**. 19 dec. 2022. Disponível em: <https://www.idea.int/blog/new-model-coups-d%C3%A9tat-africa-younger-less-violent-more-popular>. Acesso em: 25 jul. 2023.

KABBANJI, Jad. Le Sahara et ses hydrocarbures, pivot des relations franco-algériennes: 1954-1971. **L'Ouest Saharien**, Paris, v.9, p. (155-173), jan.-jul., 2019.

KOROTAYEV, Andrey; KHOKHLOVA, Alina. Revolutionary Events in Mali, 2020-2021. In ISSAEV, Leonid. KOROTOYEV, Andrey. **New Wave of Revolutions in the MENA Region: A Comparative Perspective**. Scotland: Springer Cham, 2022. p. 191-218.

MARTINS, Marco. Chade: Idriss Déby a caminho do sexto mandato? **RFI**, 11 abr. 2021.

Disponível em:

<https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica/20210411-chade-idriss-d%C3%A9by-a-caminho-do-sexto-mandato>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MARTINS, Miguel. África: França anuncia rever funcionamento de bases militares no continente negro. **RFI**, 28 fev. 2023. Disponível em:

<https://www.rfi.fr/pt/fran%C3%A7a/20230228-%C3%A1frica-fran%C3%A7a-anuncia-rever-funcionamento-de-bases-militares-no-continente-negro>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MEDNICK, Sam. ¿Por qué el golpe de Estado en Níger deja "en ruinas" la estrategia de Francia en África?. **RT**, 1 ago. 2023. Disponível em:

https://actualidad.rt.com/actualidad/475118-golpe-estado-niger-importancia-francia?utm_source=Email-Message&utm_medium=Email&utm_campaign=Email_daily. Acesso em: 3 ago. 2023.

MULEGWA, Pascal. Déploiements français en Afrique : plus qu'une présence, des implantations permanentes. **AA**, digital, 23 jul 2019. Disponível em:

<https://www.aa.com.tr/fr/afrique/d%C3%A9ploiements-français-en-afrique-plus-qu'une-pr%C3%A9sence-des-implantations-permanentes-/1539272>. Acesso em: 12 jul. 2023.

NARANJO, José. Presidente do Chade morre em combate contra rebeldes poucas horas depois de reeleito. **El País**, 20 abr. 2021. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-20/presidente-do-chade-morre-em-combate-contra-rebeldes-poucas-horas-depois-de-reeleito.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

N'KRUMAH, Kwane. **Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OXFORD Language. **Terrorismo**. Online, 2023. Disponível em:

<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

PESNOT, Patrick. **Les dessous de la Françafrique**. Paris: Nouveau Monde, 2011.

PICKERING, Jeffrey; KISANGANI, Emizet. Political, Economic, and Social Consequences of Foreign Military Intervention. **Political Research Quarterly**, Utah, v. 59, n. 3, set. p. 363-376, 2006.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. **Vie publique: au cœur du débat public**. Point de presse de M. Nicolas Sarkozy, Président de la République, sur les relations franco-gabonaises et franco-africaines, à Libreville le 27 juillet 2007. Paris, 2007. Disponível em:

<https://www.vie-publique.fr/discours/167413-point-de-presse-de-m-nicolas-sarkozy-president-de-la-republique-sur-l>. Acesso em: 29 jun. 2023.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. **Vie publique: au cœur du débat public**. Du Tchad à la Syrie, les interventions extérieures de l'armée française depuis 1981: chronologie. Paris, 2022.

Disponível em:

<https://www.vie-publique.fr/eclairage/20138-du-tchad-la-syrie-interventions-exterieures-de-la-armee-francaise>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SAHEL : Barkhane se termine, l'armée française reste et le problème demeure. **Survie**, 9 nov. 2022. Disponível em:

<https://survie.org/themes/militaire/bases-et-operations/article/sahel-barkhane-se-termine-l-armee-francaise-reste-et-le-probleme-demeure>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SERWAT, Ladd *et al.* **Wagner Group Operations in Africa: Civilian Targeting Trends in the Central African Republic and Mali**. Cidade: ACLED, 30 ago. 2022.

SCARPA, Rémi. **Opération Tacaud : guerre indirecte face à Kadhafi**. Chemins de Mémoire, Ministère des Armées, France. [1980]. Disponível em: <https://www.cheminsdememoire.gouv.fr/sites/default/files/2019-06/op%C3%A9ration%20Tacaud.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCHOFIELD, Hugh. La France met officiellement fin à l'opération Barkhane au Sahel. **BBC News Afrique**, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/afrique/articles/ckr15y7k115o>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SIRADAG, Abdurrahim. Understanding French Foreign and Security Policy towards Africa: Pragmatism and Altruism. **Afro Eurasian Studies Journal**, v.3, n.1, p. 100-123, Spring, 2014. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/pub/afes/issue/44781>.

STATISTA. **Energy**. Share of nuclear power in total domestic electricity generation in 2022, by select country. 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/270367/share-of-nuclear-power-in-the-power-supply-of-selected-countries/#:~:text=France%20has%20the%20greatest%20share,at%20less%20than%2020%20percent>. Acesso em: 29 jun. 2023.

TANDONNET, Maxime. 19 mars : quand François Mitterrand déclarait << l'Algérie, c'est la France...>>. **Le Figaro**, 18 mars 2016. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/vox/histoire/2016/03/18/31005-20160318ARTFIG00198-19-mars-quand-francois-mitterrand-declarait-l-algerie-c-est-la-france.php>. Acesso em: 29 jun. 2023.

TAYLOR, Ian. **The International Relations of Sub-Saharan Africa**. London: Bloomsbury, 2010.

THIMONIER, Olivier (coord.). **La France coloniale d'hier et d'aujourd'hui**. Paris: Survie, 2006.

TOGOLA, Amadou. Disguise of France Unilateral Policy through European Multilateralism in Mali from Operation Serval to Withdrawal of Barkhane Operation. **TESAM Akademi Dergisi**, p. 369-390, 2023.

VERSCHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Mafiafrique**. Bruxelles: Éditions Tribord, 1998.

VERSCHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Mafiafrique**. Bruxelles: Éditions Tribord, 2004.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: The Politics of Independence and Union**. Nebraska: Bison Books Edition, 2005.

WOTTEN, Stephen. **The French in West Africa: Early Contact to Independence**. Estados Unidos: Department of Anthropology – University of Illinois Urbana-Champaign. 1993. Disponível em: https://www.africa.upenn.edu/K-12/French_16178.html. Acesso em: 29 jun. 2023.

APÊNDICE A - TABELA ACORDOS DE DEFESA

País	Ano
Gabão	1960
República Centro Africana	1960
Costa do Marfim	1961
Togo	1963
Camarões	1974
Senegal	1974
Djibouti	1977
Comores	1978

Fonte: adaptação da tabela de CHARBONNEAU, Bruno. **France and the New Imperialism: Security Policy in Sub-Saharan Africa**. Routled: London, 2008b.

APÊNDICE B - TABELA ACORDOS MILITARES DE COOPERAÇÃO

País	Ano
Gabão	1960
Burkina Faso; Costa do Marfim	1961
Togo	1963
Madagascar	1966
Burundi	1969
Tunísia	1973
Camarões, República Centro Africana, Congo, Congo-Zaire, Senegal	1974
Benin, Ruanda	1975
Chade	1976
Djibouti, Niger	1977
Comoros;	1978
Maurice; Seychelles	1979
Malawi	1980
Guiné Equatorial; Guiné, Mali	1985
Mauritania	1986
Zimbabué	1992
Marrocos	1994

Fonte: adaptação da tabela de CHARBONNEAU, Bruno. **France and the New Imperialism: Security Policy in Sub-Saharan Africa**. Routled: London, 2008b.

APÊNDICE C - QUADRO INTERVENÇÕES FRANCESAS NA ÁFRICA

Ano	País	Objetivo
1957-71	Camarões	repressão dos separatistas da UPC
1960-62	Gabão, Congo, Chade e Mauritânia	intervenções contra-motim
1961	Tunísia	intervenção para manter a base militar francesa de Bizerte
1962	Senegal	operação para "manter a ordem", após uma suposta tentativa de derrubar o presidente Senghor por Mamadou Dia
1963	Niger	repressão a uma revolta militar
1964	Gabão	restaurar o presidente após um golpe
1967	República Centro Africana	reforços enviados para Bokassa que temia um golpe de Estado
1968-1972	Chad	operação Limousin e Bison contra a rebelião do Tibesti
1976-1977	Djibouti	operação Lovada e Saphir no Djibouti contra irredentismo somali (movimento reivindicando a reunificação em uma nação dos territórios considerados como somalis)
1978-1980	Chad	para defender o governo contra rebeldes
1977	Zaire	operação Verveine em apoio ao Mobutu contra a rebelião no Shaba
1977	Mauritânia	operação Lamentin da aviação francesa contra o Polisario (sucessor do movimento de liberação do Sahara)
1978	Zaire	operação Bonite e Léopord, com 600 paraquedistas, para salvar reféns europeus dos rebeldes
1978-80	Chade	operação Tacaud, a França enviou cerca de 2000 homens e aviões de combate Jaguar contra Frolinat
1979-81	República Centro Africana	operação secreta Caban, depois Barracuda, para depor o Imperador Jean-Bedel Bokassa do poder
1980	Tunísia	operação Scorpion, em apoio ao Estado tunisiano contra uma tentativa de insurreição de antigos apoiadores de Salah Ben Youssef

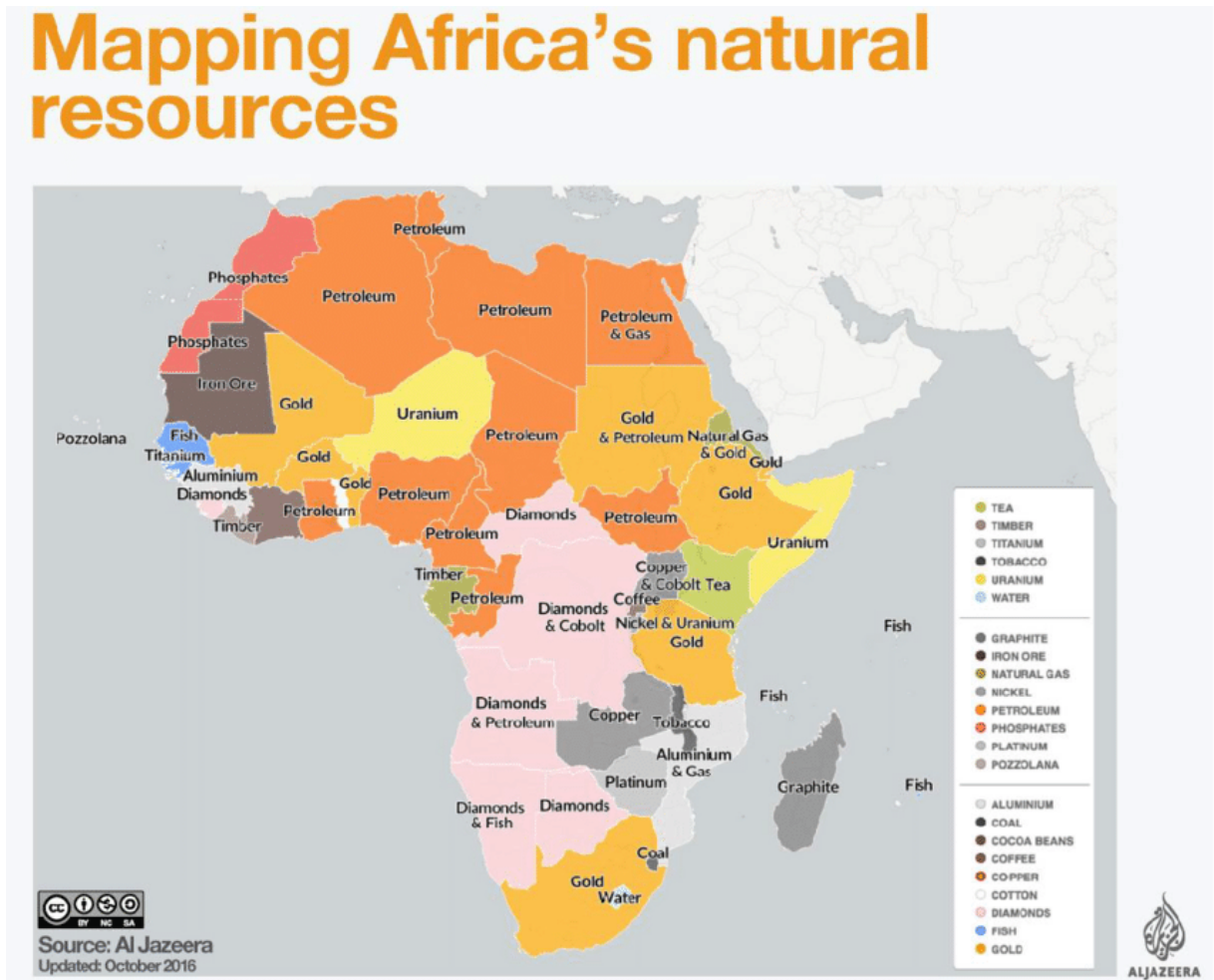
Ano	País	Objetivo
1983-1984	Chad	operação Manta, a pedido do presidente Hissène, após a intervenção da Líbia ao lado dos partidários de Goukouni Oueddeye, a França mobiliza até 4.000 homens e mobiliza um considerável arsenal militar
1986	Chad	operação Épervier ataque aéreo contra a pista de pouso líbia de Ouadi-Doum, no norte do Chade, e estabelecimento de um sistema com forte componente aérea, para proteger o governo de rebeldes.
1986	Togo	para restaurar o presidente Gnassingbé Eyadéma após um golpe
1989	Comoros	operação Oside, cerca de 200 soldados franceses desembarcam após o assassinato do presidente Ahmed Abdallah e a tomada do país pelos mercenários de Bob Denard, chefe da guarda presidencial, para reverter o golpe
1990	Gabão	operação Requin, para apoiar o regime do presidente Omar Bongo e evacuar nacionais estrangeiros de cidades afetadas pela sublevação
1990-1993	Ruanda	operação Noroît, para parar a Frente Patriótica de Ruanda (FPR) e para evacuar franceses e europeus após rebeldes atacarem o país
1991	Zaire (República Democrática do Congo)	operação Baumier, para apoiar o regime de Mobutu Sese Seko
1991	Djibouti	operação Godoria, para reforçar o dispositivo militar de Djibouti, após a queda do regime de Mengistu na Etiópia
1991	Benin	operação Verdier, em resposta a uma tentativa de golpe contra o primeiro-ministro
1992-1994	Somalia	operação Oryx, sob direção americana, depois como participação da operação da ONU "Restore Hope" e dos combates em Mogadíscio em 1993
1992	Angola	operação Addax, participação da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM)

Ano	País	Objetivo
1992	Djibouti	operação Iskoutir, sob o pretexto humanitário, interposição entre a rebelião Afar e as forças do ditador Hassan Gouled Aptidon, permitindo que este se rearme e convoque mercenários
1993	Burundi	operação Yambo para manter a ordem
1993	Zaire	operação Bajoyer para evacuar nacionais franceses
1993	Ruanda	operação Chimère e Volcan, em apoio e formação do exército governamental ruandense contra a FPR
1994	Ruanda	operação Amaryllis, evocação de nacionais europeus após o começo do genocídio
1994	Ruanda	operação Turquoise, sob cobertura humanitária, as forças armadas francesas bloquearam o progresso do FPR e organizaram a exfiltração das forças genocidas para o Zaire
1994-95	Niger	operação Croix du Sud 1 e 2: missões securitárias dentro do quadro de acordos com Ouagadougou e controle do cessar-fogo
1995	Comoros	operação Azalée 1 e 2, para parar um golpe e proteger um regime
1996-97	Camarões	operação Aramis, presença militar francesa no contexto da disputa territorial com a Nigéria sobre a península petrolífera de Bakassi
1996-1997	República Centro Africana	operação Almandin 1 e 2, o exército francês interviu em Bangui para manter a ordem após um golpe
1996	Camarões	para providenciar assistência militar ao país
1997	República do Congo	operação Pelican I e 2, depois operação Antipole, depois das forças armadas de Laurent-Désiré Kabila tomaram a capital, além da evacuação de estrangeiros durante uma guerra civil no país
1997	Sierra Leoa	operação Espadon para evacuar civis franceses
1998	Guiné Bissau	operação Iroko para assegurar a embaixada francesa, evacuar nacionais durante a guerra civil, mais, acima de tudo, para dar auxílio ao ditador caído Niño Vieira

Ano	País	Objetivo
1998	Congo-Kinshasa	operação Malachite, implementação de dispositivo militar francês para evacuar nacionais
1998	Djibouti	operação Khor-Angar, reforço das defesas aéreas e marítimas de Djibouti em razão do conflito entre Etiópia e Eritreia
1999	Costa do Marfim	operação Khaya para proteger os interesses ameaçados pelo golpe de Estado do General Gueï
2002-presente (ver	Costa do Marfim	para participar da "Operation Licorne", para fazer uma contraposição entre rebeldes e forças legalistas
2002	República Centro-Africana	operação Boali, para assegurar os nacionais e para formar as forças armadas centro-africanas
2003	República Democrática do Congo	operação Artémis, para manter a ordem na região nordeste de Ituri
2005	República Democrática do Congo	operação Bengal Eufor-RDC para assegurar o processo eleitoral
2008	Chade	para fortalecer o regime contra rebeldes e evacuar os estrangeiros durante sublevação
2008-09	Chade e Centro-Africana	Operação Eufor-Chade-RCA
2008	Djibouti	posicionamento de uma base logística de 200 legionários na fronteira da Eritreia depois de uma derrota do exército djiboutiense
2011	Líbia	para acabar com o regime de Muammer Gaddafi
2011	Costa do Marfim	para participar na operação Licorne e acabar com o regime de Laurent Gbagbo
2013	Mali	para apoiar o regime do país contra rebeldes
2014	Sahel	Operação Barkhane, antiterrorismo.

Fonte: adaptado de GRANVAUD, Raphael. **Que fait l'armée française en Afrique?** Agone: Marseille, 2009. E de SIRADAG, Abdurrahim. Understanding French Foreign and Security Policy towards Africa: Pragmatism and Altruism. **Afro Eurasian Studies Journal**, v.3, n.1, p. (100-123), Spring, 2014. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/pub/afes/issue/44781>.

ANEXO A - MAPA DE RECURSOS MINERAIS DA ÁFRICA



Fonte: RESEARCHGATE. The mapping of Africa's natural resources. **AlJazeera**. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/The-mapping-of-Africas-natural-resources_fig1_321638238. Acesso em: 31 jul. 2023.